

FOME E DESNUTRIÇÃO

Determinantes Sociais

Flávio Luiz Schieck Valente
(Organizador)

 eduepb





Universidade Estadual da Paraíba

Profª. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Profª. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (UEPB) | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)
Alberto Soares de Melo (UEPB)
Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)
José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
José Tavares de Sousa (UEPB)
Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)
Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ)
Anne Augusta Alencar Leite (UFPB)
Carlos Henrique Salvino Gadêlha Meneses (UEPB)
Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN)
Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP)
Diego Duquelsky (UBA)
Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)
Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB)
Germano Ramalho (UEPB)
Glauber Salomão Leite (UEPB)
Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT)
Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)
Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)
Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)
Flávio Romero Guimarães (UEPB)
Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)
Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)
Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)
Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)
Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)
Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)
Vincenzo Carbone (UNINT/IT)
Vincenzo Miliotto (UNIPA/IT)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Divulgação

Danielle Correia Gomes
Gilberto S. Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Assessoria Técnica

Walter Vasconcelos



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias
Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Flávio Luiz Schieck Valente
(Organizador)

FOME E DESNUTRIÇÃO

Determinantes Sociais



Campina Grande-PB | 2021



Estado da Paraíba

João Azevêdo Lins Filho | *Governador*

Ana Lúgia Costa Feliciano | *Vice-governadora*

Nonato Bandeira | *Secretário da Comunicação Institucional*

Claudio Benedito Silva Furtado | *Secretário da Educação e da Ciência e Tecnologia*

Damião Ramos Cavalcanti | *Secretário da Cultura*

EPC - Empresa Paraibana de Comunicação

Naná Garcez | *Diretora Presidente*

William Costa | *Diretor de Mídia Impressa*

Rui Leitão | *Diretora de Rádio e TV*

Alexandre Macedo | *Gerente da Editora A União*



BR 101 - KM 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP: 58.082-010

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA HELIANE MARIA IDALINO SILVA - CRB-15ª/368

F672 Fome e desnutrição: determinantes sociais [Recurso eletrônico]. / Flávio Luiz Schieck Valente (Organizador). – Campina Grande: EDUEPB, 2021.
2000 Kb – 152 p.

ISBN 978-65-87171-34-0 (Impresso)

978-65-87171-33-3 (E-book)

1. Desnutrição – Aspectos sociais. 2. Educação alimentar e nutricional.
3. Fome. 4. Nutrição – Saúde pública. I.Valente, Flávio Luiz Schieck (Organizador).

21. ed.CDD 363.8

612.39

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

“A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o modo que se tem de revelar o compromisso. Este modo quase sempre resulta de um ‘compromisso’ contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão ‘comprometidos’ consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem.”

Paulo Freire (*Educação e Mudança*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	II
NOTAS SOBRE A TERCEIRA EDIÇÃO	13
INTRODUÇÃO	17

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO SOB DIFERENTES CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS 23

1. DELINEANDO O PROBLEMA	25
1.1 Alimentação, nutrição e sociedade	26
1.2 O papel de um educador nutricional	27
2. ALGUNS TEMAS CONCRETOS RELEVANTES À ATIVIDADE PRÁTICA DO TRABALHADOR EM NUTRIÇÃO	29
2.1. Abordagens interdisciplinares	30
2.2. Reorientação dos conceitos e programas práticos	30
2.3. Pesquisa, planejamento e avaliação	34
2.4. Treinamento de trabalhadores em nutrição	35
3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS	35
4. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS À IUNS	38

NUTRIÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL: ESTABELECCENDO A CONEXÃO 41

1. AS CONSEQUÊNCIAS DA DESNUTRIÇÃO	43
--	----

2. OS DETERMINANTES DA DESNUTRIÇÃO	47
3. SOLUÇÕES E PRESCRIÇÕES.....	51
4. EDUCAÇÃO NUTRICIONAL.....	58
5. ALIMENTOS FORMULADOS, FORTALECIMENTO DE ALIMENTOS E NOVAS VARIEDADES GENÉTICAS	59
6. PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO INFANTIL.....	60
7. SERVIÇOS DE SAÚDE E SANEAMENTO	61
8. ABASTECIMENTO AGRÍCOLA E COMERCIALIZAÇÃO	62
REFERÊNCIAS.....	64

AS CAUSAS DA FOME

69

1. A FOME COMO UM PRELENTE PROBLEMA GLOBAL PARA A SOBREVIVÊNCIA HUMANA.....	69
2. UMA CONCEITUAÇÃO TEÓRICA DE FOME E SOCIEDADE.....	72
2.1 A definição de “fome”.....	72
2.2 Fome como um sintoma de pobreza	73
3. ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS DE UMA ABORDAGEM DIALÉTICA A UMA TEORIA DE SOCIEDADE.....	74
3.1 Holismo e reducionismo	77
3.2 Uma conceituação de fome e sociedade	79
4. ALGUMAS CONCLUSÕES.....	84
REFERÊNCIAS.....	89

EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL CRÍTICA 93

1. O PROBLEMA.....	93
2. AS PREMISSAS BÁSICAS DA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAR TRADICIONAIS.....	96
3. A EDUCAÇÃO NUTRICIONAL TRADICIONAL E SEU REFERENCIAL TEÓRICO.....	98
3.1. A causação dos problemas nutricionais segundo a epidemiologia clássica — o caso da desnutrição	98
3.2. A educação nutricional tradicional e as escolas educacionais.....	102
4. DETERMINAÇÃO SOCIAL DA FOME/ DESNUTRIÇÃO, DOS HÁBITOS E PRÁTICAS ALIMENTARES E A EDUCAÇÃO NUTRICIONAL.....	107
4.1 A determinação social da fome/desnutrição e dos hábitos alimentares sob o modo de produção capitalista.....	107
4.2 A determinação social e o papel da educação em uma sociedade dividida em classes.....	117
5. A EDUCAÇÃO NUTRICIONAL TRADICIONAL E SEU REFERENCIAL TEÓRICO REVISITADO	120
6. EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL CRÍTICA.....	123
6.1 Uma proposta metodológica preliminar	124
7. CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	126
Anexo I - Proposta de conteúdo para a disciplina de educação nutricional integrada à nutrição aplicada	129
Anexo II - Sugestões Para A Prática Em Educação Nutricional Crítica.....	131
REFERÊNCIAS.....	132

DESNUTRIÇÃO, RENDIMENTO ESCOLAR, MERENDA: UMA QUERELA ARTIFICIAL.....	135
1. ESCOLA: GRANDE RESTAURANTE?	136
2. A DESNUTRIÇÃO É MAIS UM FATOR.....	139
3. TESTE: SITUAÇÃO ARTIFICIAL.....	142
4. DESNUTRIÇÃO E CONTEXTO DE VIDA DA CRIANÇA.....	143
5. A CRIANÇA E A FAMÍLIA SÃO AS RESPONSÁVEIS?..	147
REFERÊNCIAS.....	151

PREFÁCIO

Este primeiro livro do professor Dr. Flávio Luiz Schieck Valente é um novo e interessante instrumento para analisar o problema da desnutrição e da fome, suas causas, suas consequências e seus mitos.

Os textos apresentados foram escolhidos com muita precisão; seus autores representam diversos tipos de opiniões, mas todos com o mesmo denominador, uma visão crítica de como até hoje se tem analisado o problema da causalidade da desnutrição ou fome, e, portanto, de como se tem embasado a maioria das intervenções nesta área.

A preocupação pelos problemas nutricionais tem uma história interessante. No começo do século, a preocupação com as hipovitaminoses foi a ação central; uma vez descobertas as vitaminas, muitos destes problemas desapareceram, ao menos do ponto de vista da saúde pública. Posteriormente, a atenção voltou-se para a desnutrição proteico-energética, quando as primeiras tentativas foram as de tentar resolvê-las com um remédio similar às vitaminas; evidentemente, os fracassos se sucederam; a literatura científica é testemunha disso, embora as principais testemunhas sejam os próprios desnutridos.

Os governantes e os técnicos, embora com diferentes finalidades, decidiram enfrentar o problema de uma maneira ampla e global; e as palavras “multidisciplinar”, “multiprofissional” e “multicausal” apareciam em todos os discursos das décadas de 60 e principalmente de 70. Não obstante, ao analisarem o problema

à margem de considerações políticas e principalmente à margem das relações de exploração social e de dependência de nossos países, os resultados foram mais frustrantes; e, pior ainda, têm contribuído para as péssimas condições de alimentação de grandes setores populacionais.

Nestes últimos tempos, o problema tem sido estudado com realismo, de uma forma mais crítica. Surgem novas esperanças, embora ainda limitadas, e as denúncias são cada vez mais frequentes. Por um lado, muitos governos têm sido obrigados a ter uma política mais consequente, incluindo objetivos e metas nutricionais em seus planos de desenvolvimento; por outro lado, os afetados cada vez mais adquirem uma consciência de seus direitos alimentares, e não há dúvida de que o direito à alimentação é um direito do ser humano.

Na maioria dos países da América Latina, os cidadãos estão vivendo o processo de recuperação dos seus direitos, incluindo o direito de informar-se, de discutir e de organizar-se. Este livro chega em boa hora e se espera que seja de grande utilidade para todos os interessados no tema; especialmente para aqueles que veem a sociedade de forma dinâmica, não-sectária, crítica e autocriticamente.

O professor Flávio Valente, uma das novas figuras na área de nutrição no Brasil, coloca à disposição do leitor interessantes reflexões de profissionais selecionados do mundo acadêmico nacional e internacional, e coloca suas próprias reflexões de uma forma aberta e franca, devendo o leitor observá-las também dessa forma, tirando suas próprias conclusões. O importante é que avancemos e este texto é um avanço.

Prof. Dr. Hugo Amigo

(Prof. de Nutrição da UFPe e consultor da FAO em Nutrição).

NOTAS SOBRE A TERCEIRA EDIÇÃO

S into-me profundamente honrado por haver sido instado, por muitos colegas e estudantes, a republicar essa obra que muito representou no momento em que foi originalmente produzida. Estávamos vivendo um momento histórico. Tínhamos acabado de aprovar uma nova constituição que considerávamos a constituição Cidadã, Estávamos nos preparando para a primeira eleição presidencial direta depois de quase 30 anos de ditadura. Mal sabíamos o que viria a acontecer em novembro. A esperança que novos tempos estavam a caminho era a tônica no meio acadêmico. No entanto, a realidade continuava a ser uma de muita exclusão e muita miséria para grande parte da população.

Como colocar o conhecimento a serviço da transformação social? Este era o desafio que enfrentávamos no dia a dia das universidades.

O que mais se ouvia é que os educadores deviam evitar tomar partido e apresentar as diferentes teorias de maneira imparcial, garantindo que os estudantes pudessem chegar às suas próprias conclusões. E na falta de alternativas, os estudantes acabavam por decidir continuar a pensar e fazer as coisas do jeito que tradicionalmente vinham sendo feitas.

Inspirando-me no trabalho de Paulo Freire, decidi fazer exatamente o oposto: denunciar a neutralidade como um subterfúgio daqueles que querem ter compromisso somente consigo próprio ou com seu grupo de origem. Daí surgiu a decisão de

colocar a citação de Paulo Freire na abertura do livro que viria a ser uma coletânea de textos exemplarmente críticos da tradicionalidade de então.

Interessante que eu sequer conhecia os autores que escolhi para publicar na coletânea, com exceção da Maria Aparecida e do Gérson que conhecia de vista da época da faculdade. Mais interessante ainda, é que ao longo dos anos que se seguiram desenvolvi fortes laços profissionais e de amizade com todos os autores envolvidos.

Não acho que seja por acaso que o material incluído no livro continue a gerar interesse em docentes e estudantes contemporâneos. Nossa realidade mudou bastante nos últimos 35 anos, em particular nas aparências, mas do ponto de vista de sua estrutura, poucas alterações reais são de se notar. Vejam os presidentes que conseguimos eleger. Permanecem as profundas desigualdades construídas sobre a discriminação estrutural e sistêmica contra os povos originários, os afrodescendentes, as mulheres, em particular a mulher negra e as populações e comunidades tradicionais.

Os textos estão vivos e provocam a curiosidade dos leitores.

Antes de terminar esta reintrodução ao material do livro eu preciso fazer um agradecimento especial à pessoa que fez todas as gestões para que este livro, bem como meu outro livro *Direito à Alimentação: desafios e conquistas*, viessem a ser republicados pela Editora da Universidade Estadual da Paraíba, com o gentil aceite de Prof Cidoval Moraes de Sousa.

Sérgio Storch foi um amigo que vim a conhecer tardiamente, no processo de construção da Rede Josué de Castro e que acabou se apaixonando pela ideia de disponibilizar o material dos dois livros para o público envolvido com a luta pela Soberania Alimentar e direitos Humanos contra a fome. Infelizmente sua

mente brilhante foi ceifada pelo COVID 19, mas sua alegria, esperança e fé no povo brasileiro continuam a iluminar nosso caminho.

Olinda, terra de meus ancestrais. 19 de setembro de 2021.

Flavio Luiz Schieck Valente

INTRODUÇÃO

Esta coletânea é, ao nosso entender, um dos primeiros resultados concretos do trabalho pioneiro em busca de uma nova abordagem ao estudo dos problemas nutricionais que vem sendo desenvolvido no curso de Nutrição e no Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina.

O fato de iniciarmos com uma revisão crítica da educação nutricional e alimentar não nos parece fortuito. Em realidade, grande parte das ações propostas aos trabalhadores em nutrição ou estão centradas em tentativas de modificar hábitos e práticas alimentares, seja de forma preventiva ou curativa, ou as têm como atividade complementar essencial, como é o caso da educação nutricional acoplada a uma variedade de programas de saúde ou de suplementar alimentar.

Nossa preocupação em aprofundar o debate sobre o tema, no entanto, prende-se principalmente ao conteúdo profundamente conservador tanto da educação nutricional praticada junto a comunidades sadias ou enfermas como ao próprio programa das disciplinas ministradas sobre o tema em nossas escolas de 1.º, 2.º e 3.º graus, incluindo, portanto, os cursos de graduação e pós-graduação em Nutrição.

Em abril de 1984, a Coordenadoria Especial de Nutrição da UFSC, embrião de nosso departamento, patrocinou, com o apoio institucional do INAN, um Seminário de Debates e Atualização

em Educação Nutricional, que trouxe a Florianópolis defensores de diferentes abordagens à educação nutricional e contou com a participação de cerca de quarenta profissionais de todo o país, além de estudantes e profissionais do Estado de Santa Catarina.

Entre as principais resoluções do seminário, aprovadas em sua plenária final, despontava a necessidade de levar o debate sobre a questão da educação nutricional, segundo a perspectiva da determinação social do estado nutricional, para dentro das escolas de nutrição, em todo o Brasil, com o objetivo de procurar adequar o ensino e a prática da educação nutricional às reais necessidades da grande maioria da população brasileira, rompendo com as amarras da educação colonizadora. Ao mesmo tempo, era constatada neste encontro a enorme dificuldade em se conseguir material bibliográfico sobre o tema, em especial dentro de uma abordagem mais crítica.

Tentando responder, pelo menos de forma inicial, a estas necessidades, decidimos organizar esta coletânea de textos selecionados. Traduzimos alguns textos, antes somente disponíveis em inglês, colocando-os agora à disposição para utilização como material didático ou subsídio para um aprofundamento do debate. Os textos, apesar de não muito recentes, continuam atuais e são essenciais ao embasamento de uma crítica à prática da educação nutricional dentro de sua perspectiva tradicional e conservadora.

O primeiro texto selecionado foi o relatório do simpósio patrocinado pela International Union of Nutritional Science, realizado em Dares-Salaam, em 1978, sobre a questão da educação nutricional e alimentar. Nele é profundamente questionada a fundamentação da educação nutricional tradicional e, em especial, a visão de que a desnutrição seria resultante da ignorância dos indivíduos desnutridos. É feita uma abordagem, ainda

que superficial, das relações entre organização social, produção, distribuição e acesso aos alimentos e à nutrição. Ao lado disso, busca-se discutir o papel do educador em nutrição e possíveis alterações que poderiam ser introduzidas em sua prática. Ao seu final, o relatório sugere um maior aprofundamento dos estudos sobre a determinação da desnutrição como “sintoma de disfunções da sociedade” e o estímulo à discussão de diferentes abordagens à educação nutricional.

O segundo texto, de Hakim e Solimano, foi inserido com o objetivo de propiciar ao leitor a oportunidade de analisar o discurso e a prática do planejamento nutricional e da própria educação nutricional, dentro dos quais se insere o PRONAN, de um ponto de vista crítico. Neste trabalho, os autores desenvolvem uma análise criteriosa da visão de mundo que embasa tal proposta, ou seja, a teoria do capital humano, buscando demonstrar os vieses analíticos e metodológicos que inviabilizam tais intervenções enquanto armas concretas de erradicação da desnutrição. Ao final, sugerem que são necessários “dados empíricos e quadros conceituais de referência (...) para entender os determinantes sociais, econômicos e históricos da desnutrição (...)”, para que possamos dar um combate eficiente ao problema da fome e suas consequências.

O terceiro trabalho, de Jonsson, busca construir uma proposta de quadro teórico de referência que articule o momento social com o momento biológico da determinação do estado nutricional. Jonsson tenta resgatar a historicidade da fome/desnutrição, analisando-a não como um evento acidental que ocorre em pessoas ao acaso, mas, sim, como parte integrante e resultante da própria organização social e inerente à inserção de grupos sociais específicos no processo de produção. Assim, a fome passa a ser vista como um problema estrutural, cuja resolução

necessariamente exige transformações estruturais. Apesar de permeado de concepções estruturalistas, que dificultam o entendimento do processo dialético de determinação, o artigo pode servir como um primeiro passo nesta discussão.

O quarto texto foi apresentado originalmente, em sua forma preliminar, como subsídio para discussão no Seminário de Debates e Atualização sobre Educação Nutricional, realizado em Florianópolis em 1984. Tem por objetivo central gerar o debate e enfrentar o conservadorismo profundamente enraizado na prática do educador nutricional, chamando a atenção para a sua missão colonizadora e reprodutora da exploração social e econômica. É feita uma análise da perfeita articulação entre a visão da epidemiologia clássica, que coloca grande parte da responsabilidade pela doença sobre o próprio doente, e a das escolas pedagógicas conservadoras, que veem na ignorância ou na incompetência individual grande parte da razão para a não-ascensão social, vista como processo dependente preferencialmente da educação e do esforço individual.

Neste trabalho, é defendida a tese de que, contrariamente ao que alguns afirmam, a educação nutricional tradicional tem sido muito eficiente em cumprir seu papel. Ao colocar a culpa pela desnutrição sobre o desnutrido, sobre a mãe do desnutrido ou de outro parente qualquer, esta educação nutricional desvia a atenção daqueles que passam fome dos reais mecanismos que a causam, favorecendo assim a perpetuação dos processos sociais de exploração.

O quinto e último texto selecionado apresenta o outro lado da medalha. Levanta de forma sucinta, mas brilhante, a questão da relação entre desnutrição e processo de aprendizado, desmistificando o papel atribuído a esta na geração de lesões irreversíveis do sistema nervoso central que, por sua vez, levariam

ao surgimento de uma “sub-raça”. Através de uma discussão do complexo processo de determinação social do fracasso escolar, é defendida a tese de que a desnutrição e o baixo nível de aprendizado — assim como a péssima qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas — são peças de um mesmo quebra-cabeças, que deve ser estudado em seu todo. Ao mesmo tempo, o artigo alerta para o papel que a “fome do dia” tem em relação a um possível aprendizado, discutindo-se, neste contexto, o impacto da merenda escolar sobre a desnutrição, sobre o fracasso escolar e sua relação com a educação alimentar.

Assim, a nova proposta metodológica apresentada nesta coletânea, a de uma educação nutricional crítica, embasada na visão de determinação social do estado nutricional, não é uma proposta fechada, mas sim representa um chamamento para que nós, profissionais em nutrição, procuremos dentro de uma nova visão de mundo colocar nossos conhecimentos técnicos, científicos e teóricos a serviço do povo brasileiro. Isto somente poderá ser feito se, através do processo educacional, pudermos ajudar a desvendar a nível orgânico e social os processos que geram a fome/desnutrição, para que, de forma coletiva, enquanto povo consciente de seus direitos, possamos erradicar de nosso país a fome e construir uma sociedade justa, onde todos vivam do trabalho de todos, mas ninguém tenha que trabalhar para alguém.

Por fim, apesar de os principais argumentos da coletânea estarem dirigidos preferencialmente à educação nutricional praticada em relação à problemática da desnutrição, gostaríamos de ressaltar que estes questionamentos podem e devem ser estendidos à prática da dietoterapia ambulatorial e hospitalar e à própria alimentação coletiva. Grande parte das ações em nutrição, assim como na área de saúde como um todo, não passam de tentativas de resolver ou aliviar problemas que são resultantes de

processos sociais sem enfrentar os processos sociais básicos que os determinam.

No entanto, isto já é assunto para novos trabalhos que se fazem necessários.

Flávio Luiz Schieck Valente

Florianópolis, maio de 1986.

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO SOB DIFERENTES CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS¹

Relatório de Grupo de Trabalho da IUNS

Este é o relatório de um simpósio desenvolvido em Dar-es-Salaam de 17 a 26 de junho de 1978. O simpósio foi organizado pelo Comitê 10, sobre “Educação para o Público”, da União Internacional de Ciências Nutricionais (IUNS), Comissão V, de “Educação e Treinamento Nutricional”, em colaboração com o Centro de Alimentação e Nutrição da Tanzânia. O Dr. T. N. Maletnlema, diretor do Centro e membro do Comitê 10/V, e a Sra. Eva Sarakikya, educadora em nutrição também do Centro, foram responsáveis por todos os encaminhamentos na Tanzânia.

O simpósio contou com quarenta participantes e observadores de muitas partes do mundo. O objetivo desta reunião

1 Traduzido do relatório mimeografado do Comitê 10, Comissão V da International Union of Nutritional Sciences, referente ao simpósio desenvolvido em Dar-es-Salaam de 17 a 26 de junho de 1978, intitulado “Who is ignorant? Re-thinking food and nutrition education under changing socioeconomic conditions”. Traduzido por professores do Departamento de Nutrição da UFSC e originalmente reproduzido mimeograficamente como *Caderno de Discussão n.º 1*. Coordenadoria Especial de Nutrição da UFSC. Florianópolis, 1983.

era o de reavaliar a educação sobre alimentação e nutrição em todos os níveis. Até aqui, os educadores em nutrição estiveram principalmente preocupados com os aspectos mais práticos e pragmáticos da educação nutricional; o que dizer acerca de uma boa alimentação e de uma dieta balanceada, e como levar a mensagem através do uso de diferentes recursos audiovisuais.

Como se nota no relatório, este simpósio teve uma orientação mais teórica que o normal em encontros sobre o mesmo tópico. Embora a necessidade de continuar discutindo problemas pedagógicos seja reconhecida, tais problemas não deveriam ser os únicos a preocupar os educadores em nutrição. Os educadores deveriam, isto sim, se conscientizar do seu papel potencialmente importante na formação de políticas que possam levar a melhorias reais na situação nutricional e alimentar dos povos de diferentes sociedades

A esperança do Comitê 10/V e dos participantes do simpósio da Tanzânia é que este relatório estimulará a discussão tanto no XI Congresso Internacional de Nutrição do Rio de Janeiro, em agosto e setembro de 1978, como em outros foros onde a necessidade de reavaliar a abordagem atual da educação nutricional e alimentar seja mantida.

O relatório foi discutido pelos participantes durante os debates. O formato e o conteúdo do documento preliminar foram discutidos detalhadamente e aprovados no último dia do encontro, enquanto que o trabalho de redação final ficou a cargo de um grupo menor que permaneceu no local para isto. Individualmente, portanto, os participantes não podem ser responsáveis pela redação final em seus detalhes.

Os organizadores agradecem a SIDA e NORAD por sua generosa alocação de recursos que possibilitou este encontro, e também agradecem à Universidade de Dar-es-Salaam pelo

fornecimento de acomodações e alimentação para os participantes. Também agradecem a todos os participantes da Tanzânia e da Noruega, que de diferentes formas ajudaram a desenvolver o seminário, apesar de muitos problemas técnicos.

Wenche Barth Eide²

1. DELINEANDO O PROBLEMA

Apesar do aumento da produção de alimentos *per capita*, a fome e a má nutrição têm aumentado tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento. Segundo dados da FAO, o número de desnutridos em 1970 era de 401 milhões de pessoas e em 1974 era de 455 milhões, somente em países em desenvolvimento.³ Isto aconteceu apesar do aumento da produção *per capita* de alimentos em aproximadamente 1% ao ano, em média, nos países em desenvolvimento nos sete primeiros anos desta década.

As propostas de uma nova ordem econômica internacional e de atendimento das necessidades básicas^{4*} que têm sido discutidas por muitas nações e organizações internacionais de desenvolvimento permanecerão só na retórica, a não ser que os fatores estruturais abaixo delineados sejam observados.

2 Coordenador do Comitê 10/V — IUNS.

3 ESN, FNP/78/2, Roma. Relatório à Segunda Sessão do Comitê “*ad hoc*” sobre Políticas em Alimentação e Nutrição, Roma, 6-10 de março de 1978.

4 Nós definimos educadores em nutrição como todos aqueles que trabalham ativamente em pesquisa, educação, planejamento e implementação que tenham como objetivo eliminar as causas da má nutrição (incluindo subnutrição e supernutrição).

Neste contexto, é preciso repensar o papel do educador nutricional³ e de outros profissionais que trabalham com os problemas nutricionais em pesquisa, planejamento e educação.

O método tradicional de educação nutricional tem-se baseado principalmente em premissas segundo as quais as causas da má nutrição são encontradas na ignorância ou carência de motivação, por parte do indivíduo, em utilizar ativamente os recursos disponíveis. Isto é verdadeiro em muitos casos e o combate à ignorância continuará a ser a responsabilidade primária do educador nutricional. No entanto, as premissas tradicionais impedem que os trabalhadores em nutrição desenvolvam uma percepção clara das causas básicas da desnutrição. É preciso reconhecer que na grave situação da maioria dos países contemporâneos, desenvolvidos e em desenvolvimento, existem limites ao que pode ser conseguido com a educação tradicional de forma isolada.

1.1 Alimentação, nutrição e sociedade

A educação nutricional tradicional tem-se concentrado nos efeitos dos nutrientes sobre a população e no como são armazenados e preparados os alimentos. Mas a nutrição também depende do acesso a alimentos e, portanto, precisa incluir os indivíduos como produtores. Na maioria das sociedades contemporâneas, inclusive naquelas onde muitos passam fome, existe, na realidade, o potencial para uma produção adequada de alimentos. A distribuição equitativa da produção atual, a liberação dos potenciais e a maneira como se dá o controle dos recursos produtivos são delimitados pela estrutura da sociedade.

As sociedades onde existem pessoas famintas são caracterizadas pela desigualdade de controle dos recursos da produção de alimentos. O resultado é a pouca e má utilização desses recursos.

Assim, em sociedades altamente estratificadas, ineficiências e desigualdades embutidas dificultam a produção de alimentos e distorcem seu uso. A potencialidade real na produção de alimentos somente poderá ser alcançada em sociedades onde as pessoas exerçam um controle democrático sobre os recursos produtores de alimentos.

1.2 O papel de um educador nutricional

A aceitação desta abordagem no entendimento das causas da desnutrição tem implicações estratégicas para o educador nutricional e para o papel do educador nutricional. Se aceitarmos que a desnutrição em última análise resulta da má distribuição de alimentos, os educadores nutricionais devem compreender a necessidade de redistribuição desses recursos e orientar suas atividades desta maneira. Nós acreditamos, por muito tempo, ser a ignorância a nossa principal inimiga, e fomos incapazes de perceber que não se podem educar pessoas para o uso de técnicas e materiais aos quais elas têm acesso limitado.

Os educadores nutricionais devem questionar por que a segmentos da população é negado acesso aos meios adequados de nutrição e como esses meios podem ser a eles garantidos.

Com isso, compreendemos que os educadores nutricionais desempenham, como todas as pessoas, um papel político em todas as sociedades. Este papel varia entre as sociedades e, logicamente, depende da ideologia do educador.

Isto, por outro lado, exige que reconheçamos que a distribuição de recursos e até mesmo as práticas alimentares e nutricionais numa sociedade não são acidentais, mas sim refletem os interesses conflitantes e as relações de poder naquela sociedade. Os educadores nutricionais podem ser obrigados a

trabalhar numa estrutura social que não é de sua escolha. Mas eles devem entender que a distribuição dos recursos dentro e entre as sociedades não é fixa e nem inevitável. Este entendimento deveria fundamentar a forma e o conteúdo de suas atividades.

Obviamente, a melhor estratégia para os educadores nutricionais deve parecer conformar-se à estrutura social e econômica na qual o educador trabalha. Não se pode construir sobre boas intenções somente. Em uma sociedade onde os programas e a orientação política são consistentemente direcionados para a redistribuição dos recursos no sentido de capacitar cada indivíduo a prover para si mesmo os nutrientes suficientes, o educador nutricional pode utilizar organizações oficiais e comunitárias, assim como instituições para fornecer informações sobre nutrição. As principais metas da educação, neste caso, não são as de ensinar habilidades ou táticas de apropriação de poder, no sentido de garantir o acesso aos recursos, mas de preferência ensinar ao povo como utilizar melhor os recursos que serão fornecidos em quantidades crescentes. Neste caso, os métodos mais convencionais de educação nutricional, tais como a mudança de hábitos alimentares e sanitários, podem se provar eficazes.

Num país com sérias intenções de equacionar o acesso aos recursos existe, geralmente, um número de organizações populares dirigidas por partidos políticos ou grupos de interesses específicos, que são usadas para desenvolver a população através de educação informal. O educador nutricional descobrirá que tais organizações populares junto a instituições de educação formal e meios de comunicação são bons recursos para a promoção de informações em nutrição. A nível social mais amplo, o educador nutricional deveria ser encorajado a influenciar a política econômico-social em direção a mudanças que promovam o bem-estar social.

Por outro lado, em uma sociedade onde a política econômica e a social são implícita ou explicitamente direcionadas à manutenção do *status quo* — mais comumente num sistema economicamente estratificado —, a estratégia e a tarefa do educador nutricional são muito mais complexas. Neste caso, há o perigo de que a atividade do educador nutricional possa ser cooptada de maneira a promover ataques aparentes aos problemas nutricionais ao invés de atacá-los realmente. Isto é um problema, em especial, se o educador nutricional vê que a sua linha de trabalho é ditada por repartições governamentais ou, em essência, oficiais. Isso de forma alguma significa que nada de bom possa ser realizado trabalhando por meio de tais canais, mas o educador nutricional deverá estar alerta às oportunidades que possam existir de cooperação com organizações que buscam mudanças sociais mais amplas do que aquelas diretamente associadas à nutrição como sindicatos, grupos comunitários e similares. Por exemplo, o educador nutricional está numa posição melhor que a de muitos, podendo fornecer a estes grupos estatísticas irrefutáveis indicando o custo humano de políticas que promovam a desigualdade.

Em algumas sociedades, um elemento de risco pode estar envolvido neste trabalho e nestes casos um apoio internacional e de solidariedade deve ser oferecido aos educadores em nutrição pelos seus colegas profissionais.

2. ALGUNS TEMAS CONCRETOS RELEVANTES À ATIVIDADE PRÁTICA DO TRABALHADOR EM NUTRIÇÃO

Como passo inicial, o trabalhador em nutrição deve fazer uma análise pessoal sobre os fatores ou mecanismos da sociedade

que determinam a situação nutricional no contexto local, incluindo os possíveis efeitos das políticas de desenvolvimento nacional e internacional neste nível. Ler e manter um diálogo com as pessoas que identificam alguns destes fatores é um pré-requisito necessário para este processo.

2.1. Abordagens interdisciplinares

A demanda usual de utilização de abordagens interdisciplinares à análise e às atividades práticas nutricionais precisa ser operacionalizada. Isto requer do educador nutricional que ele chegue a um entendimento do fato de que o envolvimento com cientistas e profissionais não constitui uma ameaça profissional. Outras formas de examinar e conceituar os problemas e/ou soluções para a desnutrição devem ser aceitas.

2.2. Reorientação dos conceitos e programas práticos

A incorporação de muitas abordagens convencionais e importadas, tanto na análise como na educação nutricional, é uma forma de “imperialismo cultural”, é uma dependência perpetuada do conhecimento gerado em universidades de países ocidentais. Enquanto muito do conhecimento básico de nutrição relacionado com bioquímica, fisiologia e patologia é universal, os problemas nutricionais relacionados com os níveis sociais não o são, e devem ser estudados somente no contexto em que as atividades nutricionais, incluindo a educação, serão desenvolvidas. Trabalhadores com interesse nutricional devem avaliar criticamente parte do conhecimento que eles adquiriram por meio de vários programas de treinamento. Alguns exemplos de tópicos que devem ser totalmente reorientados são:

a) Práticas dietéticas “tradicionais” versus “novas”⁵

Recomendações de práticas dietéticas estranhas ao contexto local têm, muitas vezes, sido impostas em detrimento das práticas nativas e contribuído para o baixo prestígio e *status* dos alimentos locais e crenças no seu valor nutricional inferior. A mais prejudicial entre estas tem sido a introdução de alimentação suplementar na mais tenra infância e o desprezo à amamentação prolongada.

Deveria ser dada uma atenção especial para o fato de que os tabus alimentares têm sido com excessiva frequência usados como justificativa para os fracassos dos programas de nutrição. Existe a necessidade urgente de repensar e reconceituar algumas ideias tradicionais e preconceitos sustentados por profissionais em relação a tabus alimentares de grupos populacionais. Esta forma de preconceito profissional dificulta o fornecimento de serviços de saúde integrados. Os estudos e programas educacionais parecem indicar que evitar certos alimentos está mais diretamente enraizado na real escassez alimentar do que em construções mentais de indivíduos e grupos. Se assim, estas práticas dietéticas podem ser superadas por um aumento na disponibilidade de alimentos e programas de educação nutricional bem desenhados.

b) Ciência e tecnologia de alimentos

Os trabalhos nutricionais devem dar grande ênfase à identificação e aperfeiçoamento da tecnologia socialmente

5 A palavra usada no original é *foreign*, que traduzida literalmente significaria “estrangeiras”. No entanto, no texto o sentido é muito mais de novas práticas trazidas para dentro de uma cultura tradicional, daí termos traduzido por “novas”. (N. do T.)

apropriada na área de produção, preservação, processamento, preparação e consumo de alimentos. Em particular, deve ser dada maior atenção para o desenvolvimento de tecnologias úteis ao trabalho exercido por mulheres, que são mais comumente responsáveis pela produção, processamento e preparação de alimentos a nível local. As atividades de agroindústrias e multinacionais de alimentos e áreas correlatas devem ser cuidadosamente analisadas em relação ao seu impacto sobre a tecnologia local, para que estas não sejam negligenciadas e esquecidas, apesar de sua adequação a condições ambientais e socioculturais específicas.

c) População

Estratégias populacionais deveriam ser elaboradas de modo a aumentar as alternativas reais da população. A necessidade de espaçar as gestações, como uma medida de saúde para proteger a nutrição das mães e das crianças, deveria ser central a qualquer estratégia. As atividades de controle de natalidade, incluindo esterilização sem o consentimento informado do paciente, devem ser eliminadas.

d) Suplementação alimentar

A ajuda alimentar emergencial deve ser organizada de forma a não perpetuar a dependência de suprimentos alimentares externos. Programas de ajuda alimentar por longos períodos deveriam ser aceitos somente se integrados a projetos que visassem ao aumento da produção alimentar e diminuição da necessidade da ajuda alimentar.

e) Prioridades nutricionais em pesquisa sobre alimentos e agricultura

A utilidade de programas tais como aqueles que visam à produção de cultivos não-tradicionais devem ser criticamente examinadas. Exemplos podem incluir as revoluções verdes na Ásia e as minirrevoluções verdes agora ocorrendo na África. Programas de melhoramento genético devem ser primeira e principalmente defendidos para culturas nativas do meio ambiente dado. Estes devem levar em conta a necessidade de preservar as possibilidades de cultivo múltiplo ao invés de monoculturas, assim como a necessidade de usar adubo ou fertilizante local, em vez de produtos químicos importados (por exemplo, inseticidas). Os programas tidos como tendo objetivos nutricionais específicos devem ser reexaminados quanto à validade dos argumentos nutricionais. Como exemplos típicos, temos programas de aumento de conteúdo de proteínas ou aminoácidos em cereais.

f) Riqueza, nutrição e saúde

O relacionamento entre a riqueza e a saúde deve ser examinado com maiores detalhes em países desenvolvidos, bem como nos em desenvolvimento. Uma ênfase exclusiva na desnutrição ignorará facilmente que também existem doenças dietéticas relacionadas com a modernização e o excesso de consumo, por exemplo, doenças cardíacas, obesidade, câncer de cólon, etc...), que parecem afetar as pessoas dos grupos mais favorecidos de todas as sociedades. Ao mesmo tempo, há necessidade de uma análise mais profunda das consequências das novas demandas destes mesmos grupos sobre a utilização da terra e de recursos primários de alimentação, tanto a nível nacional como

internacional. O possível preço pago em termos de novas formas de adoecer, entre os mais ricos, para a satisfação de tais demandas deve ser discutido, documentado e servir de base para as ações.

Isto pode ser um novo argumento negociável nos esforços para educar e persuadir políticos e planejadores de que as políticas agrícolas e outras políticas governamentais precisam ser reorientadas na direção de uma distribuição igualitária e da satisfação das necessidades básicas de alimentação e saúde para todos.

g) Meios de comunicação

Os meios de comunicação podem ser úteis desde que suas limitações sejam reconhecidas e que seu valor potencial não se transforme em dogma. As mensagens deveriam ser baseadas nas necessidades sentidas por todos os interessados. Sempre que possível, os métodos tradicionais de comunicação em massa devem ser usados, desde que não sirvam como bloqueio ao processo de desenvolvimento. No uso da comunicação de massa moderna, as mensagens devem ser bem específicas e elaboradas com objetivos claramente definidos. Se o programa tem por finalidade promover uma real mudança, é importante estabelecer estruturas efetivas que estimulem ações continuadas, por exemplo, vários grupos de promoção.

2.3. Pesquisa, planejamento e avaliação

A orientação externa dos trabalhadores de nutrição muitas vezes os tem afastado do contexto no qual trabalham. Existe a necessidade clara de uma análise do contexto comunitário, delineando os principais fatores que levam à má nutrição e destas análises tirar soluções para os problemas. Esta não é uma

sugestão nova, mas os métodos a serem usados têm que mudar consideravelmente, a fim de que estas abordagens sejam efetivas. Isto implica a participação ativa da comunidade na definição do problema, na coleta dos dados, planejamento, implementação e avaliação dos programas práticos. Os dados originados de tais programas podem, por outro lado, ser utilizados por centros nacionais de planejamento, em vez de se fazer ao contrário.

As formas exatas para gerar participação local devem ser trabalhadas dentro de cada contexto específico e nenhuma receita universal pode ser dada. No entanto, com uma ênfase sobre a participação local, não poderá mais haver uma clara demarcação entre pesquisa, ação e educação.

Não é possível nem necessário ter uma visão completa de todos os determinantes envolvidos em qualquer programa de alimentação e nutrição e seu impacto relativo. Deve haver, então, uma avaliação contínua das ações, resultados e ideias, de modo a que tenhamos as bases para uma reinterpretação dos resultados e um ajustamento da orientação dos programas.

2.4. Treinamento de trabalhadores em nutrição

Dadas as considerações acima, há a necessidade urgente de reorientar o treinamento de todos os trabalhadores em nutrição. Esta nova orientação deve ser concretizada com o objetivo de evitar a perpetuação de mitos em relação às causas e às soluções para a desnutrição no mundo.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

1. A educação nutricional deve manter-se alerta para a natureza das limitações impostas a diferentes planos

de ação por sistemas econômicos internacionais (por exemplo, a nova ordem econômica internacional), e também ao atendimento das necessidades básicas⁶ proposto como uma estratégia de desenvolvimento. Em particular, é necessário estar atento aos seguintes aspectos relevantes à alimentação e à nutrição:

- a) A nova ordem econômica internacional, por exemplo, pode ser implementada a um nível macro (por exemplo, entre Estados), e ainda assim não ter impacto ao nível nutricional da população, a menos que medidas especiais sejam tomadas dentro dos países para distribuir igualmente os frutos de um sistema econômico internacional mais igualitário.
 - b) O atendimento das necessidades básicas que busque meramente a satisfação das necessidades básicas materiais pode ainda deixar alguns grupos sem a possibilidade de determinação do curso de sua própria existência. Hoje, a participação na identificação de caminhos e meios para a satisfação das necessidades básicas, participação e planejamento nas soluções deveriam ser incluídas nas listas de tais necessidades.
2. A nutrição e a educação nutricional têm-se concentrado demasiadamente na questão do consumo individual e de seus efeitos psicológicos. A educação nutricional deve enfatizar claramente que a desnutrição é o

6 Traduzido de *Basic Needs Approach*, ver nota 2.

resultado da má distribuição dos meios de produção de alimentos, armazenamento e distribuição e do controle desigual do acesso ao alimento. O conceito de nutrição deve, portanto, ser ampliado para incluir tais fatores.

3. A estrutura socioeconômica determina o papel do educador nutricional:
 - a) Em situações cujos programas e políticas são direcionados no sentido de anular as desigualdades econômicas e sociais, o educador nutricional pode empregar métodos comumente aceitos enquanto trabalha através de canais tais como a escola, meios de comunicação, instituições políticas e canais informais, tais como grupos de interesses especiais e grupos comunitários.
 - b) Em situações em que o governo se apoia na desigualdade econômica, o educador nutricional deve ter cautela para que o seu trabalho não seja usado para desviar a atenção daquilo que nós reconhecemos como as causas fundamentais da desnutrição, e talvez necessite utilizar métodos menos convencionais para trabalhar em apoio a grupos que tentam expor e atacar estas causas em sua raiz.
4. Na maioria dos casos, não é possível atingir um consenso pleno sobre o que a educação nutricional deve ser, se não existe uma visão consensual do porquê a má nutrição existe na sociedade. Todavia, o diálogo entre indivíduos com diferentes visões deve ser estimulado de forma a manter os canais de comunicação abertos.

5. Em algumas sociedades, o trabalho de divulgação das principais causas da desnutrição pode colocar o trabalho e a segurança pessoal do educador nutricional em perigo. Nesses casos, apoio e solidariedade devem ser oferecidos para tais trabalhadores pelos seus colegas profissionais.

4. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS À IUNS

À luz das considerações acima e das recomendações gerais, o seminário recomendou que a IUNS deveria:

1. Aumentar sua preocupação com a educação nutricional no seu sentido mais amplo encorajando uma discussão apropriada com diferentes abordagens de educação nutricional e a necessidade de reconsiderá-las à luz do entendimento emergente da desnutrição como sintonia de disfunções da sociedade.
2. Utilizar os resultados de tais discussões como base para o apoio a instituições e indivíduos trabalhando na área de educação nutricional, no planejamento e implementação de estudos e em atividades educacionais relativas à alimentação e nutrição dirigidas a diferentes grupos-alvo, em todos os níveis.
3. Auxiliar na busca de recursos que possam tornar possível a intensificação destas atividades.
4. Autorizar o Comitê 10/V a desenvolver e testar uma metodologia que tente ligar os determinantes micro e macro da desnutrição.

5. Encorajar maior atividade de nutricionistas e outros profissionais que trabalham com problemas nutricionais em influenciar organizações governamentais internacionais que lidam com problemas de alimentação e nutrição. Por exemplo, por meio de envolvimento ampliado nas atividades de seus governos no interior da ONU.

6. Desenvolver um mecanismo para canalização direta de dados, para a ONU, de profissionais preocupados com a desnutrição global.

NUTRIÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL: ESTABELECENDO A CONEXÃO⁷

Peter Hakim⁸
Giorgio Solimano⁹

Somente nos últimos cinco anos, aproximadamente, é que os especialistas em nutrição, juntamente com planejadores, economistas e cientistas sociais, começaram seriamente a explorar as dimensões sociais e econômicas da desnutrição em países em desenvolvimento e a investigar as relações entre nutrição e desenvolvimento nacional.¹⁰ As proposições fundamentais

7 Este trabalho foi originalmente publicado com o título *Nutrition and national development — establishing the connection*, in *Food policy*, maio de 1976, p. 249-59, editado por Butterworths, Guildford, UK. Tradução de Flavio Luiz Schieck Valente. Reprodução autorizada pelo editor.

8 Funcionário da Fundação Ford e conferencista no Instituto de Nutrição Humana, Columbia University College of Physicians and Surgeons, Nova Iorque.

9 Professor adjunto de Nutrição em Saúde Pública no Instituto de Nutrição Humana, Columbia University College of Physicians and Surgeons, Nova Iorque, e ex-diretor do Departamento de Nutrição, Serviço Nacional de Saúde do Chile. Este trabalho foi completado enquanto os autores eram professores visitantes no Programa Internacional de Planejamento Nutricional, MIT.

10 O trabalho mais abrangente realizado nesta área é o de Allan Berg, *The nutrition factor: its role in national development* (1973). Uma ampla amostragem da literatura pode ser encontrada em Allan Berg, Nevin S. Scrimshaw e David L. Call (Orgs.).

destes e de outros trabalhos são que a desnutrição deveria, apropriadamente, ser a preocupação prioritária da política de desenvolvimento e que sua erradicação exigiria um novo nível de esforço e compromisso envolvendo a colaboração de muitas instituições, disciplinas e setores que até o momento não se têm preocupado com o problema.

Em apoio a estas proposições, a literatura em primeiro lugar examina as ramificações sociais e econômicas da desnutrição em uma tentativa de demonstrar por que os governos de nações em desenvolvimento deveriam aumentar seus esforços para melhorar os padrões nutricionais. Segundo, fornece uma análise mais ampla dos determinantes e das características da desnutrição. E, finalmente, oferece algumas propostas concretas de como os governos deveriam proceder para diagnosticar e confrontar o problema. Autores deste campo têm procurado criar um novo quadro referencial para analisar e atacar a desnutrição, um referencial dentro do qual as considerações socioeconômicas e relativas ao desenvolvimento adquirem precedência sobre as manifestações puramente médicas da má nutrição.

Apesar de suas contribuições práticas e teóricas, a literatura, tal como se encontra, apresenta sérias limitações tanto em sua análise do problema como em suas propostas de ação. O mais decepcionante é o seu fracasso em estudar toda a amplitude de variáveis que condicionam o estado nutricional e que afetam os esforços em confrontar a desnutrição. Especialmente negligenciados são os fatores sociais, institucionais, econômicos

Nutrition, national development and planning (1973). Outras importantes contribuições incluem Leonard Joy, *Food and nutrition planning* (1973); James F. Levinson & David L. Call, *Nutrition intervention in low income countries: a planning model and case study* (1971); e James Levinson, *Morinda: an economic analysis of malnutrition among young children in rural India* (1974).

e políticos a nível macro, embora a literatura consistentemente aponte sua importância crítica. Além disso, uma variedade de diferentes abordagens ao problema é defendida como uma análise insuficiente das reais perspectivas de uma implementação bem-sucedida e de obtenção de resultados. E, por toda esta literatura, são feitas suposições e inferências não garantidas pelas evidências disponíveis. Estas limitações e omissões refletem, até certo ponto, a novidade e inexperiência do campo de conhecimento, mas nós acreditamos que também são o resultado de certos preconceitos e inadequações conceituais.

Este trabalho fará uma revisão crítica de uma amostra representativa da literatura, focalizando propositalmente as suas limitações e deficiências, em vez de fornecer uma avaliação equilibrada de seus pontos fortes e fracos. Nossas observações pretendem primordialmente contribuir para a discussão e o debate sobre as direções adequadas para a pesquisa empírica e a teorização neste campo de conhecimento.¹¹ O trabalho está organizado em três partes correspondendo às três principais linhas observadas na literatura: as consequências socioeconômicas da desnutrição, seus determinantes e características e as soluções oferecidas para o problema.

1. AS CONSEQUÊNCIAS DA DESNUTRIÇÃO

Os “advogados” da nutrição têm buscado demonstrar que a desnutrição é o maior obstáculo a esforços mais amplos em direção ao desenvolvimento econômico. O ponto central de sua argumentação deriva de uma extrapolação para dimensões

11 Deve-se observar que a maior parte da literatura que aqui é referida foi escrita antes de 1972 e frequentemente se baseia em pesquisas desenvolvidas previamente a isto.

nacionais do efeito de deficiências nutricionais sobre o indivíduo. A lógica é simples: a desnutrição, ao contribuir para a promoção da doença, para distúrbios da capacidade física e mental, e para uma menor esperança de vida, reduz o potencial produtivo do indivíduo e, conseqüentemente, um país com uma parte significativa de sua população desnutrida, provavelmente, terá uma capacidade produtiva nacional reduzida. Investimentos no sentido de melhorar os padrões nutricionais são, portanto, justificáveis não só em bases humanitárias e de bem-estar social, mas também como estimulantes para o crescimento econômico. O enunciado mais completo desta argumentação pode ser encontrado em Berg (1973).¹²

A argumentação, no entanto, é baseada na suposição errônea de que aumentar o potencial ou a capacidade de uma pessoa necessariamente resultará em um crescimento tanto em sua produtividade como na de seu país. A tradução da capacidade individual aumentada em uma maior produtividade individual e nacional não é de forma alguma automática. Depende em grande parte da habilidade da sociedade em utilizar de forma efetiva tais capacidades, o que por sua vez é uma função de demandas econômicas, da organização social, e da disponibilidade de insumos complementares. Capacidades individuais aumentadas, sejam elas resultado de uma melhor nutrição, educação ou novas tecnologias, podem e geralmente acabam não sendo aproveitadas. Fornecer uma caixa de ferramentas a uma pessoa desempregada pode fazer com que fique mais fácil encontrar emprego, mas não

12 Marcelo Selowsky e Lance Taylor, *The economics of malnourished children: an example of disinvestment in human capital* (1973), tentaram medir com base em suposições heroicas mas plausíveis, as perdas em produtividade devidas à desnutrição no Chile.

contribui para a produtividade se ela se mantém desocupada ou se o trabalho que realiza simplesmente substitui um trabalho que já estava sendo feito por outros. O fato de que, na maioria dos países em desenvolvimento, as taxas de desemprego e subemprego são altas sugere que as potencialidades existentes em grande número de indivíduos já são precariamente aproveitadas.

Para se poder afirmar que investimento em nutrição aumentará a produtividade e o crescimento nacionais, é necessário que se demonstre que, para um dado país, ou

1. o crescimento econômico está sendo refreado pelas limitações físicas e intelectuais da força de trabalho que são imputáveis à desnutrição; ou
2. a desnutrição disseminada é um obstáculo, em si, à organização eficaz e ao uso mais eficiente de outros insumos.

Não houve até hoje, que seja de nosso conhecimento, nenhuma tentativa de investigar se algumas destas circunstâncias são verdadeiras para algum país em desenvolvimento. E mesmo onde elas porventura fossem válidas, os gastos necessários à promoção de melhoramentos em estado nutricional ainda teriam que ser comparados com investimentos alternativos que promovessem crescimento, para comprovar a validade comparativa de tais gastos.

Outros gastos sociais atribuídos à desnutrição são a carga adicional colocada sobre os já sobrecarregados serviços de saúde (BENGOA, 1970: 6; SOLIMANO & MONCKEBERG, no prelo) e a eficiência reduzida dos sistemas educacionais (OVAQUE, 1972). Existe evidência sólida, embora de forma alguma conclusiva, indicando que a desnutrição precoce e severa interfere no aprendizado posterior, especialmente quando a desnutrição

é acompanhada de outras privações, como é geralmente o caso. Da mesma forma, foi demonstrado em vários países que crianças desnutridas são mais suscetíveis à doença e requerem hospitalização mais frequentemente e por períodos mais longos que crianças bem nutridas. E por esta razão se conclui que a redução da desnutrição aumentaria a eficiência e melhoraria a utilização de recursos em saúde e educação. A conclusão é aplicável, no entanto, somente para aqueles países onde grupos de baixa renda, nutricionalmente vulneráveis, atingiram níveis razoáveis de acesso a serviços de saúde e educacionais e onde a qualidade dos serviços a eles fornecidos é uma preocupação séria das autoridades públicas. Na maioria dos países subdesenvolvidos, onde a escola e o cuidado médico são reservados para grupos de classe média e alta, a melhoria dos padrões nutricionais provavelmente contribuiria muito pouco para aumentar a eficiência e eficácia dos sistemas de saúde e educação.

Finalmente, vários estudos argumentam que a desnutrição, ao contribuir para manter altas as taxas de mortalidade infantil e de pré-escolares, pode estar frustrando esforços deste país para limitar o crescimento populacional.¹³ Em muitos países, reduções em taxas de natalidade se seguiram à obtenção de taxas de mortalidade infantil relativamente baixas. Uma explicação para este fenômeno é que as famílias dificilmente restringiriam voluntariamente os nascimentos a não ser que estivessem seguras da sobrevivência de um certo número de descendentes. A conclusão a que se chega é que investimentos em nutrição, que deveriam levar a uma queda na mortalidade infantil, também resultariam em uma redução nas taxas de crescimento populacional. O fato é,

13 Esta argumentação é apresentada em James E. Austin & F. James Levin son. *Population an nutrition: a case for integration* (1974) e em Berg (1973: 31-9).

primeiramente, mais complexo, na medida em que mortalidade e fertilidade decrescentes estão associadas a uma ampla variedade de outras mudanças sociais e econômicas. E embora as taxas de natalidade pareçam declinar com reduções da mortalidade infantil, as consequências definitivas para o tamanho da família e para o crescimento populacional são ainda desconhecidas.¹⁴

Resumidamente, apesar de muita especulação, pouca informação concreta foi conseguida em relação às implicações econômicas da desnutrição disseminada ou sobre as prováveis consequências de melhorias em padrões nutricionais. As diferentes hipóteses que têm sido aventadas relacionando nutrição ao desenvolvimento econômico, crescimento populacional, e utilização de recursos em saúde e educação podem estar corretas em relação a uma ampla variedade de sociedades, mas não foram, que seja de nosso conhecimento, testadas seriamente em um contexto nacional que seja. Até que tais análises sejam feitas, os únicos argumentos sólidos em defesa de esforços para reduzir a desnutrição serão aqueles ideológicos e éticos.

2. OS DETERMINANTES DA DESNUTRIÇÃO

Os especialistas em nutrição têm dado atenção considerável à identificação dos determinantes do estado nutricional individual e familiar, geralmente concluindo que eles são complexos e variados e que a desnutrição é o resultado da interação de uma multiplicidade de variáveis ambientais, econômicas e sociais. Em inúmeros estudos, o estado nutricional tem sido relacionado à renda e tamanho familiar, nível educacional dos pais,

¹⁴ Veja, para uma revisão da evidência empírica, Paul Schultz, *Interrelationships between mortality and fertility* (1975).

preço dos alimentos, o valor nutricional da alimentação disponível, crenças e costumes dos consumidores, e a disponibilidade de serviços e equipamentos de saúde.

Levinson (1974) desenvolveu a tentativa mais exaustiva, até o momento, de separar estes diferentes fatores e medir sua relativa importância. Vários estudos têm-se concentrado exclusivamente na variável renda¹⁵ e têm demonstrado que a renda familiar é um dos principais determinantes da quantidade de dieta. Evidências também indicam que aumentos em renda geralmente se traduzem em um estado nutricional melhorado, embora alguns observadores tenham notado que adições discretas em renda resultam em mudanças dietéticas prejudiciais, nutricionalmente falando (BERG, 1970). Outras pesquisas têm aventado os efeitos danosos de crenças e costumes e de algumas adaptações comuns à modernização (por exemplo, a substituição do aleitamento materno pela utilização de leites artificiais) (WILLIAMS, 1954; LIKIMANI, 1969). A relação entre infecção e desnutrição já foi demonstrada (LATHAM, 1970; SORIMSHAW, 1966) e, em alguns contextos, foi comprovada a variação do estado nutricional com a idade, sexo e tamanho da família (LEVINSON, 1974; WRAY & AGUIVRE, 1969).

Estes estudos e outros têm contribuído significativamente para o entendimento daquelas características individuais e familiares associadas com a desnutrição. Até o momento, no entanto, não houve tentativas sérias de relacionar estes determinantes a nível familiar com as variáveis sociais, econômicas e políticas, a nível mais amplo, que estão subjacentes àqueles. O fracasso em estabelecer tais relações tem, ao nosso ver, resultado em uma

15 FAO Consumer Survey Listing; M. K. Bennedt, *The world's food* (1954); Operations Research Group, *Food habits survey-Gujarat and Maharashtra* (conduzida para a Protein Food Association of India, 1969).

análise incompleta e provavelmente enganadora, que, como nós discutiremos abaixo, frequentemente resulta em prescrições de validade questionável.

A importância de fatores sistêmicos e estruturais é reconhecida por autores da área. Berg afirma que “básica a qualquer das abordagens descritas neste estudo é a consideração da desnutrição como um problema cujas causas e soluções estão inseridas no sistema econômico como um todo” (BERG, 1973, p. 6) e argumenta que “a razão mais poderosa que o negligenciamento do problema da desnutrição pode ser o isolamento da estrutura de poder de seus efeitos” (BERG, 1973, p. 2). Cravioto e De Licardie afirmam que “desnutrição proteico-calórica é distúrbio criado pelo homem e característico dos segmentos mais baixos da sociedade, especialmente de sociedades pré-industriais, onde o sistema social (consciente ou inconscientemente) cria indivíduos desnutridos, geração após geração através de uma série de mecanismos sociais” (CRAVIOTO & DE LICARDIE, 1973, p. 4). Levinson observa que “os problemas de equidade inerentes a estes padrões de desenvolvimento (orientados pelo investimento) se refletem em desnutrição disseminada” (LEVINSON, 1974, p. 2). Mas estes autores e a maioria dos outros não deram continuidade aos tipos de análise e discussão que seus depoimentos consideram necessários. Joy (1973) e Mellor (1973, p. 70-73) estão entre os poucos autores que efetivamente discutem as variáveis a nível macro, mas seus esforços são limitados e em grande parte carecem de um embasamento empírico.

A literatura, por exemplo, contém muito pouca discussão sistemática e virtualmente nenhum achado empírico de pesquisa em relação à influência das políticas sociais, agrícolas e econômicas governamentais sobre a incidência da desnutrição em um país, mesmo embora as consequências de tais políticas possam ser várias vezes maior que a magnitude de quaisquer esforços

diretos para reduzir a desnutrição e, em adição, possam seriamente afetar os resultados de tais esforços diretos. Mais ainda, a desnutrição é geralmente tratada como um fenômeno estático não relacionado às profundas mudanças que ocorrem na maioria dos países em desenvolvimento como resultado do fim do colonialismo, a emergência da dependência econômica e política, a expansão da industrialização e da urbanização, a extensão da rede de comunicação e o crescimento populacional rápido.¹⁶ Sejam resultantes de intervenções governamentais ou de forças externas, estas transformações têm afetado uma grande parte da população mundial, resultando em alterações significativas em estruturas ocupacionais, relações familiares e comunitárias, possibilidades de consumo e hábitos, mobilidade geográfica, etc.

Estas amplas mudanças socioeconômicas não são neutras, elas beneficiam certos indivíduos, grupos ou classes enquanto prejudicam outros. Algumas destas mudanças podem trabalhar na direção de uma melhoria dos padrões nutricionais, enquanto outras podem ser prejudiciais — mas é de se suspeitar que, em conjunto, elas estejam transformando a natureza dos problemas de desnutrição em muitos países. A falha dos investigadores em nutrição, de não levarem em conta estes processos históricos e de não investigarem adequadamente as ações políticas governamentais, tem resultado em explicações incompletas e insatisfatórias da causalidade da desnutrição.

A negligência total de fatores sistêmicos, institucionais ou históricos por parte dos autores em nutrição é até certo ponto deliberada. Call e Levinson afirmam que sua discussão sobre determinantes limitar-se-á àqueles que são passíveis de alterações via intervenções (CALL & LEVINSON, 1973, p. 166). Berg

16 Uma exceção é o trabalho de Joy (1973), que observa que a nutrição precária está geralmente associada à mudança, assim como à pobreza.

argumenta pela identificação e análise “não do complexo de causas, mas somente daqueles principais determinantes suscetíveis de ações políticas” (1973, p. 238). Esta abordagem pode agradar aqueles que estão interessados em “progredir com a tarefa de resolver o problema”, mas seus postulantes não têm demonstrado convincentemente que os fatores que eles selecionaram são, de fato, de alguma forma mais suscetíveis de mudanças que o complexo de causas que são desconsideradas.

As análises produzidas têm fundamentalmente (se não intencionalmente) um viés conservador. As causas da desnutrição são encontradas primordialmente entre os desnutridos, e não na ordem social em que eles vivem. Dado que são as características dos desnutridos e de suas famílias que funcionam como os determinantes da desnutrição, as mudanças são exigidas somente para aqueles que sofrem de deficiências nutricionais e não para o resto da sociedade. Não existe nenhum exame sério da hipótese alternativa de que a persistência da desnutrição disseminada é em grande parte um reflexo da organização política e social, de arranjos econômicos e institucionais e de escolhas de estratégias de desenvolvimento. A desnutrição é reduzida ao status de um problema técnico e, em consequência, os padrões nutricionais perdem qualquer significado como critérios contra os quais se poderia medir o desempenho de diferentes ordens sociais e políticas de desenvolvimento.

3. SOLUÇÕES E PRESCRIÇÕES

Berg afirma que “novas técnicas e tecnologias estão agora disponíveis aos governos para pesquisar caminhos mais fáceis em direção a uma nutrição substancialmente melhor e ao bem-estar de pessoas de rendas mais baixas e em menos tempo do que era previamente possível” (BERG, 1973, p. 30). Outras autoridades

em nutrição parecem ser menos otimistas (e mais realistas), mas seus trabalhos indicam que eles concordam que existem meios para melhorar de forma significativa os padrões nutricionais de países do Terceiro Mundo, sem alterar os padrões de crescimento econômico e desenvolvimento escolhidos ou sem introduzir mudanças fundamentais em arranjos políticos ou sociais naqueles países.

Mellor, por outro lado, argumenta em direção contrária, afirmando que “abordagens ao desenvolvimento econômico atualmente dominantes têm pouco espaço para uma melhoria nutricional, seja como um objetivo de bem-estar social a curto prazo, seja como um meio de promover o crescimento econômico” (MELLOR, 1973, p. 70). A evidência que existe parece apoiar Mellor na medida em que os únicos países subdesenvolvidos que controlaram com sucesso a desnutrição são aqueles poucos que passaram por uma revolução social radical (isto é, China, Cuba e Vietnã do Norte).¹⁷ Além do mais, o crescente corpo de pesquisa sobre a questão distributiva indica que o desenvolvimento econômico em muitos países está fornecendo ganhos preocupantemente baixos para grupos de baixa renda, enquanto parece sustentar (e, em alguns casos, piorar) as desigualdades entre classes sociais.¹⁸

17 Para informação recente e análises da saúde e nutrição nestes países vejam: Vicente Navarro, *Health, health services and health planning in Cuba* (1972); Nevin Scrimshaw et alii, *Report of the Indochina study mission on humanitarian needs for rehabilitation and reconstruction, North Vietnam, 10 March – 17 March, 1973* (31 de julho de 1973); e Joe D. Wray, *Health and nutritional factors in “Iy childhood development in the people’s Republic of China* (1973 e 1974).

18 Para uma revisão da literatura e uma bibliografia extensiva vejam William - C line, *Distribution and development: a survey of the literatura*, (1975, 359-400).

Não obstante estas dúvidas, autores no campo da nutrição e desenvolvimento nacional têm devotado um esforço considerável na formulação de prescrições para melhorar o estado nutricional de países do Terceiro Mundo. Eles definiram e desenvolveram o conceito de planejamento nutricional, basicamente uma adaptação das estruturas tradicionais de planejamento usadas em outras áreas, e têm apresentado um exame mais sistemático e abrangente das medidas disponíveis para a confrontação da desnutrição.

Modelos de planejamento nutricional têm sido construídos por vários autores.¹⁹ Com algumas variações, a sequência de planejamento em nutrição geralmente inclui os seguintes passos:

1. Definição do problema;
2. Definição dos objetivos do plano;
3. Comparação de medidas alternativas;
4. Seleção final de intervenções e sua integração em um programa unificado, e
5. Avaliação subsequente dos resultados.

A literatura recomenda a utilização de técnicas de planejamento tradicionais, como análise de sistemas, análise de custo-benefício e custo-eficiência, e programação linear em planejamento nutricional, e analisa estruturas institucionais e administrativas distintas para o desenvolvimento e implementação de atividades em nutrição.

O processo de planejamento fornece utilmente um quadro de referência sistemático para organizar informações relevantes e catalogar possíveis ações. Onde aplicado, deveria levar a

19 Modelos de planejamento nutricional são apresentados em cada uma das referências que seguem: Berg (1973); Levinson & Call (1971); Joy (1973).

um diagnóstico mais abrangente dos problemas nutricionais, inclusive informações relativas à magnitude das diferentes deficiências, sua localização geográfica, os grupos sociais mais vulneráveis e as causas imediatas da desnutrição. Do mesmo modo, o exercício do planejamento deveria resultar na consideração de um espectro mais amplo de políticas alternativas do que as que têm sido consideradas tradicionalmente e permitir alguma comparação entre elas.

Ao tentarem aplicar os padrões de planejamento propostos, no entanto, os planejadores em nutrição de países em desenvolvimento enfrentarão dificuldades práticas e conceituais que não recebem atenção suficiente. Mesmo que autores da área de nutrição argumentem que gastos com nutrição deveriam ser considerados investimentos em capital humano (de forma semelhante aos gastos em educação), não existe método para comparar investimentos em nutrição com aqueles em outras áreas e, conseqüentemente, não há maneira de determinar a quantidade de recursos que seria apropriadamente designada para um plano de nutrição. Segundo, o estabelecimento de objetivos (isto é, a menção a uma deficiência específica, um alvo numérico, e uma perspectiva de tempo) a que se atribui uma importância específica continua a ser em grande parte um exercício intuitivo e arbitrário. Não existem ainda critérios com base nos quais um planejador pode racionalmente escolher entre, por exemplo, erradicar a deficiência de vitamina A, reduzir a desnutrição proteico-calórica entre crianças de 0 a 10 anos de idade, ou eliminar as deficiências nutricionais de dietas de mulheres grávidas e

nutrizes. Nenhum parâmetro específico foi até agora desenvolvido contra o qual os benefícios de atingir diferentes objetivos possam ser medidos. Além do mais, não existem meios disponíveis para estimar o tempo e gastos requeridos para

atingir tais metas ou mesmo para avaliar adequadamente sua exequibilidade.

Estas limitações levantam sérias dúvidas sobre a utilidade das análises de custo-benefício e custo-eficácia para a escolha de programas. As análises de custo-benefício envolviam o cômputo de todos os custos e benefícios projetados dos diferentes programas; uma vez conhecidos, comparações podem então ser feitas entre cursos de ação alternativos. Presumindo que os custos de diferentes medidas podem ser projetados de forma razoavelmente precisa, o que não é de forma alguma certo, a verdade nua e crua continua sendo a de que não é possível atualmente prever os resultados nutricionais de intervenções alternativas, menos ainda traduzir os benefícios esperados em termos monetários (ou em qualquer outra escala unidimensional de valores) com objetivo de comparação.

A análise de custo-eficácia é um pouco menos ambiciosa, envolvendo somente a comparação de programas com objetivos semelhantes. Sua aplicação em planejamento nutricional, no entanto, de novo requer uma previsão dos resultados nutricionais dos diferentes programas. E não existem ainda, que sejam de nosso conhecimento, os dados empíricos ou a base teórica necessários a uma estimativa razoavelmente precisa do impacto sobre padrões nutricionais nacionais, ou sobre indicadores como mortalidade, morbidade ou crescimento, de um programa de merenda escolar, de uma campanha de educação nutricional, ou da maioria de outras intervenções. Neste estágio, a análise de custo-eficácia pode, no máximo, ser utilizada para orientar a implementação de escolha de programas. Uma vez decidido, vamos dizer, distribuir leite para crianças abaixo de 6 anos, as técnicas de custo-eficácia podem ajudar a determinar a eficiência de diferentes formas de distribuição. Mas nem os cálculos

de custo-benefício nem de custo-eficácia, provavelmente, serão de grande valia para os planejadores em nutrição na seleção das medidas ou objetivos de programas alternativos.²⁰

Ao lado destas dificuldades operacionais, permanecem mais algumas questões conceituais. Berg e Muscat, que contribuíram de maneira importante para o desenvolvimento do conceito de planejamento nutricional, oferecem-no como um meio de superar o “dilema” de que “alguns dos principais fatores e políticas que influenciam o estado nutricional — agricultura, redistribuição de renda, transporte, etc. — estão fora do alcance e interesse daqueles que supostamente deveriam cuidar da nutrição de seu país, e aqueles que formulam tais políticas não incluem as necessidades nutricionais de forma específica em suas equações de planejamento” (BERG & MUSCAT, 1973, p. 248). De fato, o processo de planejamento nutricional, como é apresentado por estes e outros autores, não resolve este dilema. Na realidade, o planejamento nutricional é apresentado em grande parte como um exercício na formulação de um programa complexo de intervenções nutricionais tradicionais. As medidas mais fortemente recomendadas por Berg (fortalecimento de alimentos, novas variedades de sementes, educação nutricional e alimentação institucional) (BERG, 1973: 196-197) representam em grande parte abordagens tradicionais aos problemas nutricionais. Nenhuma resposta real é dada às questões críticas de como as mudanças em políticas nacionais mais abrangentes podem ser incorporadas ao planejamento nutricional ou de como as considerações

20 Abbott e Levinson forneceram um conjunto de orientações para aplicação em análises de custo-eficácia em planejamento nutricional. Sua visão de sua utilidade é, logicamente, mais otimista que a nossa. Veja Philip C. Abbott e F. James Levinson, *Assessing alternative nutrition strategies: an application of cost-effectiveness analysis* (1974).

nutricionais poderiam ser incluídas nos planos de outros setores (ou mesmo até que ponto os objetivos nutricionais são compatíveis com os objetivos das políticas de outros setores).

As intervenções específicas que mais recebem atenção na literatura incluem a educação nutricional, novos alimentos e esquemas de fortalecimento, programas de alimentação para crianças, melhoria nos serviços de saúde e saneamento, aumentos na produtividade agrícola e melhoria nos sistemas de comercialização de alimentos.²¹

Estas medidas, tais como elas são geralmente apresentadas, têm várias características importantes em comum. Elas não requerem:

1. nenhuma alteração significativa na distribuição de renda ou de riqueza em um país;
2. nenhuma mudança nos hábitos de consumo daquele setor da população que já é bem nutrido, e
3. nenhuma mudança real nas estratégias ou prioridades de desenvolvimento.

Resumindo, elas são ações que podem ser adicionadas ao conjunto de serviços presentemente fornecidos pelos governos sem nenhuma reorientação básica das políticas existentes.

Vários autores da área questionam esta abordagem dominante. Joy enfatiza a importância de aumentar o poder aquisitivo e, portanto, a demanda efetiva de alimentos, dos grupos de baixa renda (JOY, 1973). Mellor argumenta que intervenções diretas provavelmente promoverão somente modestas melhorias nos padrões nutricionais, e que uma confrontação séria da

²¹ Tanto Berg (1973) quanto Call e Levinson (1973) proporcionam uma abrangente discussão destas medidas.

desnutrição exigiria que os países se voltassem para processos de desenvolvimento econômico, substancialmente, diferentes que se centrassem na produção de alimentos, geração de empregos, e, em geral, aumentassem a renda dos pobres (MELLOR, 1973). Schatan também sugere que a superação da desnutrição exigirá rupturas com as atuais estratégias de desenvolvimento (SCHATAN, 1974). As implicações destas recomendações e conclusões, no entanto, ainda têm que ser seriamente examinadas.

A eficácia potencial das próprias intervenções tradicionais ainda é uma questão em aberto. Como a breve revisão que segue ilustrará, existe muito pouca informação sobre os efeitos de tais intervenções onde elas foram tentadas, e os autores da área de nutrição não as sujeitaram a uma análise rigorosa com base na evidência que existe.

4. EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

A hipótese básica da educação nutricional é que padrões nutricionais melhorados poderiam ser alcançados se as pessoas utilizassem, de melhor forma, os recursos já disponíveis (isto é, e mudassem seu comportamento de uma maneira nutricionalmente benéfica). A primeira tarefa para os analistas da nutrição, que ainda não foi cumprida satisfatoriamente, é a identificação precisa daquelas práticas e crenças que são prejudiciais à nutrição e à saúde, e que, ao menos primordialmente, poderiam ser modificadas, apesar das limitações impostas pela pobreza. Por exemplo, contrariamente às suposições amplamente aceitas, a evidência parece sugerir que os pobres utilizam seus orçamentos alimentares de formas nutricionalmente eficientes e que pouca melhoria se poderia esperar de mudanças nos hábitos de compra. Uma outra área de investigação seria a de pesquisar até que

ponto certas práticas e crenças que aparentemente são nutricionalmente prejudiciais servem a outros objetivos que possam ser tão importantes biológica e socialmente como a nutrição. Finalmente, ainda há que ser demonstrado que campanhas educacionais são um meio efetivo de produzir mudanças ou alterações nos padrões de comportamento de grupo ou familiar.

5. ALIMENTOS FORMULADOS, FORTALECIMENTO DE ALIMENTOS E NOVAS VARIEDADES GENÉTICAS

Nós agrupamos estes três tipos diferentes de intervenções²² porque o objetivo de cada um é fornecer, por meio da aplicação de novas tecnologias, nutrientes ou combinações de nutrientes a custo mais baixo do que poderia ser obtido de itens da alimentação tradicional. Sua proposta é ajudar a superar deficiências de proteínas, vitaminas e minerais. Desde que elas não reduzam o custo da alimentação básica, estas intervenções não enfrentam o problema fundamental de um consumo calórico ou de alimentos inadequados como um todo. Elas podem, no entanto, ser de considerável importância em áreas onde o consumo total é adequado (ou quase adequado), mas onde persistem deficiências específicas. Sua relevância em outros lugares depende de até que ponto

22 Os alimentos formulados agrupam nutrientes em novas combinações e são planejados para substituir produtos existentes. Eles podem ser baseados na mistura de alimentos tradicionais ou em fontes de nutrientes não-ortodoxas. Seu objetivo é o de fornecer um valor nutricional maior pelo mesmo custo ou o mesmo valor nutricional por um custo menor do que o dos produtos que eles substituem. O fortalecimento de alimentos é a adição de um ou mais nutrientes a um produto alimentar tradicional. Novas variedades genéticas de sementes, como nós estamos usando o termo aqui, são desenhadas para produzir alimentos tradicionais e de valor nutricional mais alto que o possível com as variedades tradicionais das sementes.

a deficiência particular com que elas são programadas para superar podem ser aliviadas apesar de insuficiências calóricas.

O fortalecimento de alimentos com vitaminas e certos minerais vem sendo praticado, há algum tempo, em sociedades industrializadas e seu valor tem sido demonstrado em uma variedade de circunstâncias. Em muitos países em desenvolvimento, no entanto, a introdução de esquemas de fortalecimento pode encontrar problemas especiais, inclusive a ausência de instalações de processamento central para o alimento a ser fortificado assim como os custos adicionais ao alimento em questão. Alimentos formulados e novas variedades genéticas, que têm em grande parte sido desenvolvidos para fornecer meios de baixo custo de satisfazer as necessidades proteicas, podem se mostrar irrelevantes se a desnutrição proteica for, como a maior parte da evidência parece indicar, principalmente o resultado de limitações calóricas (JOY, 1973).

6. PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO INFANTIL

Os programas de alimentação infantil, particularmente a merenda escolar e programas de café da manhã, continuam a representar a intervenção nutricional individual mais comum, em países em desenvolvimento, absorvendo próximo de 90% de todos os gastos diretos com a melhoria nutricional (CALL & LEVINSON, 1973). Aparentemente, os programas de alimentação aparecem como uma resposta lógica aos problemas nutricionais. Por meio destes programas, os nutrientes podem ser fornecidos aos indivíduos com dietas inadequadas, que não teriam outra forma de adquirir ou assegurar alimento adicional.

Na prática, no entanto, uma variedade de barreiras sociais, econômicas e institucionais frequentemente impedem estes

programas de atingirem suas metas nutricionais.²³ Em países em desenvolvimento, os grupos mais vulneráveis nutricionalmente (isto é, populações marginais urbanas e rurais de baixa renda) têm tipicamente somente um acesso limitado àquelas instituições, em geral, encarregadas da gerência dos programas de alimentação, e frequentemente acabam por ser legal ou funcionalmente excluídas dos benefícios destes, assim como de outras medidas de bem-estar social. A estratificação, a distribuição desigual de renda e serviços públicos, e outros fatores sociais responsáveis por sua vulnerabilidade à desnutrição tendem também a impedir a participação dos grupos de baixa renda em programas supostamente planejados para aliviar a desnutrição. Pesquisa suplementar sobre serviços e instituições públicas em países em desenvolvimento seria útil aqui, particularmente estudos centrados em fatores legais e outros que fortalecem as restrições ao acesso de grupos de baixa renda.²⁴

7. SERVIÇOS DE SAÚDE E SANEAMENTO

A má saúde, especialmente as infecções gastrintestinais em crianças, pode comprometer o estado nutricional e precipitar a desnutrição pela redução de apetite, provocando uma perda direta de nutrientes, ou o decréscimo da capacidade de os indivíduos absorverem nutrientes. Consequentemente, medidas diretas para melhorar os padrões sanitários em grupos

23 Para uma discussão mais extensiva destas barreiras, veja Peter Hakim e Giorso Solimano, *Supplemental feeding as a nutrition intervention: the chilean experience in the distribution of milk* (1975).

24 Um exemplo do tipo de investigação que nós temos em mente é o trabalho de Emmanuel de Kadt's, *Aspectos distributivos de la salud en Chile*, in: *Bienestar y pobreza* (1974).

nutricionalmente vulneráveis poderiam contribuir de forma significativa para reduções na incidência da desnutrição. Medidas particularmente eficazes no que se refere a isto são as campanhas de imunização, as melhorias em saneamento e coleta de lixo, e a expansão do espectro geral de medicina preventiva e curativa que os centros de saúde comunitários podem fornecer.

Em essência, o que é necessário é uma reorientação dos serviços de saúde e de saneamento de tal forma que, primeiro, eles sejam acessíveis a grupos de baixa renda e, segundo, eles forneçam tipos apropriados que atendam às necessidades daqueles grupos — nenhum dos quais é atualmente o caso na maioria dos países em desenvolvimento. O redirecionamento e extensão dos serviços de saúde e saneamento são provavelmente propostas sólidas para a melhoria nutricional, mas extremamente difíceis de serem conseguidas frente às demandas de grupos politicamente influentes (por exemplo, funcionários públicos, trabalhadores administrativos e setores organizados da classe trabalhadora) e à resistência de comunidades médicas, em grande parte conservadoras.²⁵

8. ABASTECIMENTO AGRÍCOLA E COMERCIALIZAÇÃO

Aumentar o suprimento de mercadorias através de preços agrícolas acessíveis, novas tecnologias, ou sistemas de comercialização mais eficientes é provavelmente uma condição necessária para a melhoria de padrões nutricionais na maioria dos países,

25 16. Para uma discussão dos fatores sociopolíticos que influenciam a provisão de serviços de saúde em países em desenvolvimento, veja Vicente Navarro, *The underdevelopment of health or the health of underdevelopment: an analysis of the distribution of human health resources in Latin América* (1974).

particularmente por ser a redistribuição drástica de consumo alimentar uma rara ocorrência. Entretanto, ela está longe de ser uma condição suficiente, na medida em que a questão é mais frequentemente não de abastecimento insuficiente, mas sim de demanda ou poder aquisitivo inadequado por parte dos desnutridos (JOY, 1973). Um aumento da produção e disponibilidade de alimentos pode, em algumas situações, resultar em preços mais baixos ou aumento na renda nacional. A ocorrência de melhoria nos padrões nutricionais dependerá em grande parte de quem receba os benefícios. Preços mais baixos a nível do produtor rural, por exemplo, podem significar somente pequenas economias a nível de custos de varejo, mas rendas significativamente mais baixas para os pequenos produtores de subsistência. Ainda não existem estudos e avaliações relativos às consequências nutricionais de novas tecnologias agrícolas. Onde tais tecnologias aumentam a vantagem de competitividade de grandes proprietários, que geralmente têm melhor acesso aos insumos necessários complementares, como facilidades de crédito, água e fertilizantes, sua introdução pode produzir declínios nutricionais em áreas rurais.

Nós não queremos sugerir que estas intervenções nutricionais tradicionais não podem funcionar ou que elas não deveriam ser tentadas, quando existe a oportunidade. Sua relevância e consequência para realmente chegar ao problema da desnutrição, no entanto, ainda têm que ser demonstradas. As intervenções exigem um exame mais profundo e mais minucioso por parte dos analistas em nutrição e um esboço mais preciso do que pode ou não ser esperado destas em diferentes condições.

O que é essencial é uma mudança nas prioridades de pesquisa da comunidade de nutrição. Muito mais do que continuar a busca de novos argumentos para justificar gastos em programas de nutrição ou de novas intervenções e técnicas mais

sofisticadas para atacar o problema, a atenção, nós acreditamos, deveria voltar-se para o desenvolvimento de uma análise melhor do problema em seu contexto social. Em particular, dados empíricos e modelos conceituais são necessários para entender os determinantes sociais, econômicos e históricos da desnutrição e as consequências para os padrões nutricionais de diferentes estratégias de desenvolvimento, políticas governamentais, arranjos institucionais e mudanças tecnológicas. Pode muito bem ser que a suposição básica que serve de pano de fundo para muitas das análises e prescrições da maioria dos autores da área de nutrição – ou seja, a de que melhorias significativas dos padrões nutricionais podem ser atingidas sem alterar as estratégias atuais de desenvolvimento econômico na maioria dos países — esteja errada. Estas estratégias, e os padrões de distribuição, consumo e produção que elas sustentam, podem ser incompatíveis com qualquer esforço sério para aliviar a desnutrição.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, P. C. & LEVINSON, F. J. Assessing Alternative nutrition strategies: an application of cost-effectiveness analysis (paper apresentado ao Joint FAO/WHO Committee of Experts on Nutrition, 9.a sessão, Roma, 11-20 de dezembro de 1974).

AUSTIN, J. F. & LEVINSON, J. F. Population and nutrition: a case for integration, *Health and Society*, primavera de 1974.

BENGOA, J. M. Curative aspects of malnutrition and rehabilitation of the malnourished child (paper apresentado à United Nations Children's Fund, UNICEF), Eastern Mediterranean Region Food and Nutrition Seminar, Beirute, 26-29 de janeiro de 1970.

BENNEDT, M. K. The world's food. Nova Iorque, Harper and Row, 1954.

BERG, A. Increased income and improved nutrition: a chibboleth scammed, *International Development Review*, 12: 3, 1970.

_____. The nutrition factor: its role in national development. Washington, The Brookings Institution, 1973.

BERG, A. & MUSCAT, R. Nutrition program planning: an approach; in: BERG, SCRIMSHAW & CALL (Orgs.), op. cit.

_____.; SCRIMSHAW, N. S. & CALL, D. L. Nutrition, national development and planning. Cambridge, Mass., e Londres, The MIT Press, 1973.

CALL, D. L. & LEVINSON, F. J. A systematic approach to nutrition intervention programs, in BERG et alii. op. cit.

CLINE, R. Distribution and development: a survey of the literature, *Journal of Development and Economics*, n.º 1, 1975.

CRAVIOTO, J. & DE LICARDIE, E. The effect of malnutrition on the individual. In: BERG et alii (Orgs.) op. cit.

HAKIM, P. & SOLIMANO, G. Supplemental feeding as a nutrition intervention: the chilean experience in the distribution of milk. Cambridge, Mass., MIT International Nutrition Planning Program, (paper n.º 2, maio de 1975).

JOY, L. Food and nutrition planning, *Journal of Agricultural Economics*, vol. XXIV, n.º 1, janeiro de 1973.

KADT'S E. de. Aspectos distributivos de la salud en Chile, in: *Bienestar y pobreza*. Santiago, CEPLAN, 1974.

LATHAM, M. C. Diet and infection in relation to malnutrition in the United States, *New York State Journal of Medicine*, 70: 558, 1970.

LEVINSON, F. J. *Morinda: an economic analysis of malnutrition among young children in rural India*. Cambridge, Mass., Cornell/MIT International Nutrition Policy Series, 1974.

LEVINSON, J. F. J. & CALL, D. L. *Nutrition intervention in low income countries: a planning model and case study*. Cornell International Agricultural Development Mimeograph n.º 34. Ithaca, Cornell University, Department of Agricultural Economics, 1971.

LIKIMANI J. C. Report on nutrition in Kenya, *Proceedings of the Eastern African*

Conference on Nutrition and Child Feeding. Washington, U.S. Government Printing Office, 1969.

MELLOR, J. W. Nutrition and economic growth, in: BERG et alii, op. cit. NAVARRO, V. Health, health services and health planning in Cuba, *International Journal of Health Service*, vol. 2, n.º 3, 1972.

_____. The underdevelopment of health or the health of underdevelopment: an analysis of the distribution of human health resources in Latin América, *International Journal of Health Services*, vsd, inverno de 1974.

OVAQUE, A. P. Malnutrition as a limiting factor in the development of education (paper apresentado à U.N. Protein Advisory Group Meeting). Paris, junho de 1972.

SCHATAN, J. The first target, *GERES*, março-abril de 1974.

SCHULTZ, P. Interrelationships between mortality and fertility (paper apresentado ao seminário Policy Interventions to Affect Fertility, Resources for the future). Washington, março de 1975.

SCRIMSHAW et alii, Report of the Indochina study mission on humanitarian needs for rehabilitation and reconstruction, North Vietnam, 10 March — 17 March, 1973, in: *Relief and Rehabilitation of War Victims in Indochina, Part III: North Vietnam and Laos*. It caring before the Suncomamitte to Investigate Problems Connected with Refuges and Escapees, the Committee on the Sindiciary, U.S. Senate, 93 rd. Congress, 31 de julho de 1973. Washington, U.S. Government Printing Office, 1973.

SELONSKY, M. & TAYLOR, L. The economics of malnourished children: na exampie of desinvestment in human capital, in: *Economic Development and Cultural Change*, vol. 22, outubro de 1973, p. 17-30.

SOKIMSSHAM, N. S. The effect of the interactions of nutrition and infection in pre-school child malnutrition. Washington, National Academy of Sciences National Research Council, 1966.

SOLIMANO, G. & MONCKEBERG, F. Desigualdades alimentarias y estado de salud de la población, CEPLAN, no prelo.

WILLIAMS, C. D. Self-help and nutrition: real needs of underdeveloped countries, *Lancet*, fevereiro de 1954.

WRAY, J. D. Health and nutritional factors in early childhood development in the People's Republic of China (paper para o Report of the Early Childhood Development Relegation Visit to the People's Republic of China, nov.-dez. de 1973 e fevereiro de 1974).

WRAY, J. D. & AGUIVRE, A. Proteine calorie malnutrition in Candelaria, Colômbia; Prevalence, social and demographie causal factors, *Journal of Tropical Pediatrics*, 15-15, setembro de 1969.

AS CAUSAS DA FOME²⁶

Urban Jonsson²⁷

1. A FOME COMO UM PRELENTE PROBLEMA GLOBAL PARA A SOBREVIVÊNCIA HUMANA

A fome é uma das mais sérias e óbvias manifestações da crise mundial. Com as quebras dos mecanismos tradicionais locais de segurança alimentar, a fome tornou-se quase inseparável da pobreza. Ela é disseminada pelo mesmo “mecanismo de mercado” das mercadorias no mercado mundial (HANLE, 1976). Clima desfavorável, inflação e mudança de prioridades de investimentos nos países ricos, produtores de excedentes alimentares, afetam os pobres na periferia.

As Nações Unidas têm mantido o alívio da fome em sua agenda nos últimos vinte anos. Nas décadas de 50 e 60, a maior parte do trabalho era dirigida para o aumento da produção de alimentos, a redução do crescimento populacional e a promoção da teoria do efeito em cascata do crescimento econômico. (Food and Agriculture Organization, 1976). Os aspectos técnicos do problema

26 Este artigo foi publicado originalmente no Food and Nutrition Bulletin, vol. 3, n.º 2, abril de 1981, p. 1-9.

27 Programa Mundial da Fome, Universidade das Nações Unidas. Tóquio, Japão.

da fome foram bem documentados e exaustivamente discutidos em vários livros, relatórios e publicações (UM Department of... 1971), (POLEMAN, 1973). Durante os anos 70, no entanto, a validade desta abordagem foi questionada por aqueles que viam o problema da fome principalmente como uma manifestação da estrutura social das sociedades (BERG & CALL, 1973).

A Conferência Mundial da Alimentação das Nações Unidas foi realizada em 1974, um ano em que a fome, no mundo, atingia um nível inaceitável para a maioria dos governos do Terceiro Mundo. No documento principal, adotado pela Conferência, “A Declaração de Erradicação da Fome e Desnutrição”, as visões sobre causas da fome refletiam uma perspectiva mais consciente politicamente:

“A situação dos povos afligidos pela fome e desnutrição surge de suas circunstâncias históricas, incluindo desigualdades sociais, em muitos casos dominação estrangeira e colonial, ocupação estrangeira, discriminação racial, apartheid e neocolonialismo em todas as suas formas, que continuam a estar entre os maiores obstáculos à total emancipação e progresso dos países em desenvolvimento e de todos os povos envolvidos” (Declaration on the..., 1974).

O resultado mais importante da Conferência foi uma contribuição para deslocar o problema da fome da arena técnica para uma mais social e política. Este deslocamento também foi refletido pela FAO:

“As causas da nutrição inadequada são muitas e intimamente inter-relacionadas, incluindo limitações ecológicas, sanitárias e culturais, mas a causa principal é a pobreza. Isto, por sua vez, resulta dos padrões de desenvolvimento

socioeconômico, que na maioria dos países mais pobres têm-se caracterizado por um alto grau de concentração de poder, riqueza e renda nas mãos de relativamente pequenas elites compostas de indivíduos ou grupos nacionais ou estrangeiros” (Food and Agriculture Organization, 1974).

Em muitos dos documentos da OMS, UNICEF, do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, do Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola, e outras organizações internacionais e agências bilaterais, foram feitas declarações semelhantes. As propostas de ação, no entanto, não refletem fielmente estes enunciados analíticos. Esta discrepância entre o nível da análise e o nível das propostas de ação é, hoje, uma característica comum ao trabalho da maior parte dos governos e organizações de assistência. É um problema em si mesmo e deveria ser estudado.

Nos últimos anos, um grande número de instituições e estudiosos tem tentado analisar a crise mundial e a maioria deles tem tocado no problema da fome no mundo. Uma série de modos de pensar emergiu. Está, no entanto, fora do âmbito deste trabalho tentar fazer uma análise ou classificação mais sistemática destas linhas. Somente faremos referência a dois dos relatórios mais recentes: o relatório da Comissão Brandt e o chamado Relatório Scheveningen.

A fome e a alimentação ocupam uma parte substancial do relatório da Comissão Brandt. (Independem Commission..., 1980). A Comissão “não vê frente à comunidade mundial tarefa mais importante que a de eliminar a fome e a desnutrição em todos os países”. E acrescenta:

“Nós estamos bem conscientes de que esta não é uma tarefa limitada — ela envolve quase todos os aspectos da economia mundial e do processo de desenvolvimento, para criar e distribuir

tanto a alimentação requerida como os empregos e a renda que possibilitará a compra de alimentos por aqueles que dela precisam. Mas o mundo tem a capacidade de atingir tal objetivo; é imperativo que o faça” (Ibid, p. 103).

Em julho de 1979, funcionários governamentais de alto nível e estudiosos do desenvolvimento se encontraram em Scheveningen, Holanda, para discutir a nova estratégia de desenvolvimento internacional. (TOWARDS a NEW..., 1980, p. 55-67). Na perspectiva de um mundo em crise e agitação, foi feita uma tentativa de redefinir desenvolvimento. O simpósio identificou seis pontos-chaves para essa nova estratégia de desenvolvimento internacional. A primeira destas é delineada como se segue:

(Desenvolvimento) deveria acima de tudo almejar dois elementos da autossuficiência nacional no Terceiro Mundo e erradicar os obstáculos à sua consecução; produção continuada de suprimentos alimentares domésticos e a capacidade endógena de desenvolver, adquirir e adaptar tecnologia (Ibid, p. 63).

Claramente, o problema da fome é considerado como um dos mais sérios da humanidade e uma manifestação concreta do mundo em crise.

2. UMA CONCEITUAÇÃO TEÓRICA DE FOME E SOCIEDADE

2.1 A definição de “fome”

Em todos os idiomas, existe uma distinção entre o nome e o que é denominado. “Fome” é um nome que povos que falam inglês dão a uma situação ou processo em realidade. Mas, em

inglês, como provavelmente em todos os outros idiomas, existem muitos nomes dados à mesma situação ou processo. Além do mais, traduzido em outros idiomas, “fome” pode significar muitas coisas diferentes. É importante, portanto, definir o uso da palavra “fome”. Neste trabalho, ela significa a deterioração do estado de saúde e/ou desempenho produtivo e social de indivíduos resultante de uma ingestão de alimentos ou em baixa qualidade ou do tipo errado, ou ambos. O indivíduo pode ou não reconhecer a fome. Algumas pessoas afetadas pela fome se sentem famintas, outras não, porque se adaptam a uma ingestão alimentar mais baixa, reduzindo a atividade física. Em outros casos, uma falta de nutrientes específicos causa uma fome que não é sentida pelo indivíduo (desnutrição ou fome oculta).

2.2 Fome como um sintoma de pobreza

A alimentação é uma necessidade humana básica e um direito humano básico. A necessidade de alimentar-se é evidente, assim, a maior parte das pessoas bem nutridas nunca pensa sobre ela. A maior parte das sociedades de subsistência dirigem seus esforços para satisfazer esta necessidade antes de outras.

A fome está intimamente relacionada à pobreza. Em verdade, a pobreza pode frequentemente ser medida pela prevalência da fome. Mas fome não é equivalente à pobreza, na medida em que, em alguns países, as pessoas são pobres, mas não famintas. (WHYTE, 1972, p. 54). Ao mesmo tempo, pobreza é muito mais que fome, tendo em vista que, em alguns países, as pessoas não só passam fome como também são privadas da maioria de seus direitos humanos (MYRDAL, 1968). O estudo da fome revela alguns aspectos importantes da pobreza na sociedade e, portanto, precisa ser entendido dentro do contexto de uma teoria da sociedade.

3. ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS DE UMA ABORDAGEM DIALÉTICA A UMA TEORIA DE SOCIEDADE

O desenvolvimento da sociedade pode ser, tal como é, determinado tanto pelas condições técnicas e materiais como pelas condições sociais da produção. (ALTHUSSER, 1965.) A palavra “determinada” não significa que tudo é predeterminado. Ideologia, política, cultura, religião, etc., podem influenciar o desenvolvimento. As condições materiais e técnicas da produção refletem a relação entre as pessoas, os meios de produção e a natureza. Os meios de produção são as ferramentas existentes, a tecnologia, recursos naturais disponíveis, etc. Mas características mais subjetivas, tais como o *know-how* tecnológico, profissionalismo, imaginação, força de vontade e ideias também podem condicionar a produção. Todos estes em conjunto são aqui chamados *recursos potenciais*.

As condições sociais de produção refletem a relação entre as pessoas e os meios de produção. Estas condições determinam o que é produzido de tudo aquilo que é potencialmente possível de ser produzido. As relações de propriedade existentes são mais importantes para as condições sociais de produção, que também podem ser descritas em termos da propriedade e acesso aos meios de produção, a divisão de trabalho, a estrutura de poder, etc. Isto é aqui chamado de *estrutura econômica da sociedade*.

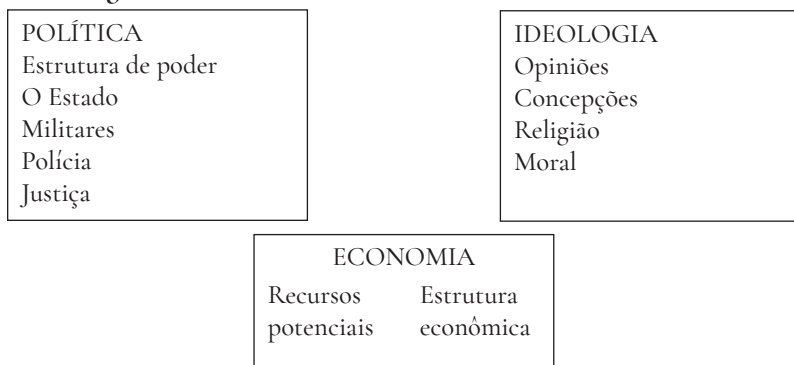
Existe uma contínua interação entre os recursos potenciais e a estrutura econômica de uma sociedade, que resulta em um certo modo de produção. Isto é aqui chamado de *economia*.

Mas a interação básica entre os recursos potenciais e a estrutura econômica de uma sociedade também influencia as percepções das pessoas, sua cultura, religião e ideologia. Quando contradições são superadas ou resolvidas por mudanças na

estrutura econômica da sociedade, então a superestrutura (ideologia, cultura, etc.) mudará lentamente. Tal mudança, por outro lado, afetará a interação básica.

Em suma, a economia e a superestrutura política e ideológica interagem em toda sociedade. Esta interação é representada esquematicamente na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura dialética de uma teoria da sociedade



Fonte: o autor.

A iniciação entre a economia e a superestrutura (política e ideologia) se manifesta em muitos modos observáveis diferentes. A extensão na qual as interações objetivas são mensuráveis é uma das áreas mais controvertidas das ciências sociais.

Uma das mais importantes consequências de se estudar a sociedade desta forma é que, em última análise, a produção, a distribuição e o *consumo* são todos basicamente determinados pela estrutura econômica da sociedade. Mudanças em um deles serão sempre limitadas pela estrutura existente. Mas esta análise também sugere que esforços para mudar o padrão de produção, distribuição e consumo podem mudar a estrutura econômica da sociedade.

Algumas vezes, nós encontramos um conflito entre aqueles que advogam uma mudança estrutural na sociedade para aliviar as causas da fome e aqueles que sugerem ações imediatas para melhorar a situação. (WALLERSTEIN, 1980, p. 16-23). Nem sempre existe uma contradição real entre ações de curto e longo prazo. Ações a curto prazo, “para aliviar a fome imediata”, podem servir como um importante primeiro passo em direção à mudança da estrutura da sociedade.

Outra consequência importante da teoria acima é que a tecnologia, em si, não pode estar certa ou errada. Não se pode, *em princípio*, fazer oposição à ajuda alimentar, a fertilizantes, a variedades cereais de alta produtividade, a computadores ou energia nuclear. É somente numa *sociedade específica e num ponto específico do tempo que se pode fazer uma análise e prever o perigo ou a utilidade de tais transformações dos recursos potenciais*. Ajuda alimentar, tecnologia capital-intensiva, entre outras, são usadas em países tão diferentes como os Estados Unidos, União Soviética (hoje Rússia), Brasil, Cuba, China e Tanzânia. É surpreendente o quão raramente esta relação dialética básica entre tecnologia e sociedade é considerada quando são feitas recomendações para o uso ou não de um certo tipo de tecnologia.

Uma teoria da fome e da sociedade deveria ser desenvolvida a partir deste modelo dialético da sociedade. Mas antes de entrarmos nos detalhes de tal modelo, resumiremos algumas abordagens “monodisciplinares” contemporâneas.

3.1 Holismo e reducionismo

Problemas examinados de um modo monodisciplinar tendem a ser atacados com ações monodisciplinares. Por exemplo, um médico lidando com aspectos de saúde, da fome e da desnutrição tende a recomendar somente intervenções de saúde. Ou alguém preocupado com o crescimento populacional pode acreditar que a solução para o problema da fome é simplesmente reduzir a população. Embora tais abordagens e intervenções reducionistas possam ser corretas para alguns casos específicos, elas geralmente são incompletas e algumas vezes adiam intervenções mais significativas. Características tais como a pobreza, a exploração, a fome e a desnutrição ao nível de uma sociedade são características sistêmicas. (JOY, 1973, p. 165-197). A fim de entendermos tais variáveis complexas uma abordagem holística é necessária.

Algumas abordagens reducionistas mais comuns ao problema da fome estão listadas na Tabela 1. Esta tabela exagera a situação, na medida em que a maioria das pessoas tenta alargar sua visão além de sua formação profissional básica e reconhece a necessidade de abordagens multifatoriais.

Uma das metodologias usadas em uma abordagem holística é a interdisciplinaridade. Frequentemente, no entanto, isto é substituído pela mera multidisciplinaridade. As duas têm muito pouco em comum. Grupos multidisciplinares têm duas características principais: eles se preocupam com algum problema que todos os membros concordam ser importante estudar e procurar resolver, e os participantes são provenientes de uma variedade de disciplinas. O grupo é frequentemente pluralista em valores e interesses. (BÄRMARK & WALLEN, 1975.)

Tabela 1 — Abordagens reducionistas ao problema da fome

Formação profissional do observador	Principais diagnósticos das causas da fome de uma sociedade	Recomendação tipicamente reducionista
Saúde	Distúrbio nutricional Stress ambiental Doença	Vacinação Aleitamento materno/alimento de desmame
Agricultura	Suprimento alimentar insuficiente	Produção de alimentos Ajuda alimentar Tecnologias pós-safra Comercialização
Educação	Ignorância Hábitos alimentares	Educação Nutricional Comunicação em massa
Ciências da População	Alta densidade populacional Altas taxas de crescimento populacional	Controle populacional Realocação
Economia neoclássica	Má distribuição de alimentos	Política fiscal Projetos que geram renda Programas que criem empregos
Economia marxista	Capitalismo	Revolução
Planejadores	Falta de planejamento e coordenação	Conselhos de alimentação e nutrição Treinamento

Fonte: o autor.

Um grupo interdisciplinar tem uma composição multidisciplinar e é orientado para a resolução de um problema, mas os seus membros ou compartilham pontos de vista sobre o que podem ser as causas básicas do problema, ou sabem ou tentam descobrir por que suas visões diferem. Se os pontos de vista sobre o que causa a fome não são compartilhados, é difícil chegar a um consenso sobre o que deveria ser feito para aliviá-la. (JONSSON & BRUN, 1978). O método de diálogo interparadigmático usado pelo Programa de Desenvolvimento Humano e Social da Universidade das Nações Unidas é uma abordagem interessante ao problema de transformar grupos multidisciplinares em interdisciplinares. (J. GALTUNG, 1978.)

É importante entender que uma abordagem holística, multidisciplinar ao problema da fome pode muito bem resultar em recomendações monodisciplinares de ação, na medida em que abordagens reducionistas, algumas vezes, produzem bons resultados.

3.2 Uma conceituação de fome e sociedade

Em uma análise das causas de fome em uma sociedade, três dimensões deveriam ser consideradas:

1. A profundidade da análise;
2. Os vários tipos de causas básicas;
3. O nível da sociedade na qual as causas existem. Nós consideramos estas três dimensões em maior detalhe.

A análise da fome pode ser desenvolvida em níveis variados de profundidade do problema. Essa é a *primeira dimensão*. Uma análise mais profunda aumentará a complexidade, mas também levará a um maior número de opções de ações a longo prazo. É possível distinguir quatro níveis gerais de profundidade de análise (LJUNGQVIST & JONSSON, 1979).

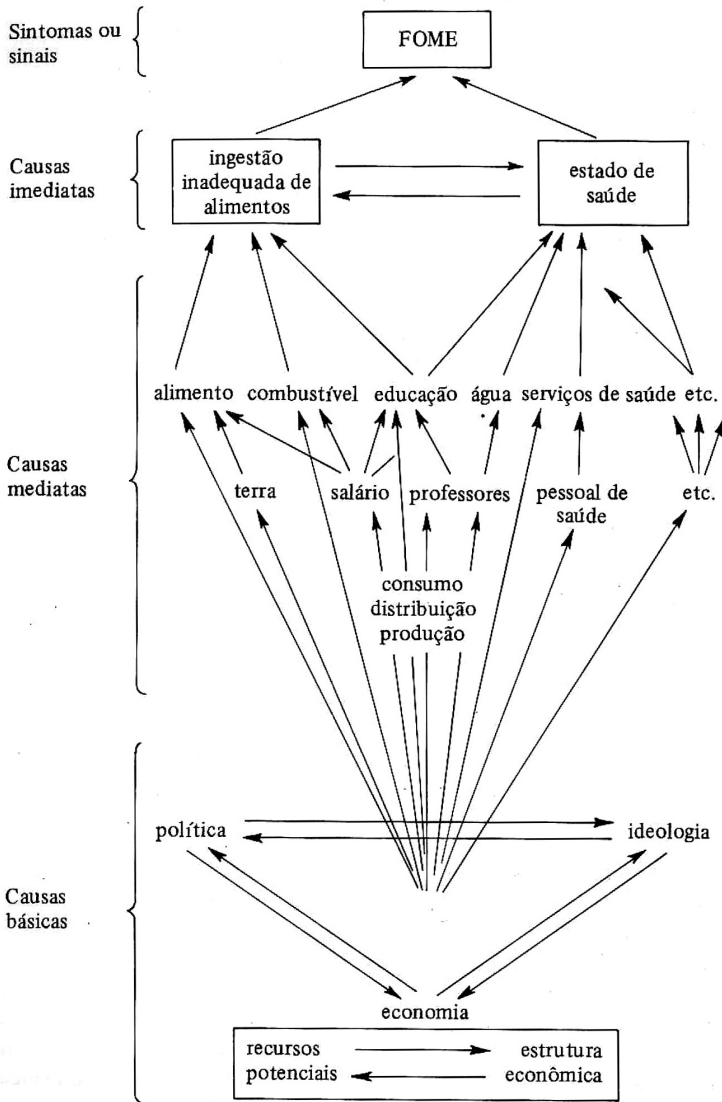
1. Sintomas ou sinais — As manifestações diretas da fome observáveis em uma sociedade. Estas são principalmente sintomas de deficiência. Estes sintomas geralmente não são específicos e podem ser causados por um número de diferentes deficiências de nutrientes ou doenças em combinação. Portanto, é difícil basear qualquer ação na avaliação destes sintomas, embora eles próprios indiquem que existe um problema.
2. Causas imediatas — As causas imediatas da fome são a ingestão inadequada de nutrientes e a doença (CALL &

LEVINSON, 1973). A interação entre esses dois fatores é importante e bem conhecida (GORDON, 1976). Se os padrões de morbidade e de ingestão de nutrientes são conhecidos, o quadro de fome torna-se mais claro. É possível selecionar um número de medidas de saúde e de dieta que podem melhorar a situação.

3. Causas mediatas — As causas mediatas de doença e ingestão inadequada de nutrientes em uma sociedade são muitas e complexas (CRAVIOTO, 1970; GEORGE, 1976; DANDEKAR & RATH, 1971). Mas a maior parte dos fatores são o resultado de acesso desigual a, por exemplo, mercadorias, serviços e outros recursos entre indivíduos ou grupos de indivíduos. Exemplos destes são alimentação, habitação, educação, água e serviços de saúde. A produção, distribuição e consumo de todas estas mercadorias e serviços são determinados pela estrutura socioeconômica da sociedade, incluindo sua superestrutura ideológica e política.
4. Causas básicas — As contradições e as inter-relações dentro da economia e entre a economia e a superestrutura ideológica e política são os determinantes fundamentais do desenvolvimento da sociedade. As causas básicas explicam como os recursos potenciais de uma dada sociedade são mobilizados para a produção de mercadorias e serviços e como estes são distribuídos.

As diferentes categorias de causas são mostradas na Figura 2.

Figura 2 - Diferentes níveis de causas da fome



Fonte: o autor.

A fim de entender por que a fome existe é necessário entender os elos entre os diferentes níveis. Até hoje, a maior parte da pesquisa tem-se concentrado em estudos ao nível de sintomas, causas imediatas, e, até certo ponto, causas mediatas. Hoje nós conhecemos muito mais a respeito do metabolismo dos nutrientes e das características de processamento dos alimentos do que sobre o papel concreto da política e da ideologia em criar ou aliviar a fome na sociedade.

Um grande número de pesquisas tem sido conduzido para avaliar a prevalência da fome. Estas estão na maior parte limitadas ao primeiro e segundo níveis de profundidade de análise. No entanto, as conclusões tiradas de algumas destas pesquisas incluem pressuposições eivadas de preconceitos sobre as causas básicas e imediatas. Muito poucos estudos lidam com a análise das causas da fome.²⁸

Na maioria dos países subdesenvolvidos, onde a fome persiste, ações ao nível das causas mediatas não serão suficientes para resolver o problema da fome. Na maior parte dos casos, será preciso que exista uma mudança de estrutura socioeconômica. Por isto, é que, estudos nesse nível — o básico — são tão importantes hoje.

A *segunda dimensão* a ser considerada é a categorização das causas básicas da fome em diferentes tipos relacionados aos componentes principais do modelo dialético apresentado anteriormente. Cinco tipos diferentes de causas básicas da fome podem ser identificados:

- I. Causas históricas: imperialismo, colonialismo, neo-colonialismo, escravidão, divisão de trabalho, leis de herança, religião, guerras, tecnologia, etc. Toda

²⁸ De 1.100 resumos da revista *Nutrition Planning*, 147 (12%) lidavam com as causas da fome. Somente muito poucos destes se concentravam nas causas básicas.

sociedade tem uma história. A história pode ser entendida como a interação entre a economia e política, ideologia, etc. Estas causas podem ser entendidas pela análise da sociedade em componentes dos tipos 2 a 5, abaixo.

2. Causas tecnológicas e ecológicas: recursos naturais, clima, fertilidade do solo, *know-how* tecnológico. Estas são relacionadas às condições materiais e técnicas de produção (recursos potenciais).
3. Causas econômicas: relações de propriedade, posse ou acesso a meios de produção, divisão de trabalho, estrutura de poder, imperialismo e neocolonialismo, exploração, etc. Estas são relacionadas às condições sociais de produção (estrutura econômica da sociedade).
4. Causas culturais e ideológicas: ideologia, religião, opiniões, concepções morais, crenças e hábitos, leis tradicionais, etc. Estas estão relacionadas à superestrutura da sociedade.
5. Causas políticas: estrutura de poder, militar e política, a lei e as cortes, direitos democráticos, política fiscal, política de emprego, organização, etc. Estas estão principalmente relacionadas à estrutura e função do Estado.

A terceira dimensão a ser considerada é o nível da sociedade em que as causas dos problemas existem. Vamos considerar a “ingestão inadequada de alimentos” por um indivíduo como um problema causado por má distribuição de alimentos (causas

mediatas). A má distribuição de alimentos pode existir em muitos níveis diferentes de uma sociedade.

Os seguintes níveis podem ser identificados:

- nível internacional: má distribuição dos alimentos entre países;
- nível nacional: má distribuição entre regiões/áreas de um país;
- nível de área: má distribuição de alimentos entre bairros (ou localidades de áreas urbanas);
- nível local de bairro: má distribuição de alimentos entre domicílios;
- nível de domicílio: má distribuição de alimentos entre membros do domicílio.

A fome sempre se manifesta funcionalmente ao nível individual, mas as causas básicas e mediatas podem atuar em qualquer nível. O alívio da fome requer ações ao nível da sociedade, onde estão as causas principais.

Algumas vezes nós dizemos que um bairro, uma área, ou mesmo um país é afetado pela fome. Enquanto a fome a nível individual é identificável objetivamente, a “fome” a níveis mais amplos precisa incluir um juízo de valor em sua definição. A fome precisa afetar uma certa porcentagem da população e ser de um caráter suficientemente sério, para que falemos de fome em um bairro, em uma área, etc.

4. ALGUMAS CONCLUSÕES

A fome se manifesta ao nível do indivíduo ou domicílio como deficiência de nutrientes, desordens metabólicas, perda de peso, apatia, etc. Isto é um sintoma de uma desordem social completa, em que as causas devem ser buscadas nas causas básicas através das

causas imediatas e mediatas. Os sintomas e os diferentes tipos de causas existem em muitos níveis diferentes de uma sociedade, do nível domiciliar ao internacional. As causas básicas podem somente ser entendidas em relação ao contexto histórico específico, ecológico, econômico, cultural e político. As causas básicas podem ser categorizadas de acordo com estas dimensões do contexto.

É útil desenhar um modelo usando a dimensão do tipo de causa básica e a dimensão do nível da sociedade na qual as causas ocorrem.

Na Tabela 2, são sugeridas algumas das causas básicas mais comuns da fome em diferentes níveis da sociedade. As causas históricas podem, naturalmente, ser qualquer combinação das causas mencionadas nas colunas de ecologia, economia, política, etc. Esta proposta está longe de ser completa e, na maior parte dos casos, algumas das causas são dominantes em relação a outras. Mas a matriz permite uma interpretação sistemática de todos os possíveis tipos de causas, em que cada tipo está relacionado a certos aspectos ou componentes da estrutura socioeconômica da sociedade.

Outra estruturação útil é combinar a dimensão da profundidade da análise e a dimensão do nível da sociedade.

Os sintomas do problema da fome se manifestam de maneiras diferentes em diferentes níveis da sociedade. Aos níveis individuais e de domicílio, as manifestações clínicas são mais óbvias, enquanto que a nível de bairro as variações antropométricas podem ser mais fáceis de observar. A nível nacional a taxa de mortalidade específica pode ser o parâmetro mais válido para refletir a fome.

O mesmo é verdadeiro com as causas mediatas. A ingestão inadequada de alimentos a nível de domicílio pode ser uma manifestação de baixa disponibilidade de alimentos a nível de domicílio, falta de serviços de extensão/educação a nível de bairro, ou produção inadequada de insumos agrícolas a nível nacional.

Tabela 2 — Tipos de Causas Básicas da Fome em Diferentes Níveis da Sociedade

	Causas históricas	Causas ecológico- tecnológicas	Causas Econômicas	Causas culturais e ideológicas	Causas políticas
Nível internacional	Ecologia/tecnologia Ideologia e cultura Economia Política	Recursos naturais Solos e clima Tecnologia Conhecimento e sabedoria	Imperialismo e neocolonialismo Divisão internacional do trabalho Relações centro- periferia (exploração) Propriedade ou acesso aos meios de produção Divisão de trabalho Estrutura de poder Relações centro- periferia (exploração)	Ideologia Religião Ética nacional Legislação nacional	Guerras e ameaças de guerra Organização política Organização do Estado Graus de democracia
Nível nacional	Ecologia/tecnologia Ideologia e cultura Economia Política	Recursos naturais Solos e clima Tecnologia Conhecimento e sabedoria	Propriedade ou acesso aos meios de produção Divisão de trabalho Estrutura de poder Relações centro- periferia (exploração)	Ideologia Religião Legislação nacional	Organização política Organização do Estado Grau de democracia Política fiscal Estrutura de poder
Nível de área	Ecologia/tecnologia Ideologia e cultura Economia Política	Recursos naturais Solos e clima Tecnologia Conhecimento e sabedoria	Propriedade ou acesso aos meios de produção Divisão de trabalho Estrutura de poder Relações centro- periferia (exploração)	Religião Crenças Legislação nacional	Organização política Organização do Estado Grau de democracia Política fiscal Estrutura de poder
Nível de bairro	Ecologia/tecnologia Ideologia e cultura Economia Política	Conhecimento e sabedoria	Propriedade ou acesso aos meios de produção Divisão de trabalho Estrutura de poder Exploração	Religião Crenças Legislação trabalhista Hábitos	Organização política Organização do Estado Grau de democracia Política fiscal Estrutura de poder
Nível de domicílio	Ecologia/tecnologia Ideologia e cultura Economia Política		Divisão de trabalho	Religião Crenças Legislação tradicional Hábitos	Política fiscal Estrutura de poder

Fonte: o autor.

Tabela 3 — Alguns sintomas e causas da fome em diferentes níveis da sociedade

	Sintomas	Causas imediatas	Causas médias	Causas básicas
Nível nacional	Mortalidade infantil alta Desnutrição como causa de morte	Padrão de morbidade Padrões de ingestão alimentar	Acesso aos serviços de saúde Serviços de água e educacionais Produção de fertilizantes	Imperialismo e neocolonialismo Estrutura de poder Organização política Solo e clima Tecnologia Causas históricas
Nível de área	Baixo peso/idade etc Baixo peso ao nascer Mortalidade infantil alta Desnutrição como causa de morte	Padrão de morbidade Padrões de ingestão alimentar	Acesso aos serviços de saúde Serviços de água e educacionais	Divisão de trabalho Exploração Política fiscal Organização política Solo e clima Causas históricas
Nível de bairro	Baixo peso/idade Sinais clínicos de deficiências de nutrientes Baixo peso ao nascer Mortalidade infantil alta	Padrão de morbidade Padrões de ingestão alimentar	Acesso aos serviços de saúde Serviços de água e educacionais	Divisão de trabalho Exploração Política fiscal Organização política Conhecimento e sabedoria Causas históricas
Nível de domicílio	Sinais clínicos de deficiências de nutrientes Desordens metabólicas Perdas de peso Apatia, etc.	Padrão de morbidade Padrões de ingestão alimentar	Acesso aos serviços de saúde Condições sanitárias Educação Acesso a água	Divisão de trabalho Política fiscal Estrutura de poder Religião Hábitos Legislação tradicional

Fonte: o autor.

Tabela 4 — Alguns métodos de identificar a fome em diferentes níveis da sociedade

Sintomas	Causas imediatas	Causas mediatas	Causas básicas
Nível nacional Dados de mortalidade Peso ao nascer	Estatísticas de saúde Folhas de balanço	Distribuição de instituições de saúde, trabalhadores em saúde, escolas, etc. Padrões de distribuição de alimentos Distribuição de renda	Padrão e importação/exportação Corrupção Opressão política Tecnologia Propriedade da terra Aspectos históricos
Nível de área Mortalidade específicas Peso ao nascer Arquivos hospitalares	Estatísticas de saúde Folhas de balanço de alimento Orçamento alimentar domiciliar	Distribuição de instituições de saúde, trabalhadores em saúde, escolas, etc. Padrões de distribuição de alimentos Distribuição de renda	Propriedade da terra Estratificação social Qualidade do solo Chuvas Aspectos históricos
Nível de bairro Avaliação clínica e bioquímica Antropometria	Triagem clínica de enfermidades Avaliações dietéticas rápidas Produção e comercialização de alimentos	Distância ao centro de saúde, água etc. Padrão de distribuição de alimentos Distribuição de renda, etc	Propriedade da terra Estratificação social Nível educacional Aspectos históricos
Nível de domicílio Exame clínico em busca de sinais de deficiências Avaliação bioquímica	Exame clínico em busca de enfermidade Avaliação individual de ingestão alimentar	Distância ao centro de saúde, água, etc. Renda Produção de alimentos	Distribuição do tempo materno Acesso à terra Emprego de da terra Empregos, impostos Hábitos alimentares Educação

Fonte: o autor.

Na Tabela 3, tem-se um exemplo de diferentes manifestações de sintomas e as causas imediatas, mediatas e básicas da fome em diferentes níveis de uma sociedade. A tabela está longe de ser completa. Deveria servir somente como um exemplo desta abordagem.

Com a matriz mostrada na Tabela 3, seria possível identificar os métodos mais válidos e apropriados pelos quais o problema da fome pode ser identificado a diferentes profundidades de análise e níveis de uma sociedade. Levantamentos antropométricos, por exemplo, servem principalmente para identificar sintomas e deveriam ser usados somente a nível de bairro e talvez a nível de área. Um breve sumário, demonstrando uma abordagem para a classificação de métodos de coleta de dados, é apresentado na Tabela 4. (B. LJUNGQVIST & JONSSON, 1980).

O modelo conceitual proposto aqui torna mais fácil a abordagem ao problema da fome na sociedade de uma forma sistemática. É um modelo holístico, abrangendo todos os aspectos importantes da fome. Mas também é operacional, permitindo uma análise das combinações existentes de causas de fome em qualquer situação específica (localidade e ponto no tempo). Deveria facilitar a identificação de intervenções factíveis e potencialmente eficazes dentro de qualquer contexto social.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Lire le Capital*. Paris, 1965. s/e.

BÅRMARK, J. & WALLEN, G. *Knowledge Production in Interdisciplinary Groups*. Dept. of the Theory of Science, University of Goteborg. Report n.G 37. Goteborg, Sweden, 1975.

BERG, A., SCRIMSHAW, N. & CALL, D. L. Nutrition, National Development, and Planning. Cambridge, MIT Press; USA Mass., 1973.

CALL, D. L. & LEVINSON, F. J. A Systematic Approach to Nutrition Intervention Programmes. *In*: BERG, A., SCRIMSHAW, N. & CALL, D. L. Nutrition, National Development and Planning. Cambridge, MIT Press; USA, Mass., 1973.

CRAVIOTO, J. Complexity of Factors Involved in Protein-Calorie Malnutrition. *In: Malnutrition Is a Problem of Ecology*. Bibliotheca Nutritio et Dieta n.º 14. S. Karger, Basel, Switzerland, 1970.

DANDEKAR, V. M. & RATH, N. Poverty in India. (2 parts). *Economia and Political Weekly*. 2: 25-48, Jan. 1971; 9: 106-146, Jan. 1971.

DECLARATION on the Eradication of Hunger and Malnutrition. World Food Conference, 1974.

FOOD and Agriculture Organization. *Indicative World Plan for Agricultural Development*. Rome, FAO, 1976.

_____. *Annual Report*. Rome, 1974.

GALTUNG, J. *Goals, processes, and Indicators of Development: A Project Description*. Tokyo, UN University, 1978.

GEORGE, S. *How the Other Half Dies*. London, Pelican, 1976.

GORDON, J. E. Synergism of Malnutrition and Infectious Disease. In: *Nutrition in Preventive Medicine*. WHO, n.º 62. Geneva, WHO, 1976.

HARLE, V. Political Economy of Food: Proceedings of an International Seminar. Tampere Peace Research Institute Research Report n.º 12. Finland, Tampere. 1976.

INDEPENDENT commission in International Development Issues (Brandt Commission), North-South: A Programme for Survival. Cambridge, MIT Press USA, Mass., 1980.

JONSSON, U. & BRUN, T. The Politics of Food and Nutrition Planning. In: JOY, L. Nutrition Planning. The State of the Art. London, IPC Tech. Pres. 1978.

JOY, L. Food and Nutrition Planning, *J. Agr. Economics*, 24 (1): 165-197, 1973.

LJUNGQVIST, B., MGAZA, O., & JONSSON, U. The Role of Nutrition Surveys in Solving Nutrition Problems. In: *Nutrition in Europe: Proceedings of the Third European Nutrition Conference*. Sweden, Uppsala, 19-21, jun. 1979, 1980.

MYRDAL, G. *Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations*. New York, Pantheon, 1968.

POLEMAN, T. T. Food and Population in Historical Perspective. In: POLEMAN, T. T. & FREEBAINR, D. K. *Food Population and Employment*. New York, Praeger, 1973.

TOWARDS a New International Development Strategy: The Scheveningen Report. *Development Dialogue*, 1: 55-67, 1980. s/l.

UN Department of Economic and Social Affairs, Strategy Statement on Action to Avert the Protein Crisis in Developing Countries. New York, United Nations, 1971.

ALLERSTEIN, M. B. Interdisciplinary Dialogue on World Hunger: A Summary of the Workshop on Goals, Processes, and Indicators of Food and Nutrition Policy. *In: Food and Nutrition Bulletin*, 2 (3): 16-23, 1980.

WHYTE, R. O. Rural Nutrition in China. London, Oxford University Press, 1972. p. 54.

EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL CRÍTICA²⁹

Flávio Luiz Schieck Valente ³⁰

1. O PROBLEMA

A educação nutricional e alimentar tem sido considerada um dos principais esteios das atividades em nutrição aplicada pela grande maioria de nutricionistas, nutrólogos, agrônomos e outros profissionais envolvidos em programas de nutrição em saúde.³¹

29 Trabalho apresentado no III Seminário Latino-americano de Medicina Social, Ouro Preto, Minas Gerais, 19-23 de novembro de 1984. A versão preliminar deste trabalho, Determinantes do estado nutricional e a questão da educação nutricional — em busca de uma educação nutricional crítica, foi apresentada como subsídio para discussão no Seminário de Debates e Atualização em Educação Nutricional, 5-6 de abril de 1984, Florianópolis, Santa Catarina.

30 Professor assistente II, lotado no Departamento de Nutrição, UFSC.

31 1. “A educação alimentar é a pedra fundamental na construção da saúde. Ela pode ser empreendida nos consultórios médicos, nas escolas, nos lares, nos cinemas e em muitos outros lugares”. R. E. Shank, *Nutrição em medicina preventiva*, in H.G. Leavell, e Gurney Clark. *Medicina preventiva* (1978: 215); J. A. S. Ritche, *Estudemos la nutrición* (1968). A ênfase é colocada no papel do educador nutricional em educar tanto governados como governantes sobre a importância de uma boa alimentação.

No entanto, já existe uma certa clareza de que a Educação Nutricional e Alimentar (ENA) levada avante, de forma isolada, tem-se demonstrado incapaz de promover alterações em práticas alimentares. Esse fracasso tem sido constatado tanto a nível de dietoterapia ambulatorial e intra-hospitalar como a nível de comunidade, especialmente em pessoas ou populações cujos recursos são irrisórios em relação às suas necessidades nutricionais e alimentares.³²

Além do mais, segundo revisão bibliográfica recente, os programas de educação nutricional só têm tido sua eficiência comprovada em aumentar o *grau de conhecimento* de práticas nutricionalmente benéficas. Nunca foi documentada uma *efetiva alteração de hábitos* e melhora do estado nutricional em decorrência de tais programas.³³

Todas estas constatações têm levado a uma alteração do discurso oficial, tanto a nível internacional como a nível nacional, em que a Educação Nutricional e Alimentar passa a ser proposta como uma atividade integrante de programas de intervenção nutricional mais abrangentes.³⁴

32 “Experience has also taught us that nutrition education to the community should be a component of a program that at the same time helps the people: agricultural program or supplementary feeding, or other supportive operation. There is little point in educating deprived people without providing them with added resources”, INCAP. *Report of activities of the four-year period 1971-1975*. Guatemala, INCAP, 1976, p. 58.

33 J. Austin, *Confronting urban malnutrition: the design of nutrition programs* (1980). O autor, com base nesta revisão, sugere que a educação nutricional seja preferencialmente usada em situações onde “crenças incorretas e ignorância levem à desnutrição” (p. 53-6).

34 4. Este tipo de recomendação pode ser encontrado tanto em trabalhos estrangeiros, como é o caso de A. Griffin, e Luise Light, *Ensenanza de la nutrición: concepción y adaptación de los programas de estudio* (1976), como em nacionais, do próprio governo brasileiro: E. M. Kertesz, *O pronam como modelo de intervenção social* (1976).

A modificação de discurso e a própria transformação da educação nutricional em um componente de programas mais amplos, no entanto, até hoje não implicaram em uma real alteração da prática em educação nutricional. Isto tampouco tem provocado um repensar da formação do nutricionista ou de qualquer outro profissional que trabalhe nesta área. Continua-se, pelo contrário, a colocar sobre a educação nutricional, o educador e o próprio educando grande parte, senão a integralidade, da responsabilidade pela resolução dos distúrbios nutricionais, inclusive, da própria fome/desnutrição.

Este trabalho resulta do constante questionamento levantado pela prática junto a populações humanas, tanto a nível de local de moradia como em situações ambulatoriais e hospitalares. Incentivados pelo relatório do Seminário da International Union for Nutritional Sciences, realizado em Dar-es-Salaam, Tanzânia, sobre educação para o público, que levanta uma série de pontos extremamente polêmicos sobre a prática da educação nutricional, resolvemos fazer uma incursão pelo tema³⁵

Para tal, propomo-nos a levantar alguns pontos para discussão:

1. As premissas básicas da educação nutricional e alimentar tradicionais.
2. Os determinantes do estado nutricional, dos hábitos e práticas alimentares e da própria prática em educação nutricional e alimentar.

35 5. IUNS, Repensando a educação nutricional e alimentar sob condições socioeconômicas em mudança. Dar-es-Salaam, 1978. *Cadernos de Discussão n.º 1*, Coordenadoria Especial de Nutrição da UFSC, 1984.

3. As relações entre a educação nutricional e as diferentes escolas em educação.
4. A busca de propostas para uma educação nutricional crítica e comprometida com a real transformação das condições de vida e nutricionais da população.

2. AS PREMISSAS BÁSICAS DA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAR TRADICIONAIS

Três premissas básicas têm tradicionalmente permeado a prática da educação nutricional, independentemente do fato de esta estar sendo realizada de forma isolada ou articulada a outros tipos de intervenção nutricional.

A primeira, que define a ignorância como a principal causa dos distúrbios nutricionais. Ignorância esta que se pode manifestar pela falta dos conhecimentos corretos e adequados para uma boa alimentação, por uma desadaptação do indivíduo ao seu meio, que o leva a não saber aproveitar, de forma ótima, os recursos alimentares a ele disponíveis e, por fim, por uma incapacidade ou incompetência em escolher e preparar os alimentos necessários a uma boa nutrição.

Assim, a causa dos distúrbios nutricionais é colocada a nível de indivíduo e este passa a ser culpado por sua fome/desnutrição ou por qualquer outra alteração em seu estado nutricional. Desta forma, justifica-se que a “cura” seja tentada através de alteração das práticas e hábitos alimentares individuais. Mesmo quando outras possíveis causas mencionadas, tais como condições socioeconômicas, estas são deixadas de lado por não serem consideradas modificáveis.

A segunda, que define a educação como tendo a função social de eliminar as diferenças, fazendo isto através da ministração dos conhecimentos necessários à superação dos problemas em questão. Sendo a sociedade vista como um todo harmônico, sem conflitos, a educação teria o importante papel de força homogeneizadora. Espera-se, assim, que através do aprendizado das práticas alimentares corretas, o desnutrido aprenda a não mais passar fome, e o obeso a não comer tanto, atingindo-se o equilíbrio.

A terceira, que propõe que a educação nutricional somente aborde situações que são modificáveis pelos métodos educacionais³⁶ e trabalhe dentro das limitações socioeconômicas impostas ao indivíduo ou população, pela organização social vigente.³⁷ Assim, a educação nutricional mantém sua “neutralidade técnica”, procurando não interferir em questões consideradas políticas, que estariam fora do seu campo de ação.

Funcionando dentro destas premissas, a educação nutricional tem as importantes funções ideológicas de: 1) efetivamente desviar a atenção, de todos os envolvidos no processo, das reais causas do problema nutricional que se está “tentando resolver”; 2) dar a impressão de que algo está sendo feito para resolver o problema; 3) atribuir tranquilamente o eventual fracasso do programa à resistência individual a mudanças ou a falhas por parte dos educadores.

36 “En un plan práctico, solamente cabra combater aquellos factores que pueden ser modificados.” (Griffin & Light, 1976: 23).

37 “Se há insistido ya en que las soluciones de los problemas de nutrición han que buscarse dentro de las posibilidades practicas que la economia y los recursos locales ofrescan (Ritchie, 1968: 121).

A pergunta que nos cabe fazer, então, é se a educação nutricional pode ser transformada em um instrumento de fortalecimento das forças sociais que buscam a superação das causas básicas dos problemas nutricionais, ou não.

Para tentarmos dar uma resposta a esta pergunta temos que entender a determinação não só da educação nutricional como também do estado nutricional e das práticas e hábitos alimentares. É isso que tentaremos fazer no decorrer deste artigo.

3. A EDUCAÇÃO NUTRICIONAL TRADICIONAL E SEU REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. A causação dos problemas nutricionais segundo a epidemiologia clássica – o caso da desnutrição³⁸

Durante a última metade do século passado e as primeiras décadas do século XX, a epidemiologia se utilizou do modelo da monocausalidade para tentar explicar a ocorrência dos distúrbios nutricionais, por exemplo, escorbuto, beribéri, etc., seguindo a trilha da monocausalidade aplicada às doenças infecciosas, tão em voga na época. Mesmo a desnutrição, até o final da década de 60, tinha sua causalidade atribuída a um aporte inadequado de proteínas na dieta.

Hoje, no entanto, a desnutrição, segundo a visão hegemônica da epidemiologia clássica, representada pelos seguidores

38 A partir deste ponto utilizaremos a questão da fome/desnutrição como eixo para a discussão da educação nutricional e alimentar, na medida em que grande parte do esforço da ENA em nosso país é em direção ao “tratamento” deste enorme problema nutricional. Isto não significa, no entanto, que o exposto não se aplique a outros distúrbios nutricionais.

de Leavell e Clark e McMahon, seria o resultado da interação de uma multiplicidade de fatores em uma rede de multicausalidade.

Dentro desta rede, diferentes autores selecionam ou identificam conjuntos de fatores que seriam mais diretamente ligados à causalidade da desnutrição, tais como a ignorância, a falta de capacidade em utilizar os recursos existentes (RITCHIE, 1968, p. 1 e 116), a produção insuficiente de alimentos, a incapacidade de preparar os alimentos adequadamente, maus hábitos alimentares, etc. (SHANK, 1978, p. 183 e 207), falta de conhecimentos necessários à adaptação a novas situações, falta de compromisso político por parte dos governantes (GRIFFIN & LIGHT, 1976, p. 2-17), baixos salários, deficiência na distribuição dos alimentos, crenças alimentares, ambiente sanitário desfavorável (AUSTIN, 1980, p. 13).

Assim, mesmo dentro de uma teoria de multicausalidade, cada autor acaba por identificar alguns fatores *mais importantes*, sobre os quais, segundo eles, uma intervenção poderia provocar uma ruptura da rede de causalidade com uma conseqüente cura da desnutrição. O interessante, no entanto, é que, como aponta Jonsson (1981), os fatores escolhidos acabam sendo intimamente ligados à área de atuação profissional do autor: o demógrafo definindo a superpopulação, o médico escolhendo uma doença correlata, o educador nutricional identificando os hábitos alimentares, o economista selecionando a distribuição de renda, e assim por diante. Esta escolha, por seu lado, justificaria a intervenção específica daqueles profissionais.

Ao lado disto, a aplicação dos modelos da tríade ecológica e da história natural das doenças aos distúrbios nutricionais e, em especial, à desnutrição, por Shank, (1978, p. 182-225), permite o desenvolvimento dos chamados níveis de prevenção, onde se integraria a educação nutricional, como veremos mais adiante.

Segundo este modelo, a desnutrição seria resultado da interação entre o hospedeiro e um estímulo provocado pela interação entre os fatores dos componentes da tríade ecológica: agente (alimento e nutrientes), hospedeiro (ser humano) e meio ambiente. (Ver Figura 1.)

De acordo com a história natural da desnutrição, ou subnutrição, segundo Shank, haveria dois períodos no desenvolvimento da patologia: o pré-patogênico e o patogênico. O primeiro seria aquele em que haveria a geração do estímulo patogênico a partir da interação entre os fatores da tríade, mas ainda não haveria nenhum efeito observável clínica ou laboratorialmente. O segundo, ou patogênico, seria, por sua vez, subdividido em outros dois períodos: 1) subclínico, em que as alterações da desnutrição só seriam observáveis a nível laboratorial; e 2) clínico, em que as alterações seriam clinicamente detectáveis (Figura 1).

Com base nesta história, considerada natural, foram definidos os níveis de prevenção primária, secundária e terciária. A primária teria por objetivo *evitar a passagem do período de pré-patogênese ao de patogênese*. A secundária, o de *diagnosticar precocemente* a desnutrição e propiciar um *tratamento imediato*; e a prevenção terciária, o de *tratar a desnutrição já instalada, evitar sequelas mais graves e reabilitar o desnutrido* (SHANK, 1978, p. 215-225). (Figura 2).

Na prevenção primária, a educação nutricional estaria integrada a programas nacionais de alimentação, saneamento, produção de alimentos, saúde, etc., que estariam teoricamente em curso, no que se convencionou chamar de promoção de *saúde*. Em um outro componente da prevenção primária, o de proteção específica, a educação nutricional estaria acoplada a programas de suplementação alimentar, no gênero do Programa de Nutrição em Saúde, do INAN, dirigidos a grupos “social e biologicamente vulneráveis”, além de programas de enriquecimento de alimentos.

Figura 1 - História natural das deficiências nutricionais (Shank, 1978: 199, modificado por Valente).

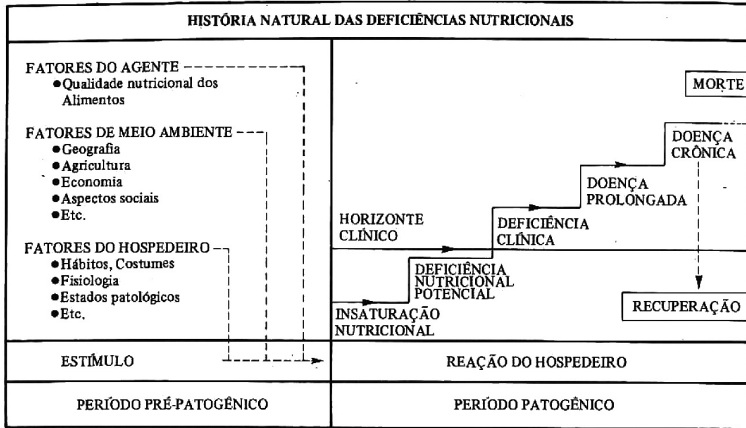
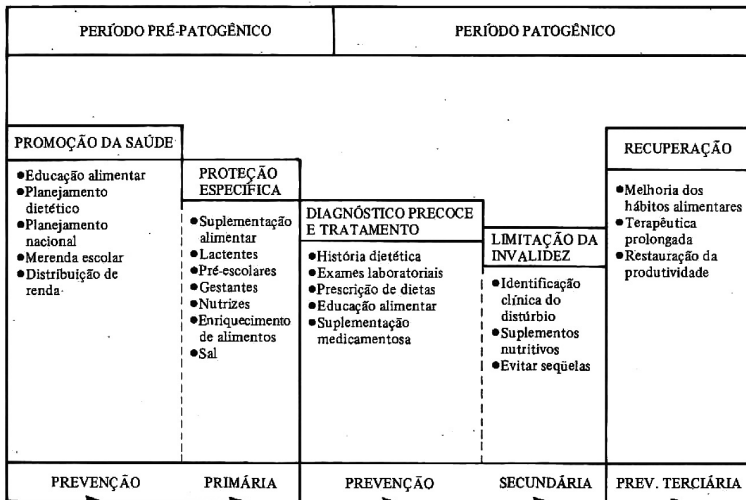


Figura 2 - Níveis de prevenção da subnutrição (Shank, 1978: 216, modificado por Valente).



Na *prevenção secundária*, a educação nutricional se manifestaria através de medidas dietoterápicas associadas à suplementação nutricional. Na *prevenção terciária*, associada à fase clínica do período patogênico, a educação nutricional seria responsável pelo tratamento da patologia e por tentar evitar recidivas. Implicaria profundas alterações de práticas e hábitos alimentares.

Neste contexto, o que se espera da educação nutricional é que ela aja como um fator coadjuvante a outros programas na manutenção da saúde, prevenção e cura da desnutrição. No entanto, nós temos pleno conhecimento e consciência do fato de que grande parte, senão a totalidade dos programas, aos quais a educação nutricional e alimentar estaria articulada, não tem o menor significado frente à magnitude do problema da fome no Brasil.

Assim, acaba recaindo sobre o educador em nutrição a integralidade da responsabilidade pela resolução da fome/desnutrição, que, por sua vez, a transfere para o desnutrido.

A prática da educação nutricional e alimentar tradicional, nesta realidade, tem-se embasado nas teorias educacionais que as articulam perfeitamente com a visão de mundo da epidemiologia clássica. Procuraremos demonstrar isto no tópico que se segue.

3.2. A educação nutricional tradicional e as escolas educacionais

Segundo Saviani (1983, p. 8-9), as teorias da educação podem ser divididas em dois grandes agrupamentos: as teorias positivistas e as teorias críticas. Para o primeiro grupo, a sociedade seria harmoniosa, tendendo à integração, sendo a pobreza,

a miséria, a fome, distorções ou desvios da norma. O papel da educação, neste caso, seria o de instrumento de correção, de força homogeneizadora, de promover coesão e o, uma vez “resolvido” o problema, de evitar uma nova recidiva.

O segundo grupo, o de teorias críticas, vê a sociedade polarizada em classes antagônicas que se relacionam pela força. A miséria, a fome e a marginalidade são vistas como inerentes à própria estrutura da sociedade em que vivemos. Do ponto de vista destas teorias, a educação cumpre o papel de reforçar a dominação (SAVIANI, 1983, p. 9).

Dentro destas perspectivas, desenvolvemos uma revisão bibliográfica de textos de educação nutricional e constatamos que a maioria absoluta destes se enquadrava perfeitamente no que Saviani define como teorias positivistas. Somente para exemplificar, escolhemos alguns trechos de textos selecionados que caracterizam o que afirmamos. Estes foram distribuídos entre as três principais linhas educacionais positivistas, segundo Saviani (1983, p. 9).

- a) Pedagogia tradicional.
- b) Pedagogia nova.
- c) Pedagogia tecnicista.

a) A educação nutricional segundo a pedagogia tradicional

Dentro da visão da pedagogia tradicional, a causa principal de todos os problemas sociais é a ignorância. Cabe ao processo educacional *transmitir* ao educando os conhecimentos acumulados e sistematizados. É uma pedagogia centrada no educador, sendo o papel do educando o de acumular os conhecimentos, eliminando-se, assim, a ignorância (SAVIANI, 1983, p. 10).

Dentro desta linha de trabalho, enquadra-se um grande número de programas de educação nutricional, como documenta o relatório da IUNS. Além disto, a visão da ignorância como um dos principais empecilhos a uma boa nutrição está presente na quase totalidade dos textos sobre educação nutricional.

Exemplificando, citamos o trabalho *Estuéliemos la nutriçión*, da FAO:

“En el presente trabajo, como en el anterior, se estudia, en particular, uno de los métodos de abordar esos problemas, a saber, la divulgación de las relaciones entre nutrición y salud y, muy especialmente de aquellos conocimientos que, una vez adquirido, permitirán aprovechar mejor los recursos alimentarios, actuales e potenciales, y contribuirán a eliminar ciertas costumbres extraviadas, los prejuicios, el apego irreflexivo a la tradición, la ignorancia y la inercia que son a menudo, para la mejora de la nutrición, obstáculos tan graves como la misma nobleza” (RITCHIE, 1968: 2).

b) A educação nutricional segundo a pedagogia nova

Aqui, o problema a ser enfrentado não é a ignorância. A principal causa da não-integração à sociedade, da não-participação em seus benefícios, é o “desajuste”, uma falta de adequação às condições objetivas. O objetivo central desta pedagogia é o de ajustar, adaptar os indivíduos à sociedade. A ênfase é colocada no educando e no processo de aprender. O importante é *aprender a aprender* (SAVIANI, 1983, p. 11).

As propostas mais modernas da educação nutricional se encaixam nesta linha de trabalho. Exemplificando, citamos o trabalho da UNESCO:

“La educación es um poderoso instrumento dei desarrollo nacional y persigue la finalidad de aumentar la capacidad de quienes integran la sociedad para que puedan haver frente eficazmente a su médio físico y social” (GRIFFIN & LIGHT, 1976).

Toda uma linha de trabalho que propõe a participação comunitária nos programas de educação nutricional também se insere nesta escola educacional. Nestes casos, a participação se limita à escolha dos temas a serem discutidos e não há uma efetiva *participação na decisão* do que fazer com a situação existente: isto geralmente já está definido. O máximo que o indivíduo ou comunidade podem fazer é participar efetivamente do seu processo de adaptação ao que existe.³⁹

c) A educação nutricional segundo a pedagogia tecnicista

A pedagogia tecnicista parte do princípio da neutralidade científica e se inspira na racionalidade, eficiência e produtividade. Tem como meta transformar a educação em um instrumento objetivo e operacional. Como diz Saviani:

[...] na pedagogia tecnicista, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando professor e aluno posição secundária (SAVIANI, 1983, p. 16-17).

39 *Educação nutricional* (1978), do qual citamos: “O educando é a figura central de qualquer programa educativo. Em torno de suas necessidades, seu nível educativo e sua tradição, devem girar todos os aspectos do programa”. E mais adiante: “O melhor método é aquele que favorece o maior grau de participação do educando”.

Aqui, a principal causa da marginalidade, da miséria e da fome está na incompetência, e o que o educando precisa é *aprender a fazer*. Uma vez adquirido o *know-how*, estará resolvido o problema, seja ele qual for (Saviani, 1983: 15-9).

Dentro desta linha se insere um grande número de textos de educação nutricional, inclusive o trabalho de Motta, que vem sendo amplamente utilizado como livro-texto em vários cursos de nutrição do país. Motta et alii, ao discutirem a redação dos objetivos de um programa de educação nutricional, sugerem que se deve:

“Utilizar sempre os termos mais precisos, ou seja, que não se prestem a várias interpretações:

Termos mais precisos

- | | | |
|--------------|---------------|-------------|
| • definir. | • selecionar | • descrever |
| • relacionar | • ingerir | • empregar |
| • comparar | • participar | • aplicar |
| • resumir | • identificar | • formular |
| • pensar | • explicar | • utilizar |
| • enumerar | • citar | |

Termos menos precisos

- | | |
|------------|-----------------|
| • aprender | • saber |
| • conhecer | • motivar |
| • pensar | • captar |
| • entender | • compreender”. |

(MOTTA et alii, 1979, p. 9).

Pode-se perceber claramente, pelo trecho citado que é preferida a utilização de termos que não impliquem uma atividade crítica ou criativa por parte do educando, ou, até mesmo, do educador. Busca-se, assim, manter a aparência de neutralidade e objetividade, eliminando-se o ato de pensar, de compreender, de aprender, etc., atos logicamente dispensáveis em qualquer processo “real” de aprendizagem.

4. DETERMINAÇÃO SOCIAL DA FOME/DESNUTRIÇÃO, DOS HÁBITOS E PRÁTICAS ALIMENTARES E A EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

4.1 A determinação social da fome/desnutrição e dos hábitos alimentares sob o modo de produção capitalista

Dentro desta abordagem, como procuramos demonstrar em outros trabalhos,⁴⁰ entendemos que os distúrbios nutricionais são inerentes à própria organização social de produção capitalista. Ou seja, a produção social da fome/desnutrição em amplos setores da classe trabalhadora no Brasil é parte integrante do mesmo processo que gera lucros fenomenais para os capitalistas industriais e financeiros, nacionais e estrangeiros. Como irmãos siameses, um (o lucro) não viveria sem a outra (a fome).

A organização capitalista da economia brasileira caracteriza-se pela exploração do trabalho assalariado; pela expulsão violenta de produtores de alimento do campo, transformados, agora, em assalariados; pela produção e manutenção de um enorme exército de desempregados e subempregados que, ao mesmo tempo, servem de mão de obra barata e rebaixam o valor do salário daqueles que trabalham; pela produção voltada unicamente para o lucro e não para atender às necessidades reais da

40 Para um maior aprofundamento da discussão sobre determinantes do estado nutricional da população brasileira nos remetemos a dois trabalhos anteriores realizados dentro do mesmo enfoque teórico: F. L. S. Valente, *Political economy of agricultural production and nutrition in Brazil: 1500-1978* (1979) e F. L. S. Valente e C. E. M. Baldijão. Determinantes econômicos e políticos do estado-nutricional no modo de produção capitalista (1984).

organização social. Este sistema produz e reproduz não só a fome como os próprios famintos.

Estas características, presentes em todas as economias capitalistas, são agravadas no Brasil, assim como em outros países capitalistas periféricos, pela aliança feita entre as classes dominantes locais com o capitalismo financeiro internacional, que intensifica ainda mais a extração de riquezas de nossos países, piorando ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora.

A fome/desnutrição, portanto, não seria, dentro desta abordagem, o resultado “natural” da interação de uma multiplicidade de fatores com um hospedeiro. Seria, isto sim, a manifestação a nível do corpo da classe trabalhadora da exploração econômica e consequente privação social a que ele é submetido sob o modo de produção capitalista.⁴¹ Portanto, a fome/desnutrição tem uma história social e é somente através do entendimento desta que poderemos efetivamente erradicar a fome.

Os “fatores” da epidemiologia clássica que poderiam levar à desnutrição, tais como as condições de saneamento, condições de habitação, acesso a serviços médicos, renda, doenças infecciosas, distribuição de alimentos, etc., são, na realidade, facetas de um modo de vida imposto à classe trabalhadora. Quando descritos em separado, eles adquirem uma aparente independência, mas, no concreto, compõem um todo, delimitado pelo processo social que inclui a fome/desnutrição.

41 “A desnutrição, ao nosso ver, nada mais é que a fome da célula, ou seja, uma manifestação ao nível do biológico do processo social de exploração capitalista que nega o acesso dos trabalhadores ao produto de seu trabalho, seja sob forma de meio de troca de (dinheiro) ou de mercadorias, em quantidades e/ou qualidade suficientes para satisfazer suas necessidades (nutricionais)/alimentares fisiológicas e/ou historicamente determinadas” (VALENTE & BALDIJÃO, 1984, p. 2).

Não é por acaso que o trabalhador que passa fome ganha pouco, é analfabeto, mora em um barraco, não tem dinheiro em casa, tem irmão desempregado, tem pai operário ou lavrador migrado. Estas associações não são causais ou multifatoriais, elas são sociais, históricas, e é desta forma que devem ser estudadas.

Jonsson, em um trabalho recente na época, coloca que poderíamos visualizar a determinação social da fome/desnutrição como ocorrendo com diferentes níveis hierárquicos de causalidade (JONSSON, 1981). (Figura 3). Em um nível mais alto, ele coloca o que se chama de *causas básicas*: organização social da produção, relações de produção. Estas delimitariam as *causas mediatas*: acesso a terra, emprego, salário, acesso a alimentos, transporte, água, serviços de saúde, educação, etc. Por sua vez, as causas mediatas delimitariam o espaço de variação das *causas imediatas*: ingestão de alimentos, necessidades alimentares e nutricionais e estado de saúde, que se manteriam em equilíbrio dinâmico. E, finalmente, teríamos os sinais e sintomas da fome/desnutrição que surgiriam caso o equilíbrio entre as causas imediatas se movesse nesta direção.

Se, enriquecendo o esquema de Jonsson, visualizamos que cada classe social tem um conjunto distinto de *causas mediatas e imediatas*, determinadas pela sua inserção, enquanto classe, na organização social da produção, podemos explicar as eventuais alterações ou a manutenção do equilíbrio, a nível das causas *imediatas*, nas diferentes classes sociais.⁴²

42 A utilização deste esquema, como a de qualquer outro modelo reducionista, deve ser vista exclusivamente como um instrumento auxiliar no processo didático e nunca como um substituto de um entendimento dinâmico do processo social de determinação que nunca poderia ser captado em um modelo.

Para a burguesia, por exemplo, entendida aqui como detentora dos meios de produção,⁴³ o equilíbrio entre ingestão de alimentos, necessidades nutricionais e estado de saúde (causas imediatas) só se descolocará na direção da fome/desnutrição em casos de doenças muito graves. Nos outros casos, por mais estapafúrdicos que possam ser os hábitos e práticas alimentares, por mais ativa que a pessoa seja ou mesmo que ela fique doente, o equilíbrio será mantido dentro das normas.

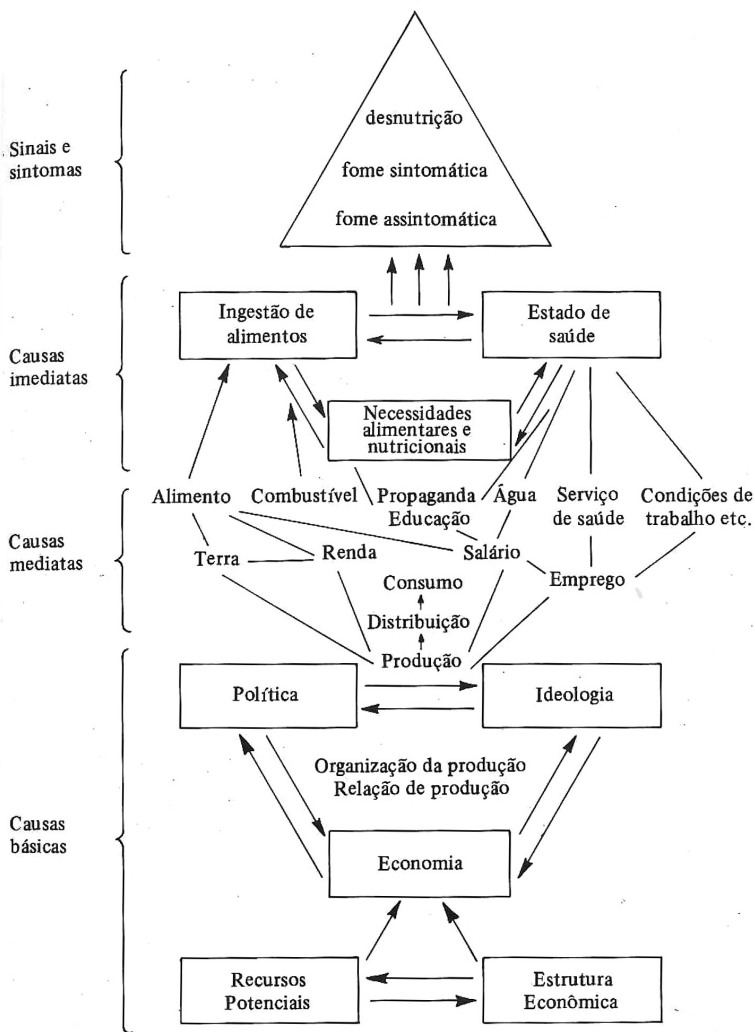
Já para a classe trabalhadora, sem meios de produção, tendo que se submeter às exigências do capital, trabalhar por salários irrisórios, desenvolver atividades extenuantes por longos períodos de tempo, submeter-se ao desemprego e subemprego periódicos, o equilíbrio será precaríssimo entre as chamadas causas imediatas, tendendo sempre na direção da fome-desnutrição.

Assim, dentro da visão de Canguilhem, segundo a qual a manutenção da saúde seria a manutenção da capacidade de *ser normativo*, ou seja, a habilidade de criar novas normas frente a novas situações colocadas pela vida, a abordagem da determinação social do processo de saúde-doença seria o estudo da normatividade social, a normatividade coletiva, imposta pela própria organização social da produção, pela luta de classes, por uma classe social sobre a outra.⁴⁴

43 Fábricas, bancos, grandes estabelecimentos comerciais, grandes propriedades rurais, etc.

44 “Não existe fato que seja normal ou patológico, em si (...). Sua normalidade advirá de sua normatividade.” Ou: “Um ser vivo é normal num determinado meio na medida em que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder a todas as exigências do mesmo” (CANGUILHEM, 1978: 113).

Figura 3 - Elaborado por Jonsson, (1981, modificado por Valente).



As causas básicas, mediatas e imediatas de Jonsson, então, seriam vistas no conjunto como uma norma social continuamente imposta pela dominante sobre a classe trabalhadora, no processo de luta de classes, que, de certo modo, definiria um gênero de vida que delimitaria o espaço dentro do qual a classe trabalhadora poderia manter sua saúde, definir sua normatividade, seus “normais”.^{45,46}

Podemos dizer então que, no capitalismo brasileiro, o “normal”, socialmente definido para a classe trabalhadora, é passar fome, ser desnutrido. A criança submetida a uma contínua e/ou periódica falta de alimentos, a diferentes episódios de doença e em fase de crescimento, normatiza, tentando sobreviver, através de uma parada ou desaceleração de seu próprio crescimento. Assim, não é surpreendente que, segundo dados do ENDEF, extrapolados para 1980, cinco milhões e meio de crianças brasileiras apresentem nanismo nutricional e somente 46,6% de todas as crianças de 0 a 7 anos possam ser consideradas nutricionalmente normais (VALENTE & BALDIJÃO, 1984: 41).

45 “Por conseguinte, na espécie humana, a frequência estatística não traduz apenas uma normatividade vital, mas também uma normatividade social. Um traço humano não seria normal por ser frequente; mas seria frequente por ser normal, isto é, normativo num determinado gênero de vida (...)”, (CANGUILHEM, 1978, p. 126).

46 Falando desta normatividade social, Canguilhem aborda a ação que o homem considerado coletivamente exerce sobre si mesmo e diz: “É neste sentido que Halbwachs trata a morte como fenômeno social, achando que a idade em que ela ocorre resulta, em grande parte, das condições de trabalho e de higiene, de atenção à fadiga e às doenças, em resumo, de condições sociais tanto quanto fisiológicas. Tudo acontece como se uma sociedade tivesse a mortalidade que lhe convém, já que o número de mortos e sua distribuição pelas várias faixas etárias traduzem a importância que uma sociedade dá ou não ao prolongamento da vida” (CANGUILHEM, 1978, p. 217). Ultrapassando a visão deste coletivo enquanto todo homogêneo, e entendendo que a sociedade capitalista é polarizada, podemos afirmar que a burguesia, em um processo histórico, tem imposto um *regime de vida* à classe trabalhadora, que define o padrão de mortalidade que esta classe terá, assim como, trazendo para nossa discussão, define também seu padrão nutricional.

Se, por um lado, o padrão nutricional de diferentes classes sociais é social e historicamente delimitado, por outro, as práticas e hábitos alimentares, objeto privilegiado de atuação da educação nutricional tradicional, também o são.

Os atos de comer e beber podem, de certa forma, ser considerados como parte do primeiro ato histórico do ser humano, o de sobreviver. Como diria Marx, é preciso estar vivo para fazer história.⁴⁷ E este ato de comer tem que se repetir dia após dia, historicamente, dentro das condições sociais postas pela estrutura social para as diferentes classes que a compõem.

Ao discutirmos sumariamente este complexo tema, procuraremos abordar quatro aspectos que consideramos essenciais na determinação dos hábitos alimentares: 1) a disponibilidade objetiva de certos produtos alimentares em condições específicas de clima, solo, chuva, etc.; 2) influências culturais do processo de colonização tanto externo, por exemplo, portugueses, espanhóis, americanos, etc., como internos, por exemplo, nativos brasileiros, migrações internas, etc.; 3) a classe social como *modo de vida*, delimitando as práticas e hábitos; e, por fim, 4) a contínua produção de novos hábitos e práticas pela introdução de “novos” alimentos industrializados ou de alimentos não tradicionalmente utilizados para consumo humano, por exemplo, soja.

47 “(...) o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos” (MARX e ENGELS, 1979, p. 30).

Como primeiro momento de determinação, poderíamos dizer que as pessoas aprendem a comer e a gostar de comer aqueles alimentos que são disponíveis na natureza, ou que, num momento posterior, podem ser produzidos ou cultivados nas condições de solo, climáticas, e até mesmo tecnológicas em que vivem estas pessoas. Ou seja, a maioria dos brasileiros gosta de feijão porque este era parte de nossa flora e, uma vez identificado como um alimento, tornou-se progressivamente parte da dieta, o que levou ao seu cultivo sistemático e, por fim, transformou-o em um alimento capaz de ser produzido, consumido e comercializado a preços acessíveis e ingerido sob as mais diferentes formas.

Assim, diríamos que, num primeiro momento, os hábitos e práticas alimentares dos indivíduos são definidos pelos alimentos que lhes são historicamente disponíveis.¹⁸

Em um segundo momento, os hábitos e práticas alimentares produzidos historicamente se transformam em hábitos culturais que integram o *modo de viver a vida deste grupo social ou povo*. Assim, mesmo quando afastados de suas condições de vida originais, estes grupos buscam reproduzir, onde estiverem, seus hábitos e práticas, produzindo ou importando os alimentos necessários, quando possível. A influência dos hábitos alimentares de nossos colonizadores sobre as práticas alimentares brasileiras é um fato que não precisa de demonstração.

Como terceiro momento de determinação, é essencial que discutamos o papel da organização social da produção no acesso aos alimentos que são historicamente disponíveis em uma sociedade específica. A forma de acesso aos alimentos é nitidamente demarcada pelas características da inserção de uma classe social no processo de produção.

No caso dos pequenos produtores rurais, por exemplo, o acesso aos diferentes alimentos, mesmo que disponíveis, é

delimitado pela extensão da terra que é cultivada, pelo acordo que é mantido com o dono da terra (meação, arrendamento, entre outros), pelas imposições dos agentes financiadores da produção, sejam eles bancos ou empresas, e pela renda monetária obtida pela venda de seu “excedente de produção” junto a intermediários, na maior parte das vezes por preços irrisórios.

Para os trabalhadores assalariados, o acesso aos alimentos é racionado de acordo com seu salário, sua única fonte de renda, o que, para a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, deixa-lhes muito pouca opção em termos do que irão comer. Ao desempregado, não é deixada nenhuma opção, o que lhe cabe comer é o que for disponível e acessível no lixo ou através da solidariedade ou caridade alheia.

O acesso aos alimentos, por parte da burguesia, no entanto, é ilimitado. Rompem-se aqui, inclusive, as barreiras internacionais de disponibilidade de alimentos, sendo acessível a esta classe os manjares das mais diferentes partes do mundo.

Assim, fica claro neste terceiro momento que não existem hábitos e práticas alimentares homogêneos em uma sociedade capitalista. Existem alimentos que podem até estar presentes nos hábitos e práticas de todas as classes, como é provavelmente o caso do feijão no Brasil, no entanto, existem hábitos que, mesmo que desejados por todos, não podem ser transformados em práticas por amplos setores da população. E, além disto, existem hábitos e práticas que são específicos de certas classes sociais.

O quarto e último momento é gerado pela contínua introdução de novas apresentações de alimentos tradicionais ou de novos alimentos para consumo. Em uma sociedade capitalista como a nossa, muito poucas destas inovações são decorrência de uma imperiosidade nutricional ou alimentar, como seria o caso de utilização de alguns preservativos ou de preparações

que garantam uma conservação mais prolongada do alimento. A maioria decorre das necessidades econômicas do sistema econômico de produção.

Dentre os casos definidos como imperiosidades econômicas, poderíamos citar dois grandes grupos. O primeiro, resultante da necessidade de competir pelo mercado em busca da acumulação crescente de capital, que é essencial à sobrevivência de cada capitalista enquanto tal. Neste caso, podemos incluir as múltiplas formas sob as quais ocorre a produção de iogurte, somente variando o corante ou o sabor artificial acrescentado, ou, muitas vezes, com a única diferença de embalagem e preço.

O segundo, a necessidade de utilizar excedentes de produtos não necessariamente produzidos com o objetivo de serem alimentos, mas com fins econômicos. Este é o caso típico da soja. Sua produção foi incentivada como forma de captação de divisas estrangeiras, sendo essencialmente vendida como ração para animais em países capitalistas centrais. O surgimento de “excedentes” que não conseguem ser exportados gera a necessidade econômica de que este produto seja reconhecido como alimento pela população e consumido como tal.

Nos dois casos, a propaganda tem um papel essencial. No primeiro, milhões são gastos para convencer a população de que o corante vermelho de tal marca é melhor e mais saboroso que o outro e, neste processo, muitas destas inovações passam a compor os hábitos alimentares socialmente reconhecidos como nobres, indo incorporar-se aos tradicionais. Isto aconteceu com os “danoninhos”, o cachorro quente, etc. No segundo, nem sempre o sucesso é imediato. No caso da soja, por exemplo, não se trata de uma nova forma de apresentar um alimento, mas sim um alimento totalmente novo e mesmo com toda a propaganda de cunho nutricional e econômico muito dificilmente a soja substituirá o feijão que hoje é parte essencial da cultura alimentar brasileira.

Assim, após discutirmos o processo de determinação social não só do estado nutricional como também dos próprios hábitos alimentares que estão sendo continuamente moldados pelo processo social de produção, é importante que entendamos de que forma é analisado o papel da educação e da educação nutricional dentro desta abordagem.

4.2 A determinação social e o papel da educação em uma sociedade dividida em classes

Assim como a sociedade de classes, a educação nesta sociedade é polarizada, ou seja, ela não tem o papel de força homogeneizadora, como alguns propõem, mas sim o importante papel de produzir e reproduzir a estrutura social, reforçando, assim, as relações sociais, econômicas, de dominação e de poder característicos da organização social em que se insere. Este papel é cumprido tanto pela educação formal, vista como a escola, como pela educação informal, que é resultado da ação da estrutura social sobre os indivíduos e classes sociais, através da luta de classes, da família, da igreja, da propaganda, do trabalho, do lazer, ou seja, do próprio modo de viver a vida de cada classe social.

Historicamente, as classes dominantes, seja na Grécia, em Roma, na Europa feudal ou no capitalismo, têm utilizado a educação como uma arma contra as transformações da sociedade.⁴⁸

48 19. Ponce, citando uma série de relatos históricos, busca demonstrar que a educação sempre serviu à reprodução das relações de poder (PONCE, 1983). Exemplificando: “Relata-nos Letroneau que os primeiros europeus que visitaram as ilhas da Polinésia ouviram dos lábios dos membros privilegiados das tribos a seguinte afirmação: ‘que lhes parecia muito conveniente instruir os seus próprios filhos, mas que era inteiramente inútil fazer o mesmo com os filhos do povo, que estavam destinados a viver sempre em estado servil e a não ter, portanto, *nem propriedades nem servidores*’” (grifo de Ponce). Ou então: “Não pensavam

Por exemplo, durante a Idade Média, no século VII, quando a Igreja Católica se responsabilizava por toda a educação formal ministrada, havia dois tipos de escola; uma para a instrução de futuros monges, e a outra, a verdadeira escola monástica, destinada à instrução da plebe. Assim as descreve Ponce:

“Apressemos-nos a esclarecer que em nossas escolas, as únicas que podiam ser frequentadas pela massa, não se ensinava a *ler nem escrever*. A finalidade destas escolas *não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas campesinas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas*” (PONCE, 1983, p. 1, grifos no original).

A política educacional brasileira, em especial nos últimos vinte anos, é o reflexo do papel definido para a educação em uma sociedade capitalista periférica. A ênfase tem sido na desqualificação do ensino de 1.º e 2.º graus, público e gratuito. Isto tem canalizado a maioria dos filhos da classe trabalhadora para os cursos técnicos ou profissionalizantes e uma minoria para o sistema privado de ensino superior, de péssima qualidade, com raríssimas exceções, que tem a dupla função de gerar lucros para seus donos e uma falsa ascensão social para os diplomados. Enquanto isto, o governo mantém o ensino superior público e gratuito nas áreas nobres que, devido ao seu enorme custo, não

diferentemente as classes dirigentes entre os incas; pelo menos é isso que deduzimos quando vemos Tupaque lupanque afirmar que não é lícito ensinar às crianças plebeias as ciências que pertencem aos nobres e para evitar que ‘gentes baixas se elevem, se ensoberbem, desprezem e apoquentem a República; para elas é suficiente aprender os ofícios de seus antepassados, porque o mandar e o governar não são coisas próprias dos plebeus’” (PONCE, 1983, p. 28-29).

interessa às empresas privadas, enquanto sufoca, nas mesmas universidades, os cursos da área social.⁴⁹

O papel cumprido pela educação nutricional dentro deste contexto tem sido o mesmo, o de reforçar e legitimar a estrutura social vigente. Um exemplo de como a educação nutricional também se apresenta polarizada são as propostas de conteúdo programático de cursos de educação nutricional que aparecem nos *Estúdios sobre Nutricion* n.º 20 da FAO (RITCHIE, 1968, p. 127). São sugeridos dois níveis de apresentação dos conteúdos, um para o nível universitário e outro para o nível comunitário.

Certamente, a forma de apresentação de um tema para plateias tão distintas teria que ser adaptada a cada situação específica. No entanto, o que ocorre é que não são adequadas às abordagens, mas sim propostos dois conteúdos totalmente distintos: para o nível universitário são incluídos temas como sociologia, economia política, etc., e para a comunidade se propõe basicamente a discussão sobre alimentação, hábitos alimentares a nível familiar e como melhorar a utilização dos recursos disponíveis. Fica claro, assim, o que se espera atingir com cada um dos grupos: capacitar os universitários a participarem dos processos decisórios mais amplos e a comunidade a se adaptar adequadamente às decisões tomadas pelo primeiro grupo.

Agora que completamos, pelo menos dentro dos objetivos deste trabalho, nossa incursão pela determinação social da fome/desnutrição, dos hábitos e práticas alimentares e da educação nutricional, podemos retornar à educação nutricional

49 Referindo-se à educação na Grécia Antiga, mais especialmente em Atenas, Ponce cita Xenofonte, mostrando o quanto o quadro educacional nestas cidades era semelhante ao que vivemos sob o capitalismo: “É permitido a todos os persas (livres) enviar os filhos às escolas comuns. No entanto, só os que podem criar seus filhos para não fazerem nada é que os enviam; os que não podem, não os enviam” (XENOFONTE, citado in PONCE, 1983, p. 50-51).

tradicional e buscarmos desvendar seus reais pressupostos. O objetivo desta revisita é limpar o caminho para que possamos dar passagem a uma educação nutricional que se propõe crítica.

5. A EDUCAÇÃO NUTRICIONAL TRADICIONAL E SEU REFERENCIAL TEÓRICO REVISITADO

Buscando comparar, para efeito explicativo, a proposta da história natural da desnutrição de Shank (Figura 1) e a sinopse da determinação social da fome/desnutrição proposta por Jonsson, com as alterações propostas neste trabalho (Figura 3), podemos afirmar que a epidemiologia clássica:

1. Assume que as causas básicas estão aí para ficar, pois em momento algum existe um questionamento da organização social da produção capitalista como uma das possíveis causas da fome/desnutrição.
2. Não visualiza a determinação das chamadas causas mediatas pelas causas básicas, na medida em que as causas mediatas são vistas como atributos individuais, fatores, até certo ponto, independentes uns dos outros.
3. Coloca as causas imediatas e mediatas em um mesmo nível, sem hierarquização, como atributos individuais; as chamadas variáveis independentes.
4. Ao não “enxergar” as causas básicas, propõe intervenções a nível de causas imediatas e mediatas que têm por objetivo evitar que as consequências se manifestem e não a eliminação das causas, na medida em que elas não são identificadas. Daí surgem os níveis de prevenção.

5. Ao não “enxergar” a determinação social e a hierarquização dos níveis de determinação e definir a causação por fatores independentes, propõe ações sobre estes fatores que seriam modificáveis.

Dentro desta abordagem, a proposta para a educação alimentar e nutricional é a de, nos três níveis de prevenção, buscar modificar os hábitos alimentares para restabelecer o equilíbrio entre o que seriam as causas imediatas de Jonsson.

Por outro lado, a necessidade de articular a educação nutricional e alimentar com outros componentes de programas de intervenção nutricional, expressa no discurso oficial mais recente, na época, não tem implicado a implementação destas medidas. Isto faz com que continue recaindo sobre a educação nutricional a responsabilidade de resolver o problema da fome/desnutrição através da mudança do comportamento alimentar de indivíduos.

Não é de se estranhar, no entanto, que estas medidas mais amplas, às quais deveria estar articulada a educação nutricional, não sejam implementadas. É certamente inviável promover uma efetiva redistribuição de renda, garantir empregos para todos, promover uma reforma agrária que funcione, fazer com que o alimento chegue a todos, etc., sem que sejam feitas alterações radicais na organização social da produção. A eliminação da fome/desnutrição em nosso país, assim como em todos os outros países capitalistas periféricos e, até mesmo, nos centrais, passa pela superação do capitalismo e implantação da organização socialista da produção.

Este discurso de articulação de planejamento nutricional é o que podemos chamar de um mecanismo de *alusão-ilusão*, ou seja, se faz *alusão* a possíveis modificações mais abrangentes, até mesmo estruturais, mencionando-se uma distribuição de renda

no futuro, um aumento de produção de alimentos, a superação da crise, modificações estas que nunca ocorrem. Com isto se cria a *ilusão* de que algo está sendo feito e enquanto isto se vai exigindo mais um pouco de sacrifício por parte daqueles que estão sofrendo as consequências da fome, ensinando-lhes, através da educação nutricional, a como apertar o cinto sem doer.

Desta forma, entra em funcionamento o segundo mecanismo ideológico, o de *culpar a vítima*, deslocando assim a atenção do problema mais amplo. A fome/desnutrição é causada por maus hábitos alimentares e cabe ao desnutrido aprender a comer cascas de batata, ratos ou outros alimentos disponíveis e de alto teor nutricional.

Estes dois mecanismos, atuando conjuntamente, têm a função social de reproduzir e reforçar a dominação existente em nossa sociedade, o primeiro legitimando o Estado e a classe dominante, que estariam fazendo tudo o que podem em prol da resolução do problema da fome. O segundo fazendo com que os famintos se sintam culpados por sua fome e não identifiquem as verdadeiras causas e culpados.

Assim, concretamente, para a classe dominante e para o sistema capitalista, a educação nutricional tradicional não tem sido um fracasso, muito pelo contrário, ela tem sido um sucesso, na medida em que tem dificultado a visualização e a mobilização popular contra o real responsável pela fome/desnutrição que afeta grande parte da classe trabalhadora.

Ela só pode ser considerada um fracasso por aqueles que ingenuamente acreditaram e/ou acreditam que o *objetivo real* da educação tradicional era e/ou é eliminar os problemas nutricionais.

Tendo tudo isto em vista, propomo-nos agora à difícil tarefa de buscarmos propor as bases de uma educação nutricional

crítica que possa ser utilizada como um fortalecimento das classes populares contra as causas básicas da fome/desnutrição.

6. EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL CRÍTICA⁵⁰

A necessidade que nos move em busca de uma educação nutricional crítica não é acadêmica, mas parte de um compromisso político de colocar nossa produção técnica e científica a serviço do fortalecimento das classes populares em sua luta contra a exploração que gera a fome/desnutrição. Portanto, não nos pretendemos neutros, da mesma forma que não vemos a educação nutricional tradicional como neutra, por todas as razões já expostas.

A construção de uma educação nutricional crítica, por sua própria natureza, não pode seguir uma metodologia prefixada. Os detalhes devem ser elaborados no próprio processo, para que este esteja em efetiva sintonia com o problema a ser trabalhado e com os interesses reais do indivíduo ou coletivo que pretende superar o problema. Assim, o que podemos fazer é enunciar alguns princípios básicos que devem nos orientar nesta busca e que, em grande parte, se baseiam no trabalho pioneiro de Saviani (1983, p. 63-83).

Primeiro centramo-nos no entendimento de que existe, na *essência*, uma igualdade entre seres humanos. Se esta igualdade essencial não se manifesta no real e no concreto é devido a uma organização social da produção que se baseia na exploração e gera diferenças. O objetivo final da educação nutricional que

50 Esta seção foi desenvolvida em um trabalho anterior e é aqui apresentada com pequenas reformulações em relação ao texto original (VALENTE, 1984).

propomos é fortalecer as forças sociais que possam promover a superação desta forma de organização social.

Segundo, analisamos o processo educacional como socialmente condicionado, ou seja, sua ação e seus efeitos são limitados pelo processo social mais amplo. No entanto, temos a clareza cristalina de que existe uma relação dialética entre educação e processo social e, apesar de condicionada, a práxis educacional influencia o determinante, ou seja, o conjunto dos processos sociais, como força mediadora, fortalecendo este ou aquele polo na luta de classes.

Terceiro, cabe à educação nutricional propiciar a difusão dos conteúdos necessários exigidos pelos grupos sociais para a transformação concreta da realidade. Esta atividade deve sempre buscar fortalecer a organização das classes populares em suas associações de classe, de bairro, sindicatos e partidos políticos, no sentido de defenderem seus reais interesses.

Quarto, a eliminação das diferenças entre classes sociais não se dará através de processos educacionais, por mais críticos que estes sejam. Estas transformações exigem ações políticas das quais o processo educacional pode ser um mediador importante.

Tendo em mente os quatro princípios enunciados e presupondo a necessidade de partir dos problemas reais, sentidos e vividos pelas classes trabalhadoras e por indivíduos destas classes, e de voltar a estes problemas com possíveis formas de transformação desta realidade, propomos os seguintes passos metodológicos para o processo da educação nutricional crítica.

6.1 Uma proposta metodológica preliminar

Buscando seguir a metodologia proposta por Saviani (1983, p. 7476) e adaptando-a à especificidade da educação nutricional, elaboramos os seguintes passos metodológicos:

1. O processo educacional deve ser desenvolvido a partir da problemática concreta, vivida e sentida pelo indivíduo ou coletivo em questão, diagnosticada em conjunto com o educador.
2. Apresentação ao indivíduo ou coletivo dos conhecimentos disponíveis sobre o problema em questão e que porventura possam servir de subsídio para a resolução da problemática.
3. Processo de discussão sobre os conhecimentos apresentados e sua possível relação com a situação vivenciada, com a esperada apropriação dos conhecimentos considerados necessários à resolução do problema.
4. Fase de catarse, onde o indivíduo ou coletivo passa de uma fase desorganizada para uma fase sintética do conhecimento, em que parte do que foi apresentado é culturalmente reconhecido como válido e necessário e, em consequência, é incorporado ao universo de conhecimento do indivíduo ou coletivo.
5. Busca da resolução do problema original através de uma práxis qualitativamente alterada pela incorporação dos novos conhecimentos.

Dentro deste processo, o papel do educador deve ser o de um assessor que, em conjunto com o indivíduo ou coletivo em questão, deve ajudar a deslindar os processos de determinação da problemática a ser enfrentada, chegando, se possível, às causas básicas do processo. O educador deve ter consciência de sua posição de classe e de que, mesmo trabalhando com indivíduos

de sua mesma classe, a função do educador carrega consigo uma dose de poder, socialmente atribuído, que não pode ser escamoteado, se queremos efetivamente ter um papel crítico.

O objetivo central da práxis do educador nutricional crítico deve ser o de fortalecer as forças sociais capazes de combater as causas básicas da fome. Ela não será neutra, certamente interferirá no processo e este fato tampouco pode ser escamoteado. A decisão do que fazer com o conhecimento adquirido, no entanto, terá que ser integralmente assumida pelo indivíduo ou o coletivo que está enfrentando a problemática estudada, se realmente se espera uma transformação efetiva da realidade.

7. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Este trabalho teve como proposta central sistematizar uma crítica severa às bases teóricas e à prática da educação nutricional e alimentar tradicional e, ao mesmo tempo, lançar as bases para uma educação nutricional efetivamente comprometida com a superação das causas básicas da fome/desnutrição.

A proposta metodológica apresentada é a síntese entre a fundamentação teórica apresentada em todo o texto e a vivência de uma série de experiências concretas em educação nutricional, vividas no transcurso de minha vida profissional a nível de terapia individual, de comunidade ou de organização popular. Representa uma proposta inicial de ruptura com a prática educacional em nutrição comprometida com os interesses dominantes.

Sem dúvida alguma, seria ingenuidade nossa crer que através da ação isolada de um processo educacional crítico em nutrição conseguiríamos eliminar a fome/desnutrição ou qualquer outro distúrbio nutricional. No entanto, o papel de desvelar os processos históricos e sociais de determinação dos distúrbios

nutricionais e o possível fortalecimento dos movimentos populares assim municiados podem auxiliar em uma ação social mais eficaz sobre a realidade.

Concluindo, estamos anexando uma proposta de conteúdo programático para a disciplina de educação nutricional, integrada à nutrição aplicada, para cursos de nutrição *a nível* universitário, e também uma lista de sugestões para a prática em educação nutricional crítica (Anexos I e II).

ANEXO I

PROPOSTA DE CONTEÚDO PARA A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL INTEGRADA À NUTRIÇÃO APLICADA

I. Determinantes do estado nutricional

1. Estudo do acesso ao alimento

1.1. Política econômica do governo

- exportação
- alimentação
- indústria/energia

1.2. Política de produção agrícola

1.3. Estrutura fundiária e estrutura de produção agrária

1.4. Política salarial, emprego e desemprego

1.2. Distribuição e acesso a alimentos

2. Hábitos Alimentares

2.1. Origem histórica

- a. colonização
- b. histórico da produção de alimentos e importação
- c. disponibilidade local
- d. influência de grupos étnicos
- e. influência de culturas dominantes (Estados Unidos, Portugal, etc.)

2.2. Determinantes econômicos

2.3. Origens dos tabus e determinantes culturais

2.4. Papel da propaganda e interesses econômicos

- 2.5. Hábitos alimentares e seu impacto sobre as práticas alimentares em diferentes classes e grupos sociais
3. Relação entre alimentação, nutrição e estado de saúde
 - 3.1. Fome/desnutrição
 - 3.2. Nutrição e desenvolvimento físico
 - 3.3. Nutrição e desenvolvimento psicomotor
 - 3.4. Nutrição e manutenção da saúde
 - 3.5. Nutrição, trabalho e atividade física
 - 3.6. Nutrição e reprodução
- II. Estudo das escolas educacionais e sua relação com educação nutricional
 - 2.1. As diferentes escolas educacionais
 - a. Escola tradicional
 - b. Escola nova
 - c. Escola tecnicista
 - 2.2. Em busca de uma educação nutricional crítica
 - a. Escola crítica (Demerval Saviani)
 - b. Educação popular (Paulo Freire)
- III. Educação nutricional
 - 3.1. Planejamento de programas educativos
 - 3.2. Escolha dos métodos
 - 3.3. Escolha dos recursos audiovisuais
 - 3.4. Planejamento de aulas
- IV. Educação nutricional aplicada
 - 4.1. Junto à população
 - 4.2. Em situações ambulatoriais preventivas
 - 4.3. Em dietoterapia

ANEXO II

SUGESTÕES PARA A PRÁTICA EM EDUCAÇÃO NUTRICIONAL CRÍTICA

1. Buscar definir a problemática a ser abordada em qualquer situação que requeira educação nutricional, a partir de uma análise com base na determinação social das doenças, indo até as causas básicas.
2. Respeitar integralmente os hábitos alimentares e culturais dos indivíduos nas populações com que se trabalha, buscando entender as origens de tais hábitos, ao mesmo tempo em que mantemos uma atitude crítica frente a estes.
3. Respeitar as necessidades manifestadas pelos indivíduos/populações, entendendo que, muitas vezes, são criadas por propaganda ou outros mecanismos sociais. É importante entender que, independentemente de suas origens, agora esta necessidade é real e concreta para o indivíduo. Isto não implica que devemos aceitar esta prática acriticamente ou recomendá-la.
4. Buscar definir em conjunto com o indivíduo ou população formas de atuação, a nível individual ou coletivo, que busquem dar solução aos problemas enfrentados, indo em busca das causas imediatas, mediatas e básicas.
5. Intensificar a luta contra visões ideológicas comprometidas com a manutenção ou reforço da estrutura social vigente, que gera a fome e outros distúrbios nutricionais.

6. Combater a educação nutricional e alimentar dominadora e reprodutora das relações sociais de poder vigentes, por entendê-la como uma arma política nas mãos dos grupos dominantes, que visam desviar a atenção dos indivíduos das reais causas dos problemas nutricionais.
7. Recusar-se a adequar hábitos alimentares a um salário mínimo aviltante, lutando abertamente por um salário mínimo digno e condizente com condições de vida humanas.
8. Discutir o papel da propaganda e da estrutura social em fazer uma educação nutricional constante e contra os interesses da maioria da população.
9. Comprometer-se efetivamente com as forças sociais que buscam transformar a estrutura econômica e política de nossa sociedade e erradicar as causas básicas dos principais problemas nutricionais enfrentados por nossa população trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. *Confronting urban malnutrition: the design of nutrition programs*. Washington, IBRD, 1980.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.

GRIFFIN, A. & LIGHT, L. *Ensenanza de la nutrición: concepción y adaptación de los programas de estudio*. Paris, UNESCO, 1976.

JONSSON, U. The causes of hunger, in *Food and Nutrition Bulletin*, vol. 3, n.º 2, abril de 1981.

KERTESZ, E. M. *O Pronam como modelo de intervenção social*. Brasília, IPEA, 1976.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MOTTA, D. G. et alii. *Educação nutricional: planejamento, execução e avaliação de programas*. São Paulo, Centro de Aconselhamento Dietético, 1979.

PONCE, A. *Educação e luta de classes*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1983.

RITCHIE, J. A. S. *Estudemos la nutrición*. FAO/Estudios sobre nutrición, n.º 20, Roma, 1968.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1983.

SHANK, R. E. Nutrição em medicina preventiva. In: LEAVELL, H. G. & CLARK, G. *Medicina preventiva*. São Paulo, McGraw Hill do Brasil, 1978.

SILVA, E. M. *Princípios básicos de educação nutricional*. UFBA, 1978.

VALENTE, F. L. S. & BALDIJÃO, C. E. M. Determinantes econômicos e políticos do estado nutricional no modo de produção capitalista. *Cadernos de Discussão*, n.º 2, Coordenadoria Especial de Nutrição, Florianópolis, 1984, mimeo.

_____. *Political economy of agricultural production and nutrition in Brazil: 1500-1978*. Boston, Universidade de Harvard, 1979.

VALENTE, F. L. S. Em busca de uma educação nutricional crítica. V Congresso Brasileiro de Saúde Escolar, I Congresso Brasileiro de Alimentação e Nutrição Escolar e I Congresso Brasileiro de Coordenadores e Sugeridores de Merenda Escolar, 28 a 31 de outubro de 1984.

DESNUTRIÇÃO, RENDIMENTO ESCOLAR, MERENDA: UMA QUERELA ARTIFICIAL⁵¹

Maria Aparecida A. Moysés⁵²

Gerson Zanetta de Lima⁵³

Cecília Azevedo L. Collares⁵⁴

Muito se tem dito e escrito, neste país, sobre a desnutrição em crianças e seus efeitos sobre a aprendizagem, imputando-lhe, de forma subliminar, ou mesmo direta, a responsabilidade pelos altos índices de fracasso escolar. São comuns as declarações de médicos, educadores, psicólogos e de autoridades responsáveis pelo sistema educacional em que, de maneira dogmática e simplista, coloca-se a desnutrição como a grande barreira que emperra e desgasta os objetivos e métodos educacionais. Para essa posição, a desnutrição, por si só,

51 Este trabalho é resultado da fusão parcial de dois trabalhos anteriores: Desnutrição e fracasso escolar: uma relação tão simples? de Maria A. A. Moysés e Gerson Zanetta de Lima, publicado na *Revista da ANDE*, n.º 5, p. 57-61 e Saúde escolar e merenda: desvios do pedagógico?, de Cecília A. L. Collares, Maria A. A. Moysés e Gerson Z. de Lima, publicado na revista *Educação & Sociedade*, n.º 20, jan./abril de 1985, p. 10-20. Esta fusão foi elaborada pelos próprios autores.

52 Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP.

53 Faculdade de Medicina, Universidade Estadual de Londrina-PR.

54 Faculdade de Educação, UNICAMP.

compromete profunda e irreversivelmente o desenvolvimento da criança. Como se pode esperar que a escola consiga superar estas limitações de seus alunos ou não relacionar esse fator às dificuldades de alfabetização?

Deste modo, mais uma vez exime-se o sistema educacional vigente da responsabilidade pelas taxas de 50%, até mesmo 70%, do fracasso escolar. A responsável é a desnutrição e, indiretamente, o próprio aluno e sua família, que não se alimentaram de forma adequada. No máximo, chega-se a lembrar de que a desnutrição é um problema social. Porém, de modo geral, o “social” é colocado de forma a torná-lo abstrato, imponderável e, principalmente, inatingível e imutável.

1. ESCOLA: GRANDE RESTAURANTE?

Dentro desta perspectiva, todo o problema de melhoria do ensino fica quase que dependente, apenas, de uma alimentação adequada. É lógico que nada se pode opor a tal objetivo; ao contrário, é parte de tudo que preconizamos, sem acreditarmos, porém, que, como uma medida isolada, consiga mudar o panorama escolar brasileiro. Registre-se, a propósito, que em vários levantamentos em escolas de periferia, em diferentes regiões do país, relata-se, sistematicamente, um índice entre 20 e 45% de crianças com sinais de desnutrição atual ou pregressa. Esses números, contrastando com as taxas de fracasso escolar, levantam uma questão básica: a desnutrição, sozinha, não pode explicar os altos índices de evasão e repetência nas primeiras séries.

Mas é diante da afirmação de que a merenda escolar é um modo de combater a deficiência nutricional que nos assustamos. Nada temos contra a merenda, desde que encarada como uma refeição da criança, que deve mantê-la alimentada durante

o período em que está na escola. Não se pode acreditar, seriamente, que a merenda escolar consiga suprir as necessidades nutricionais diárias de um aluno e, em consequência, erradicar a desnutrição.

Infelizmente, é essa a ideia subjacente aos discursos oficiais. E, se a distribuição de merenda nas escolas não foi capaz de reverter a situação de fracasso do ensino de 1.º grau, propõe-se hoje que a solução é distribuí-la também aos pré-escolares, criando-se toda uma onerosa estrutura de pré-escola com o objetivo básico de fornecer merenda.

Um questionamento bastante simples que logo surge é se esta é a única maneira de alimentar nossas crianças. Não seria mais racional e mais objetivo combater a desnutrição em todas as idades, permitindo, através de medidas políticas e econômicas, um maior poder aquisitivo da população? Muitos estudos já comprovaram que as camadas mais pobres da sociedade têm uma alimentação geralmente equilibrada sob o aspecto de qualidade, mas em quantidade insuficiente. Em outras palavras, já não há mais lugar para a crença de que os pobres não sabem se alimentar, de que é necessário educá-los; basta que tenham condições econômicas.

Neste artigo, queremos nos restringir à relação entre desnutrição e desenvolvimento, tentando esclarecer alguns fatos e, principalmente, desmitificar muito do que se tem afirmado.

Uma alimentação que não supra as necessidades individuais, em especial de proteínas e calorias, a longo prazo, provoca alterações em todo o metabolismo. O organismo, através de vários mecanismos, tenta compensar estas alterações, minimizando suas repercussões clínicas. Em crianças, mantendo-se a carência nutricional, o organismo lança mão de seu mecanismo mais eficiente para economizar energia, de modo que,

adaptando-se a esta menor oferta, evite riscos à sua própria sobrevivência: diminui sua velocidade de crescimento, chegando a anulá-la completamente em casos extremos. Se este mecanismo não for capaz de compensar a deficiência alimentar, a desnutrição agrava-se e começam a aparecer seus sinais clínicos mais característicos, por exemplo, alterações na pele e cabelos, edema, maior suscetibilidade a infecções, que, por sua vez, pioram o estado nutricional; enfim, repercussões sobre todos os órgãos e sistemas do organismo; em intensidades variáveis, podendo chegar à morte.

Em termos populacionais, predomina a desnutrição de primeiro grau, que pode ser entendida como aquela em que, através de vários mecanismos, o organismo consegue adaptar-se a uma alimentação abaixo de suas necessidades, em geral por toda a vida. São as crianças que param de crescer e, como raramente terão uma recuperação nutricional, pois não se trata de uma experiência, pertencerão à parcela mais baixa da comunidade, mesmo quando adultas. Em outras palavras, se a alimentação não for muito precária, o organismo adapta-se a ela, abrindo mão de seu crescimento.

É, por isso, que em estudos populacionais a estatura é tão valorizada, sendo encarada como indicador do estado nutricional atual ou, principalmente, progresso. É importante lembrar que este raciocínio só se aplica à análise estatística de um segmento da população. Em termos individuais, o fato de uma criança ser mais baixa não significa, com certeza, que foi ou é desnutrida, devido ao grande número de fatores que determinam a estatura final de um indivíduo. Ao estudar uma criança em particular, devem ser empregados todos os critérios necessários para se estabelecer se é ou não desnutrida e nunca basear-se somente em sua altura.

2. A DESNUTRIÇÃO É MAIS UM FATOR

Nas duas últimas décadas, um número incontável de pesquisadores tem-se dedicado a estudar as possíveis consequências da desnutrição sobre o desenvolvimento intelectual do ser humano. E, hoje, o que se pode dizer é que a desnutrição se constitui em mais um fator, entre muitos outros, que pode comprometer o crescimento e desenvolvimento do sistema nervoso, impedindo-o de atingir seu potencial máximo. Como esta sua ação deletéria é modulada por inúmeras outras variáveis — algumas ligadas à própria desnutrição, como sua intensidade, duração e época da vida em que incide e outras ligadas a fatores como o ambiente, a estimulação, etc., que também são importantes para o desenvolvimento cognitivo —, não se pode, numa postura rígida, simplesmente afirmar que “a desnutrição afeta a inteligência” e, ainda, prever a intensidade com que as várias áreas do desenvolvimento serão afetadas ou afirmar que uma criança tem dificuldades porque é ou foi desnutrida.

Essa dificuldade decorre, basicamente, da impossibilidade de se isolar, no homem, os efeitos da desnutrição dos efeitos de outros fatores ambientais — econômicos, sociais e culturais — que influem sobre o indivíduo e principalmente sobre um ser em desenvolvimento: a criança. Não se podem estudar suas consequências, sob qualquer aspecto, considerando-se a desnutrição como fator causal único e isolado. Deve-se analisar a má nutrição ao lado de muitas outras variáveis, algumas nem identificáveis, sempre interdependentes, como integrante de um “complexo de doença social”, sendo impossível estabelecer limites nítidos quanto à importância de cada um desses fatores como agente causal em relação a qualquer efeito que se pretenda estudar.

Daí decorre a importância que assumem os estudos experimentais em animais, que permitem conclusões mais claras, desde que não se omita a impossibilidade de extrapolações diretas para o homem.

Os efeitos da desnutrição no início da vida sobre o crescimento e desenvolvimento orgânicos do sistema nervoso já são bem conhecidos e similares em várias espécies, inclusive a humana, podendo ser agrupados em quatro grandes grupos de alterações: 1. menor tamanho cerebral; 2. menor número de células; 3. menor quantidade de lípidos, com redução da mielina;⁵⁵ 4. alterações na atividade de vários sistemas enzimáticos.

Além de estas alterações poderem se apresentar nos mais variados graus de intensidade, um dado fundamental é que elas só são produzidas se a desnutrição incidir na época em que o cérebro está crescendo em grande velocidade, conhecida como período vulnerável. No homem, esta fase engloba o período pré-natal e os primeiros seis meses de vida, segundo alguns autores, podendo estender-se até o fim do segundo ano, segundo outros. Também é somente neste período que seria possível a reversibilidade destas alterações orgânicas, através de completa recuperação nutricional.

Se a carência nutricional incide em crianças mais velhas, ou mesmo em adultos, poderá interferir com as atividades intelectuais; não por provocar lesões cerebrais, mas pelos efeitos da própria fome e consequentes fraquezas e inanição, que são reversíveis.

55 A mielina é uma substância à base de lípidos que forma uma bainha envolvendo os nervos, o que facilita a transmissão de impulsos entre os neurônios. Sendo a mielinização um processo que ocorre com a maturação do cérebro, é uma das bases para seu desenvolvimento funcional.

Portanto, o ponto fundamental é: do ponto de vista funcional, quais as consequências dessas alterações orgânicas do sistema nervoso? E a resposta é simples: não se pode dizer.

Se ainda não se conseguiu estabelecer, de forma significativa, a correlação entre estrutura e função, mesmo em condições normais, não se pode afirmar que a redução do número de neurônios em uma região cerebral específica tenha determinados efeitos. Essas alterações também não acontecem de acordo com padrões constantes, mas são influenciadas por grande número de variáveis, de difícil controle, mesmo em experimentação animal. Como exemplo da importância de fatores ambientais, pode-se lembrar dos estudos sobre isolamento ambiental total no início da vida, que demonstraram que esta situação pode provocar, no cérebro dos animais, lesões estruturais exatamente iguais às provocadas pela desnutrição. Esta semelhança de efeitos da desnutrição e do isolamento ambiental pode ser verificada também a nível funcional, nos estudos sobre comportamento e aprendizagem em animais. Os resultados desses estudos podem ser agrupados em três tipos: 1. Comportamento emotivo extremamente instável; 2. Redução do comportamento exploratório; 3. Menor habilidade para solucionar problemas.

Essa instabilidade emocional, caracterizada por variações extremas e bruscas entre apatia e hiperirritabilidade, ao lado de reações exageradas de fuga, desproporcionais aos estímulos, talvez seja o dado mais importante, pela sua influência sobre praticamente todo o comportamento do animal, inclusive sobre sua capacidade de aprender.

Um outro fato bastante importante é a alteração de comportamento frente a alimentos, exibida por animais que foram desnutridos no início da vida, incluindo maior motivação, maior consumo e maior voracidade, resultando em grande desperdício

dos alimentos. Logicamente, esta alteração pode interferir no desempenho em provas de aprendizagem quando se usa alimento como reforço positivo.

3. TESTE: SITUAÇÃO ARTIFICIAL

A maioria dos trabalhos sobre aprendizagem em animais desnutridos basicamente utiliza problemas tipo labirinto, usando alimento como reforço positivo ou situações aversivas como negativo. Apresenta resultados muito semelhantes, comprovando um desempenho inferior desses animais, em relação aos normais. Porém, nesses trabalhos não se consegue estudar isoladamente a capacidade de aprendizagem, devido ao comportamento alterado frente aos alimentos e à maior sensibilidade emotiva em situações de tensão.

Esse fator é comprovado por vários estudos em que se compara o desempenho de um mesmo animal desnutrido em condições diferentes, encontrando-se, sistematicamente, que em situações de menor tensão este desempenho melhora muito, podendo mesmo igualar-se ao de animais normais. Assim, se se permite que o animal se acostume à situação de teste e aos objetos empregados, já não é tão nítida a diferença em relação aos controles.

É exatamente em experimentação animal, com o máximo controle possível, que se constata uma outra variável fundamental; a própria aplicação de teste, por ser intrinsecamente carregada de tensão, é uma situação artificial, de modo que seus resultados nem sempre refletem o que em teoria se busca — a percepção e mensuração de uma realidade. Podem ser usadas determinadas técnicas que diminuam esta tensão, sendo, no entanto, impossível eliminá-la totalmente.

Em conclusão, não se conseguiu, até o momento, controlar variáveis importantes, como reações emocionais, motivação, comportamento exploratório, etc., de modo que se possa avaliar um efeito direto da desnutrição sobre a capacidade potencial de aprendizagem do animal. Parece-nos, no entanto, que mesmo na ausência de um efeito direto sobre essa capacidade, a possibilidade de uma ação indireta da desnutrição no que se poderia chamar “disponibilidade psicológica para a aprendizagem” já se constitui em um processo de repercussões ilimitadas. Ressalte-se que, se se entender este fenômeno, pode-se superar esta barreira, desde que se forneçam condições adequadas para a aprendizagem.

Não é nosso objetivo diminuir a importância da desnutrição em nosso país, o que seria tão falso quanto as colocações que, criticamos inicialmente. O que consideramos importante é enfatizar que, mesmo em animais submetidos à desnutrição grave no início da vida, com lesões estruturais bem estabelecidas e irreversíveis, com várias alterações de comportamento, não se pode simplificar a relação desnutrição-aprendizagem, pois mesmo esses animais podem exibir padrões de aprendizagem bastante satisfatórios.

4. DESNUTRIÇÃO E CONTEXTO DE VIDA DA CRIANÇA

Analisar esta relação no ser humano é tarefa ainda mais complexa. A desnutrição, no homem, não se distribui ao acaso; ao contrário, é predeterminada pelas condições socioeconômicas. Condições que também determinam o nível de escolarização das famílias, a linguagem e a estimulação das crianças, a importância que assumem as atividades intelectuais e a própria escola, enfim, os valores sociais e culturais da família e do grupo social, que modulam e direcionam o desenvolvimento de cada indivíduo,

adequando-o ao seu modo de inserção na sociedade. Neste contexto, a desnutrição realmente faz parte de um problema social concreto, humano, passível de mudanças, que influencia e é influenciado pelo ser humano.

É exatamente neste ponto que esbarra a maioria dos estudos sobre desnutrição e desenvolvimento no ser humano: como distinguir a ação da desnutrição de uma influência de tudo que cerca esta criança, do seu contexto de vida? É incrível como são esquecidos os constantes alertas neste sentido, feitos por grande número de estudiosos do assunto.

Apesar disto, são comuns trabalhos que “provam” a inferioridade intelectual de crianças desnutridas, através da avaliação de seu desempenho, seja em testes de QI, seja em testes que avaliam especificamente algumas áreas do desenvolvimento ou mesmo em seu aproveitamento escolar. Estas crianças são estudadas através de testes elaborados e padronizados em outra classe social e, comumente, em outro país; seu desempenho é comparado com o de crianças bem nutridas, como se a única diferença entre os dois grupos fosse o estado nutricional. Descarta-se o contexto sociocultural, como se estivéssemos frente a um bem controlado modelo experimental. O rendimento escolar é comparado como se não existissem diferenças materiais e humanas entre as várias escolas, como se uma escola de periferia fosse exatamente igual a uma escola mais central ou até mesmo a uma particular. A complexidade do rendimento escolar é omitida, como se o sucesso dependesse apenas do potencial da criança que, por sua vez, depende unicamente do estado nutricional. A classificação socioeconômica é empregada de forma rígida, absoluta, como se não tivesse suas próprias falhas, como se não existissem outros fatores que pudessem alterá-la. Se duas famílias têm níveis equivalentes de renda, escolarização e profissão,

elas são realmente comparáveis em relação a tudo? Se as crianças de uma são desnutridas e as da outra não, este dado não indica que há diferenças sociais entre elas, mesmo não perceptíveis no momento?

Um outro dado a ser analisado é que a maior parte desses trabalhos são realizados através do acompanhamento de crianças internadas devido à desnutrição, ou seja, gravemente desnutridas. E suas conclusões não podem ser assumidas para crianças com desnutrição leve durante toda a vida. É esta a população numericamente importante, são estas as crianças que chegam à escola. Crianças com uma carência alimentar crônica, que conseguem, de alguma forma, adaptar-se a ela. É para estas crianças que não se pode aceitar o fracasso escolar como consequência da má nutrição. Esta alimentação precária pode influir no rendimento escolar, porém, através de outro mecanismo: a fome crônica, a “fome do dia”. O prejuízo que a situação de fome provoca no desempenho intelectual é bem conhecido. É sobre esta “fome do dia” que aceitamos que a merenda escolar pode atuar, desde que nutricionalmente adequada e, fundamental, administrada também quando a criança entra na escola e não apenas mais tarde, no intervalo. A criança com desnutrição grave raramente vai à escola, pois mesmo quando internada e recuperada, ao sair do hospital retorna ao seu meio de origem, com os mesmos problemas que determinaram sua má nutrição e que voltarão a interferir em seu crescimento e desenvolvimento, num círculo vicioso que tende a levá-la à morte, do qual são poucas as chances de escapar. Assim, se uma criança em idade escolar apresentar uma desnutrição importante atual, logicamente haverá uma interferência muito grande em todas as suas atividades físicas e intelectuais, comprometendo seu rendimento escolar como qualquer doença grave o faria. Porém, esta é uma situação rara.

Existem alguns estudos epidemiológicos com acompanhamento de toda uma população, porém mesmo neles persistem as falhas, com controle precário ou até ausente de variáveis que podem influenciar o desenvolvimento cognitivo. Na tentativa de minimizar esta enorme variedade de fatores, alguns autores compararam o desempenho de crianças gravemente desnutridas com o de seus irmãos, com desnutrição mais leve ou até ausente, relatando, mesmo assim, um rendimento inferior do grupo desnutrido. Esses trabalhos tiveram grande repercussão, sendo encarados quase como prova definitiva da ação da desnutrição sobre o desenvolvimento. Ao se analisar esses dados, é fundamental lembrar que a criança desnutrida, pela sua apatia e fraqueza, comumente reage menos a qualquer estímulo, inclusive aos maternos, e isto pode resultar em menor interação com a mãe, interferindo no próprio vínculo mãe-filho, de modo que esta criança poderá, com a cronificação do processo, passar a ser menos estimulada que um irmão com desnutrição mais leve. Não se pode dizer que seja uma consequência da desnutrição, por uma ação direta, tipo lesão estrutural, irreversível e insuperável. A desnutrição, provocando um isolamento ambiental, passa a agir em sinergismo com ele.

Estudos sobre o desenvolvimento de crianças com desnutrição secundária no início da vida, provocada não por carência alimentar, mas por alguma doença crônica que prejudicou o aproveitamento dos alimentos, mostram que a má nutrição, quando desvinculada de um contexto de privação global, interfere muito menos no desenvolvimento cognitivo. Em muitos casos, não se relataram diferenças perceptíveis em relação a crianças normais.

Isto não sugere que a desnutrição não tenha um efeito direto e real sobre o sistema nervoso, mas que o desenvolvimento cognitivo depende de fatores tão complexos que a ação de apenas um agente lesivo possa ser suplantada pelo conjunto de variáveis.

O paradoxo se estabelece na criança de nível socioeconômico melhor, em que os efeitos da desnutrição, apesar de minimizados pelo seu contexto de vida, podem ser proporcionalmente mais lesivos e mais perceptíveis do que nas crianças que vivem em estado de carência global e crônica. Nestas, são tantos os fatores bloqueando seu desenvolvimento que a desnutrição pode ser apenas mais um, com um peso relativo menor. Estas crianças, se bem alimentadas, ainda terão que enfrentar um meio social adverso, que as impede de desenvolver seu potencial.

Uma crítica fundamental ao estudo da relação desnutrição-desenvolvimento está no não-reconhecimento de que a situação de teste é artificial e geradora de tensão. Esta tensão pode atingir níveis máximos quando se analisa, por exemplo, o desempenho de crianças de um determinado estrato social através de provas, valores e objetos alheios à sua vivência. Não se permite um tempo de reconhecimento e adaptação à situação diferente, nem se valoriza o seu padrão de desenvolvimento dentro de outro contexto sociocultural. Conclui-se pela inferioridade intelectual de um grupo social.

5. A CRIANÇA E A FAMÍLIA SÃO AS RESPONSÁVEIS?

Na escola, esta situação se repete, pois se a escola é uma instituição alheia à comunidade, que tenta impor conceitos e valores de outra classe, a tensão não existe apenas no início da vida escolar, persistindo durante toda a escolarização. A criança não pode se sentir integrada a uma escola que lhe proporciona uma situação constante de prova, de teste, onde a tensão se mantém e onde a criança e sua família são prejudicadas e responsabilizadas pelo fracasso.

O que devemos valorizar — um resultado de teste ou a realidade, a vida de uma criança? São crianças que não passam

numa prova de ritmo e sabem fazer uma batucada. Que não têm equilíbrio e coordenação motora e andam nos muros e árvores. Que não têm discriminação auditiva e reconhecem cantos de pássaros. Crianças que não sabem dizer os meses do ano, mas sabem a época de plantar e colher. Não conseguem aprender os rudimentos da aritmética e, na vida, fazem compras, sabem lidar com dinheiro, são vendedoras na feira. Não têm memória e discriminação visual, mas reconhecem uma árvore pelas suas folhas. Não têm coordenação motora com os lápis, mas constroem pipas. Não têm criatividade e fazem seus brinquedos do nada. Crianças que não aprendem nada, mas aprendem e assimilam o conceito básico que a escola lhes transmite, o mito da ascensão social, da igualdade de oportunidades, e depois assumem toda a responsabilidade pelo seu fracasso escolar.

Consideramos a desnutrição um grave problema social, que não pode ser combatido com medidas paliativas, que impede o indivíduo de atingir plenamente seu potencial de crescimento e desenvolvimento físico e intelectual. Não acreditamos que uma criança desnutrida não tenha condições de aprender nada; o seu potencial pode ter sido rebaixado, mas não a um ponto que impeça sua aprendizagem elementar, nos primeiros anos de escolarização. A desnutrição não pode ser responsabilizada pelo fracasso da escola brasileira. Ambos integram o mesmo complexo de doença social.

Se a relação entre desnutrição e desenvolvimento é complexa e controvertida, não se pode negar a interferência da fome em qualquer atividade do homem, inclusive no aprendizado. Embora a situação de fome crônica e a desnutrição sejam intrinsecamente ligadas, é importante tentar diferenciá-las, não apenas a nível semântico. Quando se fala dos efeitos da desnutrição sobre aprendizagem, é implícito que se fala a respeito de lesões estruturais irreversíveis durante o desenvolvimento do

sistema nervoso, uma interferência que ocorrerá durante toda a vida, mesmo que se consiga a recuperação nutricional.

Em contraste, admite-se que a fome interfere na disponibilidade orgânica e psíquica para atividades físicas e mentais, por uma questão fisiológica de concentração de atenção sobre uma necessidade primária e do próprio déficit energético.

Essa ação da fome ocorre em qualquer idade, porém não provoca lesões estruturais; seus efeitos não são irreversíveis, mas temporários; cessam uma vez sanada a fome.

Hoje, no Brasil, ocorre um empobrecimento crescente da população. A maior parte das pessoas não tem condições econômicas para uma alimentação mínima necessária. Aumentam os índices de desnutrição, aumenta a situação de miséria e de fome. Aumenta o número de crianças nas escolas públicas que vão à aula praticamente em jejum. Um contingente enorme de crianças subsiste à base de uma papa de água e farinha.

É neste contexto que propomos a discussão da merenda escolar.

A merenda escolar é uma suplementação alimentar fornecida às crianças matriculadas em escolas oficiais de 1.º grau, durante o período de aulas. É regulamentada por lei federal, devendo suprir no mínimo 15% das necessidades calóricas diárias da criança (Decreto Federal n.º 72.034/73).

O programa de merenda, conforme o texto legal, tem por objetivo diminuir os índices de repetência e evasão, imutáveis há quarenta anos, e minimizar o problema da desnutrição, fazendo com que a criança melhore seu rendimento escolar.

Eradicar, ou mesmo diminuir, a desnutrição através de programas de suplementação alimentar, dos quais a merenda é apenas mais um, é objetivo sabidamente impossível. Entretanto, tal discurso mascara o determinante econômico da desnutrição, deslocando subliminarmente a questão para uma propaganda

irresponsabilidade e incapacidade da família para “saber comer”. Pretender, ainda, com tal medida, resolver o problema do fracasso escolar é, no mínimo, uma atitude reducionista dos determinantes socioeconômicos e políticos do rendimento escolar e que, mais uma vez, desloca do governo a responsabilidade por suas políticas nos setores econômico e social.

Desfazer essas relações tão simplistas e revelar os aspectos estruturais mais complexos que as permeiam é uma das tarefas que se impõem hoje à Educação, e à Saúde.

Entretanto, é fundamental que se diferencie esta tarefa de uma cruzada contra a merenda em si. Impõe-se uma luta para redimensionar a merenda, colocando-a em uma perspectiva mais realista e concreta.

Remontando às suas origens, a merenda foi instituída utilizando-se os excedentes da safra americana, doados ao Brasil. Posteriormente, cessados os donativos, o governo brasileiro teve que assumir o ônus financeiro dessa suplementação, uma vez que não teve condições de enfrentar os custos políticos de sua interrupção, pois a merenda é hoje uma medida de tal forma conquistada e assimilada pela população de baixa renda que retirá-la pode implicar em uma situação de descontentamento ainda maior do que a que já ocorre. Frente à situação de miséria atual, não pode a Educação fornecer os argumentos necessários e desejados para sua interrupção. Os educadores não podem assumir a responsabilidade pelo agravamento da fome das crianças. Embora a merenda não resolva o problema da desnutrição, ela pode permitir que a criança não sinta fome durante o horário de aulas. E, a todo momento, temos que ter clareza suficiente para perceber que, mesmo ocorrendo melhorias discretas do rendimento escolar, não significa que aí se localizam as causas e soluções do fracasso do sistema educacional atual. Dentro de um complexo de causas, a fome é apenas mais um fator, porém um

fator muito importante. É preciso minorar a problemática da fome dos alunos para que se possam identificar, de forma mais clara e precisa, as falhas e vícios pedagógicos.

É preciso entender bem a importância da merenda escolar em nosso país, não como a responsável pela erradicação ou mesmo minimização da desnutrição infantil, mas, sim, como uma medida de intervenção que é capaz de matar a fome de escolares num período de aproximadamente quatro horas.

Constitui-se, portanto, em medida apenas paliativa, incapaz de provocar mudanças no panorama atual da escola brasileira e mesmo na prevalência da desnutrição. Entretanto, enquanto não ocorrem alterações estruturais na política governamental, com melhoria das condições de vida da população, deve-se lutar para manter e melhorar a merenda, pois muitas vezes é a única alimentação da criança e pode, na situação de miséria em que vive a maioria das pessoas, representar o limite da sobrevivência.

REFERÊNCIAS

Desnutrição, pobreza e desenvolvimento mental. Cadernos de Pesquisa n.º 29, Fundação Carlos Chagas, 1979.

FRISCH, R. E. Present status of the supposition that malnutrition causes permanente mental retardation. Am J. Clin. Nutr., 18(2): 189-95, 1970.

Nutrición, desarrollo y comportamiento social, publicação científica da OPAS, n.º 269, 1973.

Nutrition, the nervous system and behavior, publicação científica da OPAS, n.º 251, 1972.

Sobre o livro

Fotos da capa	Valéria Burity
Design da Capa, Projeto Gráfico e Editoração	Jéfferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Revisão Linguística e Normalização	Elizete Amaral de Medeiros
Tipologias Utilizadas	Roboto 14/16pt Cormorant Garamond 12/14pt

Neste livro compreende-se a alimentação como uma necessidade humana básica e um direito humano básico. A maior parte das sociedades de subsistência dirigem seus esforços para satisfazer esta necessidade antes de outras. A fome está intimamente relacionada à pobreza. Em verdade, a pobreza pode frequentemente ser medida pela prevalência da fome. Mas fome não é equivalente à pobreza, na medida em que, em alguns países, as pessoas são pobres, mas não famintas. Ao mesmo tempo, pobreza é muito mais que fome, tendo em vista que, em alguns países, as pessoas não só passam fome como também são privadas da maioria de seus direitos humanos.

Apoio



ISBN 978-65-87171-34-0



 eduepb